

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO SR(07)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Março de 2012

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	24
1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	24
2 Objetivos e metas institucionais.....	25
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	25
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	32
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	32
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	34
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	38
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	40
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	42
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	42
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	43
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	46
2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	51
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	54
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	58
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	60
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento ..	61
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	63
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	65
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	68
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.....	70
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária....	71
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	73
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	76
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	78
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	79
2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	87
2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	90
2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	93
2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	94
2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	95
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	97

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	98
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	102
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	103
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	110
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	111
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	117
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo.....	119
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	120
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	125
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	127
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	139
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	141
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	142
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	156
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	157
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	160
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	160
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	161
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	162
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	163
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	164
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	169
2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	169
2.4.2.2 Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	170
2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	171
2.4.2.4 Análise Crítica.....	171
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	172
3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	180
4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	181
5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	184
5.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	184
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	187
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	189
5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	190

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	191
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	192
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	194
6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	195
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	195
6.2 Análise Crítica.....	199
7 Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv.....	201
8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	202
9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	203
10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU N° 108, DE 24/11/2010).....	207
11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU N°108, DE 24/11/2010).....	209
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	209
12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	213
13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	215
14 Informações sobre Renúncia Tributária.....	215
15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).....	218
16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	225
Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010).....	227
17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	228
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.	232
18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	232
19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	233

Índice de tabelas

Tabela 1: Programas e Ações Finalísticas do INCRA.....	25
Tabela 2: Relação de Programas e Ações Meio 1 e 2.....	26
Tabela 3: PA Zumbi dos Palmares.....	38
Tabela 4: PA Capelinha.....	38
Tabela 5: PA Celso Daniel.....	39
Tabela 6: PA Cantagalo.....	39
Tabela 7: Execução Física da Ação 8384.....	43
Tabela 8: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8384.....	43
Tabela 9: RAP da Ação 8384.....	43
Tabela 10: Execução Física da Ação 8387.....	46
Tabela 11: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8387.....	46
Tabela 12: RAP da Ação 8387.....	46
Tabela 13: Tabela 01 – Vistoria de Avaliação (2011).....	48
Tabela 14: Tabela 02 – Vistoria Preliminar (2011).....	48
Tabela 15: Tabela 03 – Vistoria Preliminar (2010).....	49
Tabela 16: Execução Física da Ação 8374.....	51
Tabela 17: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8374.....	51
Tabela 18: RAP da Ação 8374.....	51
Tabela 19: Execução Física da Ação 4460.....	54
Tabela 20: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4460.....	54
Tabela 21: RAP da Ação 4460.....	54
Tabela 22: Execução Física do GAP do Programa 0135.....	58
Tabela 23: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 0135.....	58
Tabela 24: RAP do GAP do Programa 0135	58
Tabela 25: Execução Física da Ação 8396.....	61
Tabela 26: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8396.....	61
Tabela 27: RAP da Ação 8396.....	61

Tabela 28: Execução Física da Ação 8398.....	63
Tabela 29: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8398.....	63
Tabela 30: RAP da Ação 8398.....	63
Tabela 31: Execução Física da Ação 4320.....	65
Tabela 32: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4320.....	65
Tabela 33: RAP da Ação 4320.....	65
Tabela 34: Execução Física da Ação 4358.....	68
Tabela 35: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4358.....	68
Tabela 36: RAP da Ação 4358.....	68
Tabela 37: Execução Física da Ação 10yN.....	70
Tabela 38: Execução Orçamentário-financeira da Ação 10yN.....	70
Tabela 39: RAP da Ação 10yN.....	70
Tabela 40: Execução Física da Ação 2B06.....	71
Tabela 41: Execução Orçamentário-financeira da Ação 2B06.....	71
Tabela 42: RAP da Ação 2B06.....	71
Tabela 43: Execução Física da Ação 0427.....	73
Tabela 44: Execução Orçamentário-financeira da Ação 0427.....	73
Tabela 45: RAP da Ação 0427.....	73
Tabela 46: Execução Física do GAP do Programa 0137.....	76
Tabela 47: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 0137.....	76
Tabela 48: RAP do GAP do Programa 0137	76
Tabela 49: Execução Física da Ação 2105.....	79
Tabela 50: Execução Orçamentário-financeira da Ação 2105.....	80
Tabela 51: RAP da Ação 2105.....	80
Tabela 52: Execução Física da Ação 4426.....	87
Tabela 53: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4426.....	87
Tabela 54: RAP da Ação 4426.....	87
Tabela 55: Execução Física da Ação 2110.....	90
Tabela 56: Execução Orçamentário-financeira da Ação 2110.....	90

Tabela 57: RAP da Ação 2110.....	90
Tabela 58: Execução Física da Ação 8380.....	93
Tabela 59: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8380.....	93
Tabela 60: RAP da Ação 8380.....	93
Tabela 61: Execução Física da Ação 8378.....	94
Tabela 62: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8378.....	94
Tabela 63: RAP da Ação 8378.....	94
Tabela 64: Execução Física do GAP do Programa 0138.....	95
Tabela 65: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 0138.....	95
Tabela 66: RAP do GAP do Programa 0138.....	95
Tabela 67: Detalhamento dos Gastos do Programa 0138.....	96
Tabela 68: Execução Física da Ação 4572.....	98
Tabela 69: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4572.....	98
Tabela 70: RAP da Ação 4572.....	98
Tabela 71: Execução Física da Ação 2109.....	103
Tabela 72: Execução Orçamentário-financeira da Ação 2109.....	103
Tabela 73: RAP da Ação 2109.....	103
Tabela 74: 1a e 2a Etapas – Entregas Simultâneas de Cestas de Alimentos às Famílias Acampadas	104
Tabela 75: 3a Etapa – Entregas Simultâneas de Cestas de Alimentos às Famílias Acampadas	105
Tabela 76: 4a e 5a Etapas – Entregas Simultâneas de Cestas de Alimentos às Famílias Acampadas	106
Tabela 77: Acampamentos atendidos com Rolos de Lona de acordo com a necessidade até 02/11/2011....	107
Tabela 78: Famílias atendidas com Rolos de Lona em 2011.....	107
Tabela 79: Acampamentos atendidos com Rolos de Lona até 23/12/2011.....	107
Tabela 80: Execução Física da Ação 1642.....	111
Tabela 81: Execução Orçamentário-financeira da Ação 1642.....	111
Tabela 82: RAP da Ação 1642.....	111
Tabela 83: Mapa Geral da Ação 1642.....	114
Tabela 84: Execução Física da Ação 0859.....	117
Tabela 85: Execução Orçamentário-financeira da Ação 0859.....	117

Tabela 86: RAP da Ação 0859.....	117
Tabela 87: Execução Física da Ação 4474.....	120
Tabela 88: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4474.....	120
Tabela 89: RAP da Ação 4474.....	121
Tabela 90: Execução Física da Ação 6952.....	125
Tabela 91: Execução Orçamentário-financeira da Ação 6952.....	125
Tabela 92: RAP da Ação 6952.....	126
Tabela 93: Execução Física da Ação 8370.....	127
Tabela 94: Execução Orçamentário-financeira da Ação 8370	127
Tabela 95: RAP da Ação 8370.....	127
Tabela 96: Execução Física do GAP do Programa 1350.....	139
Tabela 97: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 1350.....	139
Tabela 98: RAP do GAP do Programa 1350.....	139
Tabela 99: Execução Física da Ação 4470.....	142
Tabela 100: Execução Orçamentário-financeira da Ação 4470.....	142
Tabela 101: RAP da Ação 4470.....	143
Tabela 102: Qd. I – Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ.	144
Tabela 103: Qd. II – Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ.....	146
Tabela 104: Qd. III – Total de atividades executadas pelas Prestadoras de ATES no período de 23/12/2010 a 22/12/2011.....	147
Tabela 105: Qd. IV – Frequência dos Assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas (2011).....	150
 Tabela 106: Execução Física do GAP do Programa 1427.....	153
Tabela 107: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 1427.....	153
Tabela 108: Execução Orçamentário-financeira do GAP do Programa 1427.....	153
Tabela 109: Qd. I – Atividades de Fiscalização e Vistoria executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ no período de 23/12/2010 a22/12/2011.....	154
Tabela 110: Qd. II – GAP do Programa 1427.....	154
Tabela 111: Execução Física da Ação 2000.....	157
Tabela 112: Execução Orçamentário-financeira da Ação 2000.....	157

Tabela 113: RAP da Ação 2000.....	158
Tabela 114: Empenhos dos RAPs de 2010.....	181
Tabela 115: Empenhos dos RAPs de 2011 - Subtotais.....	182
Tabela 116: Empenhos dos RAPs de 2011 – Total do Ano.....	183
Tabela 117: Convênios da Superintendência do Rio de Janeiro - SR-07.....	200

Índice de ilustrações

Ilustração 1: Gráfico – Comparativo entre Exercícios – Ação 2110	91
Ilustração 2: Figura 01 – Valores Absolutos das Quantidade de Atividades Computadas por Classe de Atividade – ATES	148
Ilustração 3: Figura 02 – Quantidade Média de Atividades por Técnico da Prestadora (2011)	149
Ilustração 4: Figura 03 – Classe de Satisfação e Frequência relativa p/ Prestadora (2011)	150
Ilustração 5: Figura 04 – Satisfação média dos assentados c/ os serviços prestados p/ Cooperativas, mensurada durante a fiscalização junto aos assentados no campo, no período de 23/12/2010 a 22/12/2011.....	151
Ilustração 6: Servidores Atualmente Aposentáveis	194

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	24
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado.....	159
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias.....	160
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	161
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	162
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	163
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	164
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	169
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	170
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	171
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	180
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	181
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	184
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011.....	185
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	186
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	186
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	187
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	187
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011	188
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	189
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	190

<u>Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....</u>	191
<u>Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....</u>	191
<u>Quadro A.5.12 – Autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....</u>	191
<u>Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....</u>	192
<u>Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</u>	193
<u>Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....</u>	195
<u>Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....</u>	196
<u>Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....</u>	197
<u>Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....</u>	197
<u>Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....</u>	198
<u>Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....</u>	201
<u>Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</u>	202
<u>Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....</u>	203
<u>Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....</u>	207
<u>Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....</u>	209
<u>Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....</u>	210
<u>Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....</u>	211
<u>Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....</u>	213
<u>Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs.....</u>	215
<u>Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....</u>	216
<u>Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....</u>	218
<u>Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício..</u>	219
<u>Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....</u>	219
<u>Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício ..</u>	223
<u>Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....</u>	225
<u>Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....</u>	227
<u>Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....</u>	227
<u>Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....</u>	227

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

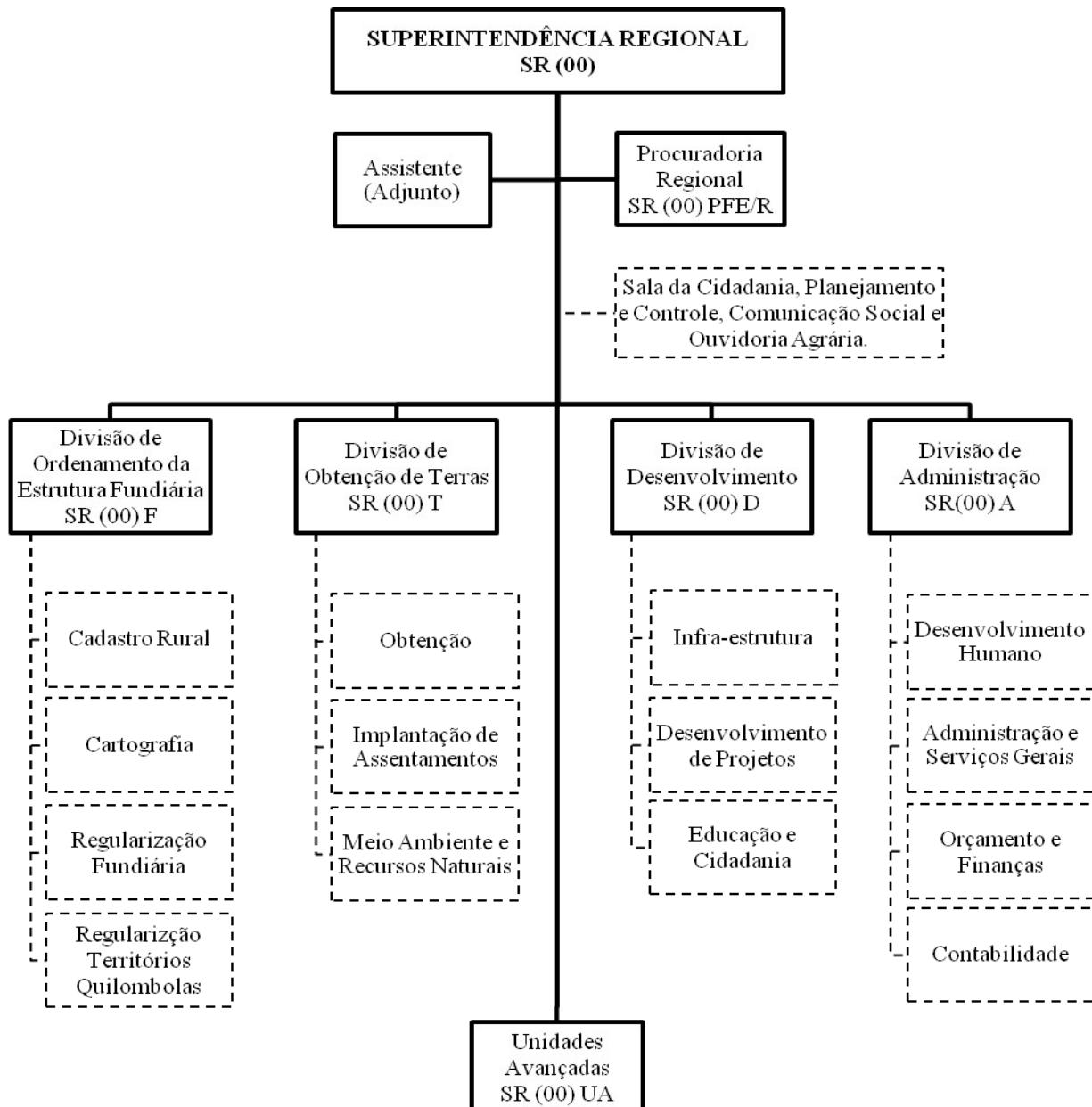
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças

adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) **Comunicação Social** - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) **Ouvidoria Agrária** - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À **Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R** - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Cadastro Rural** - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **De Cartografia** - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma

agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Regularização Fundiária** - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) **De Regularização de Territórios Quilombolas** - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

a) **Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Obtenção** - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **De Implantação de Assentamentos** - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de

assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Meio Ambiente e Recursos Naturais** - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D** - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Infraestrutura** - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **De Desenvolvimento de Projetos** - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Educação e Cidadania** - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de

ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **À Divisão de Administração - SR(00)A** - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) **De Desenvolvimento Humano** - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) **De Contabilidade** - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) **De Administração e Serviços Gerais** - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) **De Orçamento e Finanças** - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador

de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

e) **À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00))** - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

f) **Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T)** - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

g) **Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A)** - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

h) **Às Unidades Avançadas - SR(00)UA** - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108/2010, o **Relatório de Gestão 2011 Individual do INCRA/RJ** é composto por três partes: **Parte A – Conteúdo Geral**, composta dos itens 1 a 17; **Parte B – Informações Contábeis da Gestão**, composta dos itens 18 e 19, e **Parte C - Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas**, composta dos itens 20 e 22. O item 21 agrupa o conjunto de **Anexos**.

Com relação aos itens 2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias, 2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes, 2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital, 2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência, e 14 Informações sobre Renúncia Tributária - “Não se aplicam à natureza jurídica da UJ”.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional do Rio de Janeiro SR(07)		
Denominação abreviada: INCRA/RJ		
Código SIORG: 4032	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 373062
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2224-6363	(21) 2224-6363
E-mail: canalrh.rj@rjo.incra.gov.br; ascom.rj@rjo.incra.gov.br		
Página da Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Conceição, 69 – 23º, 24º e 25º andar– Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20.051-011		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direto público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília – DF. Estrutura organizacional aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27/03/06 e alterada pelo decreto nº 5.928, de 13/10/06. Publicação da Portaria nº 69, em 20/10/2006. (Nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009) e Portaria nº 20, de 08/04/2009 – que criou o Regimento Interno do INCRA.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Vide Legislação no site www.incra.gov.br .		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Vide Legislação no site www.incra.gov.br .		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373062	37201	

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como finalidades:

- promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;
- promover, coordenar, controlar e executar a colonização;
- promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e
- gerenciar a estrutura fundiária do país.

II. Objetivos estratégicos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA tem como diretrizes:

- A democratização do acesso à terra, não limitando-a na geração de projetos de assentamento, mas ampliando-a pela regularização fundiária e pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas;
- O aumento da qualidade de vida nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, através da implantação de obras de infraestrutura básica e serviços de desenvolvimento social, produtivo e a inserção na cadeia produtiva da região;
- O cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária, através da fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos Projetos de Assentamento;
- O reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

Para o cumprimento da missão do INCRA, foram formatados sete programas finalísticos (ver tabela a seguir) – constantes do PPA 2008-2011, que norteiam todo o processo de acesso à terra, ao desenvolvimento de assentamentos auto-sustentáveis, à educação voltada à realidade do campo, à solução e combate dos conflitos existentes na disputa pela terra e seus recursos naturais, à devolução aos remanescentes de quilombos do direito à propriedade que ocupam, e ao gerenciamento da malha fundiária do Brasil. Estes programas são os que se seguem:

PROGRAMAS E AÇÕES FINALÍSTICAS DO INCRA		
Nº E NOME DO PROGRAMA	Nº E NOME DA AÇÃO	
(0135) ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	8384	CADASTRO, SELEÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
	8387	VISTORIA E AVALIAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
	8374	LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA
	4460	OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRÁRIA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0137) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE	8396	IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA EM P.A.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO	8398	DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	4320	FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL
	4358	TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
	10YN	CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
	2B06	MANEJO DE RECUSROS NATURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
	0427	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(0138) GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	2105	GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL
	4426	GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA NACIONAL
	2110	REGULARIZACAO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS
	8380	RETOMADA DE TERRAS PÚBLICAS
	8378	ACÕES PREPARATÓRIAS PARA DESTINACÃO DE TERRAS PÚBLICAS
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1120) PAZ NO CAMPO	2109	ASSISTÊNCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURÍDICA ÀS FAMÍLIAS ACAMPADAS
	4288	CAPACITAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS
(1336) BRASIL QUILOMBOLA	1642	RECONHECIMENTO, DEMARCACÃO E TITULACÃO DE ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
	0859	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AOS OCUPANTES DAS TERRAS DEMARCADAS E TITULADAS AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
(1350) EDUCAÇÃO DO CAMPO - PRONERA	4474	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO
	6952	CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL
	8370	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA A REFORMA AGRÁRIA
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
(1427) ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRIC. FAM.	4470	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - ATES
	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Existem também dois programas meio, sendo um de gestão de políticas públicas, e outro de apoio administrativo, conforme a tabela a seguir:

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO		
Nº E NOME DO PROGRAMA		Nº E NOME DA AÇÃO
(0139) GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
(0750) APOIO	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA atua em conjunto nos Mutirões Itinerantes de Documentação.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES MEIO		
Nº E NOME DO PROGRAMA		Nº E NOME DA AÇÃO
(1433) CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	8402	DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

A Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro - SR-07/RJ, por ser mais uma unidade da Autarquia, tem essas mesmas competências institucionais da organização como um todo.

Em 2003, o INCRA formulou sua Missão e Visão, às quais todas as superintendências regionais devem seguir. Assim, também para a SR-07/RJ, sua missão principal é implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento rural sustentável. E sua Visão de Futuro é ser referência internacional de soluções em inclusão social.

Apesar de o ano de 2011 ter sido permeado pela discussão do novo plano plurianual, discussão sobre o planejamento estratégico da autarquia e a subsequente definição de marcas de gestão, o resultado desta reflexão estará presente apenas nos resultados de gestão decorrentes do novo plano plurianual. Assim, em 2009, o INCRA realizou um ajuste estratégico e, com base num debate sobre sua Missão e Visão de Futuro, estabeleceu cinco principais diretrizes norteadoras de suas ações operacionais no ano de 2010 que também foram utilizadas no ano de 2011. Tais diretrizes devem, substantivamente, guiar a produção de valores públicos por meio da concretização das ações da autarquia. Nesse sentido, traçaram-se os seguintes valores públicos:

1. Democratização do acesso à terra;
2. Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva;
3. Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária;
4. Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais;
5. Destinação de terras públicas, além da demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas.

Estes valores públicos são gerados nas diversas ações do INCRA citadas. A democratização do acesso à terra, por exemplo, é gerada pelo assentamento de famílias e pela legitimação de posses. A qualidade de vida, por meio das obras e serviços de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. O cumprimento da função social da propriedade e dos assentamentos é gerado tanto pela fiscalização das grandes propriedades, quanto pela retomada dos lotes ilegalmente ocupados nos assentamentos. E, por fim, o reconhecimento da propriedade rural pela expedição dos certificados de cadastro de imóvel rural (CCIR) quanto pela certificação para fins cartoriais.

Amalgamando as cinco diretrizes do INCRA com seus valores públicos temos que:

- O INCRA implementa a Reforma Agrária, promovendo a democratização do acesso à terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciamento da estrutura fundiária do país, *contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e para a promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia;*
- O INCRA Implementa a Reforma Agrária de forma participativa, reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, *contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada;*
- O INCRA implementa a Reforma Agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, *contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo;*
- O INCRA implementa a Reforma Agrária, buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso à infraestrutura básica, ao crédito e à assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a de educação, saúde, cultura e de esportes, *contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas;*
- O INCRA implementa a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, pela demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas; e gerencia a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, *contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.*

A primeira diretriz destaca a *democratização do acesso à terra*, o principal valor público que o INCRA efetivamente gera, não limitando-o, na sua geração, apenas aos assentamentos da Reforma Agrária, mas ampliando-o pela regularização fundiária e, também, pelo gerenciamento da estrutura fundiária e reconhecimento de posses de comunidades tradicionais e quilombolas.

Neste rumo, a quinta diretriz complementa a primeira, assegurando que o gerenciamento da estrutura fundiária também gere um importante valor público vinculado ao papel do Estado: *o reconhecimento da propriedade rural*. Independente disso, este se por reconhecimento do direito ao território para as comunidades e povos tradicionais; ou do direito à propriedade no espaço rural nacional, através do serviço de cadastro, que qualifica, localiza e certifica as propriedades rurais e demais formas de domínio, além de constituir a base informacional da fiscalização da função social destas mesmas propriedades.

A segunda diretriz trata da transparência da gestão do Estado, afirmando a importância da participação da sociedade organizada e do controle social na implantação das políticas públicas desenvolvidas pelo INCRA dentro dos marcos legais constituídos, pois o monitoramento e a fiscalização das ações são necessários para consolidar a geração dos valores públicos na forma de uma eficaz prestação de contas aos supervisores políticos.

A terceira diretriz dá conta de um valor público central na atividade do INCRA, *a função social da propriedade*. Ela é quem dá sentido ao exercício da propriedade rural no Brasil, ou seja, que a terra, para ser possuída, deve ser utilizada para produzir, observando os princípios da sustentabilidade ambiental e do trabalho livre e do bem-estar, que são critérios válidos, também, para a manutenção da condição de beneficiário da reforma agrária.

A quarta diretriz detalha os conceitos de criação e implantação de assentamentos rurais, trazendo o foco destas ações para a *qualidade de vida* e a *inserção produtiva*, valores públicos que, se não forem gerados em conjunto com a democratização do acesso à terra e o cumprimento de sua função social, tendem a inviabilizar qualquer resultado qualitativo.

Não obstante tais diretrizes, as conjunturas locais – de cunho econômico, político e social – vivenciadas por cada Superintendência Regional, acabam obrigando-as a adotar prioridades em cada exercício. No Rio de Janeiro, isto não foi diferente.

A capacidade operacional do INCRA como um todo, e da Superintendência Regional do Rio de Janeiro em particular, está aquém do ideal. As inúmeras obrigações colocadas à autarquia ao longo dos anos sem uma adequação da estrutura organizativa da casa, colocaram o órgão com uma demanda bastante superior à sua capacidade de execução.

Ademais, o INCRA é um órgão cuja eficiência e eficácia do trabalho estão diretamente associadas à capacidade da autarquia se fazer presente nos municípios do interior: na articulação

institucional com as prefeituras visando parcerias para a gestão da malha fundiária através da implantação das Unidades Municipais de Cadastro; na fiscalização da função social das propriedades rurais; na regularização de territórios quilombolas; na implantação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, entre outras atividades de menor destaque. Com o advento do decreto 7.446, de 1º de Março de 2011 – que estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011 – comprometeram-se sobremaneira as atividades institucionais do órgão.

Outro ponto que deve ser destacado é a ausência, no exercício de 2011, de servidores lotados nesta Superintendência Regional nos cargos de contador e engenheiro civil (em janeiro de 2012 foi nomeado para esta regional um contador). A ausência destes profissionais dificulta a execução e o acompanhamento de convênios – razão pela qual a Superintendência optou por não celebrar nenhuma transferência direta no exercício em tela –, bem como a consecução das atividades do serviço de infraestrutura.

Do mesmo modo que em anos anteriores, as atividades da Divisão de Desenvolvimento têm sido ditadas mais pelas demandas do Ministério Público Federal (MPF) do que pelo planejamento institucional, ainda que esta peculiaridade seja levada em conta no momento em que se planeja. Deve-se frisar que muitos dos questionamentos do MPF incidem sobre áreas antigas de assentamento já emancipadas/consolidadas em que o INCRA, de acordo com suas normas, deveria ter uma atuação apenas residual. Ademais, inúmeros inquéritos civis são abertos contra o INCRA com base em denúncias anônimas, as quais, posteriormente, mostram-se improcedentes – onerando os recursos e desviando as energias de trabalho da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Ainda assim, a Superintendência Regional conseguiu realizar muitas ações nos seus Projetos de Assentamentos. Destacamos particularmente aquelas que buscaram garantir o cumprimento da função social da propriedade rural, inclusive dentro das terras reformadas. Neste sentido, o INCRA lançou nacionalmente uma campanha contra a venda de terras da reforma agrária que a Superintendência buscou levar além das ações de publicidade. Nos dois últimos meses do ano, foi desencadeada uma ação em regime de força-tarefa, que resultou na supervisão ocupacional de 1.054 parcelas em quatro projetos de assentamento. Por fim, no que tange às ações estruturantes dentro dos assentamentos, foi firmado um acordo de cooperação com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que permitirá que esta elabore projetos básicos e executivos de engenharia para o INCRA de forma a atender os assentamentos do município.

Na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, trabalhou-se com foco em duas ações, ambas relacionadas à regularização fundiária: a regularização dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos e a regularização de áreas da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC). Na

primeira questão, avançamos através de parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que resultou na titulação, pelo Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), com base nos trabalhos do INCRA, do primeiro território quilombola com fundamento no decreto 4.887/2003. Destacamos também o ajuizamento pelo INCRA da primeira ação de desapropriação para a titulação de comunidade quilombola no Estado do Rio de Janeiro – o Quilombo de São José da Serra, em Valença.

Quanto à FNSC, o ano acabou sendo mais de articulações institucionais, principalmente com o ITERJ e Prefeituras cujos municípios estão dentro da área da FNSC, com vistas à construção de uma solução que desobrigue o INCRA, pelo menos, de parte de suas atribuições referentes a esse processo de regularização fundiária.

No que diz respeito à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, apenas no segundo semestre conseguiu superar os impactos sentidos, já no exercício anterior, da convocação do então Chefe da Divisão para assumir, interinamente, a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, cujo Superintende havia sido preso pela Polícia Federal na Operação Tellus, por fraudes em destinação de lotes de assentamentos rurais. Apenas no meio do ano foi nomeada a nova Chefe de Divisão, que precisou reorganizar todo o trabalho da divisão. Ainda assim, foram vistoriados no exercício mais de 30 mil hectares, entre vistorias preliminares, avaliações, complementação de laudos, etc.

Além disso, o grande entrave à obtenção de terras para Reforma Agrária no Rio de Janeiro continua sendo a Justiça Federal. O conjunto esdrúxulo de decisões variam desde aquelas que negam ao INCRA a imissão na posse, ou ainda que concedem prazos e mais prazos para o desapropriado retirar seus bens de forma que dê-se o tempo para que este consiga suspender a imissão na segunda instância, ou até mesmo com sentenças determinando que Projetos de Assentamento já instalados sejam extintos.

Assim, mesmo diante de um quadro adverso, de corte orçamentário e de limitações de diárias e deslocamentos por Divisão e servidor, a Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro conseguiu – de 23 ações em que havia obrigação institucional de cumprimento de meta – alcançar ou superar a meta de 6 (seis) ações, ficando abaixo do exercício anterior em apenas 4 (quatro) ações. Portanto, diante do cenário desfavorável do ano de 2011, o saldo, em si, foi positivo, a se considerar que muitas metas sempre serão atingidas passados mais de um exercício pela própria natureza da ação, como ocorre no caso da regularização dos territórios quilombolas.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária compete coordenar e supervisionar a execução das atividades de Cadastro Rural, de Cartografia, de Regularização Fundiária e de Regularização dos Territórios Quilombolas.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-07/RJ tinha planos para superar o ano de 2010 na Ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, especificamente no que tange às regularizações de imóveis no perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz - FNSC, no passado atrelada ao Projeto Fundiário de Santa Cruz. Para tanto, o Chefe da Divisão Fundiária do Rio de Janeiro esteve em Brasília em agosto de 2010, na tentativa de sensibilizar a Diretoria Fundiária para o problema que envolve a Ação 2110, já que se trata de Regularização Fundiária de áreas no perímetro da FNSC, cuja legislação – que ampara tais procedimentos – é específica, o que de certa forma já dificulta todo o processo. Isto, sem falar da precariedade do acervo, que está amontoado e deteriorando-se, apesar das inúmeras solicitações de recursos para a higienização e recuperação deste, que dispõe de livros fundiários centenários.

Muito embora a Diretoria tenha se mostrado sensibilizada e resolvida a priorizar esta ação, estabelecendo a necessidade de melhorar e ampliar as condições de infraestrutura existentes, como a restauração e digitalização do acervo, a fim de viabilizar uma resposta eficiente e imediata à demanda reprimida por regularização de terras, inseridas no contexto da FNSC, as perspectivas não se materializaram em 2011, principalmente pela contenção de recursos financeiros e cortes de orçamento neste exercício, razão pela qual não foi possível atender de forma sistematizada e eficiente à demanda da Ação 2110 - Regularização Fundiária.

Mas, mesmo com todas essas dificuldades, a SR-07/RJ conseguiu formalizar um Termo de Referência para a HIGIENIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO e SISTEMATIZAÇÃO de todo o acervo da FNSC, passo inicial para qualquer atividade que trate de Regularização daquelas terras. Este processo foi concebido e submetido à seleção no BNDES para obtenção de recursos financeiros da ordem de R\$ 1.000.000,00 para atender às necessidades já mencionadas. Embora o projeto tenha sido aprovado e relacionado para a liberação de recursos, isto não aconteceu no exercício 2011. Provavelmente, isto ocorrerá em 2012.

Pelos motivos acima elencados, esta ação está sendo muito prejudicada, pois somente é possível resolver situações que não demandem busca no acervo e cujas ocupações já estejam identificadas em processo administrativo, com toda documentação comprobatória devidamente juntada aos autos. Também foram efetivados alguns deslocamentos para reconhecimento de áreas e principalmente o

diagnóstico fundiário da Gleba Pinheiral, onde se trabalhou exaustivamente para atender-se ao MP e à SPU, com a definição e destinação de áreas no perímetro da Fazenda do Pinheiro, em Pinheiral/RJ.

Outra atividade da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que se reputa de igual importância à já mencionada, é a Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, onde se pontuaram os trabalhos das áreas de remanescentes quilombolas que se encontravam em estágio mais adiantado e sem grandes problemas a serem contornados. Deu-se preferência às áreas com associações constituídas e atuantes e, principalmente, àquelas com perímetro do território em fase de execução, ou aquelas já concluídas.

Nesta oportunidade, optou-se por abrir duas frentes de ação, uma delas com a ajuda do antropólogo: implementou-se, junto à cartografia, a conclusão dos perímetros das áreas remanescentes em andamento. Na outra frente, acionou-se o engenheiro agrônomo para atuar na elaboração dos Relatórios Agronômicos e de Avaliação de Territórios.

Com a metodologia utilizada, mesmo com infraestrutura e recursos humanos deficitários, pois o Setor conta atualmente com apenas dois servidores à frente desta ação, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária conseguiu avançar de forma significativa com a publicação de mais um RTID, ajuizando uma ação de desapropriação (na comunidade de São José da Serra) e a titulação de uma área (Comunidade de Preto Forro). Neste ano, a equipe Quilombola da SR-RJ envolveu-se no atendimento da demanda de 15 (quinze) comunidades, em atividades diversas, sendo que as principais foram a edição de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Territórios, Cadastramento de Famílias e formalização de respostas às contestações referente aos 5 RTID's publicados em 2010.

Se houver um incremento nos recursos financeiros, que possibilitem a melhora da infraestrutura, com aquisição de novos equipamentos, bem como a ampliação do quadro de servidores comprometidos com a Política Quilombola, facilmente a SR-07/RJ conseguirá superar as demandas e metas conseguidas neste exercício.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras tem as atribuições de coordenar e supervisionar a execução das atividades de Obtenção de Terras, Implantação de Assentamentos e de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Na atividade de obtenção de terras, a Divisão tem como atividade inicial a coleta de informações básicas para o diagnóstico regional, que terá como base a localização, distribuição e avaliação de desenvolvimento dos Projetos de assentamentos já existentes, a estrutura fundiária da região, as demandas regionais identificadas por acampamentos ou evidentes sinais de desemprego e pobreza, e outros.

Após o diagnóstico regional serão definidas as áreas prioritárias e os imóveis rurais passíveis de levantamentos de dados e informações.

Numa etapa seguinte, há buscas em cartórios nos municípios sobre certidões de inteiro teor (quantidades de certidões requeridas e recebidas) para posterior análise de certidão dominial atualizada do imóvel e a notificação do (s) proprietário(s).

A partir daí, inicia-se o levantamento preliminar de dados e informações do imóvel rural, onde deve-se apurar a produtividade e fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade, fundamentar parecer sobre a viabilidade técnica e ambiental para inclusão no Programa de Reforma Agrária, identificar, quantificar e dimensionar as benfeitorias e suas qualidades e aferir a veracidade dos dados contidos no Sistema Nacional de cadastro Rural declarados pelos proprietários. Esse levantamento preliminar de dados e informações terá como resultado o LAF, que deve conter, entre outros, a potencialidade agropecuária do imóvel, bem com as sociais e parecer conclusivo sobre a viabilidade técnica e ambiental da exploração do imóvel.

Na atividade de Implantação de assentamentos (PAs) procede-se o cadastramento a seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas; providencia-se os atos de criação e promoção da implantação de projetos de reforma agrária e elaboração de documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamentos; gerencia-se o sistema de informações sobre as famílias assentadas, com o acompanhamento da movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistências, eliminação e titulação).

As ações ligadas ao meio ambiente envolvem as medidas necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, supervisão de projetos para recuperação de áreas degradadas e realização de estudos e diagnósticos de gestão ambiental.

A Obtenção de Terras para a Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro vem enfrentando diversos entraves ao longo de vários exercícios, tais como:

1. A morosidade do Judiciário Regional, pois, além de decisões que negam ao INCRA a imissão na posse em processos de desapropriação, o Judiciário tem feito com que a Reforma Agrária retroceda no Estado do Rio de Janeiro, com sentenças determinando que Projetos de Assentamento já instalados sejam extintos¹;
2. Os índices de produtividade – fixados em 1980, com base no Censo Agropecuário de 1975, e que servem para classificar uma propriedade rural como produtiva ou improdutiva – não foram ajustados de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, conforme dispõe o art. 11 da Lei nº 8.629/93, cuja redação foi dada pela MP nº 2.183-56/01;
3. As áreas indicadas pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais atuantes no Estado do Rio de Janeiro, conforme preceituado no Decreto 2.250, de 11 de junho de 1997, não se têm mostrado eficientes em função dos resultados não satisfatórios, haja vista a grande quantidade de áreas vistoriadas a partir de 2008 e que foram classificadas como Grande Propriedade Produtiva;
4. A grande valorização do mercado de terras no Estado do Rio de Janeiro tende a inviabilizar a aquisição de imóvel rural, em função da possibilidade de ultrapassar-se o limite previsto na Planilha de Preços Referenciais do estado. Pode-se citar o Porto do Açu, localizado em Campos dos Goytacazes, e outros projetos associados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em municípios associados à prospecção do petróleo em águas profundas, como por exemplo Macaé, bem como outros municípios da Região dos Lagos, e diversos eventos internacionais de vulto a serem realizados;
5. As áreas com características predominantemente rurais no entorno do núcleo urbano ou suas proximidades estão sendo classificadas nos Planos Diretores dos municípios como áreas de expansão urbana, o que sinaliza para uma gradual diminuição das áreas rurais no estado. Enfatiza-se que o Estado do Rio de Janeiro representa apenas 0,5% do território brasileiro e, segundo dados do Censo 2010, é o terceiro estado mais populoso do Brasil, com 15.180.636 habitantes

Diante do exposto, e assim como em 2009 e 2010, o INCRA do Rio de Janeiro, em 2011, não conseguiu a imissão de posse em propriedade cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos, devido tanto à morosidade característica do Judiciário, bem como à natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional.

A Divisão de Obtenção de Terras em 2011, mesmo com todas as dificuldades elencadas, realizou cinco vistorias que não são contabilizadas como meta no planejamento em função de sua natureza diversa, mas que apresentam um elevado grau de importância, seja pela emergência ou necessidade de

¹ A morosidade do Judiciário no Rio de Janeiro já foi até tema de estudos acadêmicos. A respeito, ver a dissertação de mestrado de um dos procuradores federais que atuou na Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro: CUNHA FILHO, Sérgio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Orientador: Ana Lucia de Lyra Tavares; co-orientador: Adroan Sgarbi. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2007.

atendimento de diversas demandas do governo federal e/ou estadual. Tais vistorias são classificadas como Outras, podendo ser citadas as seguintes vistorias e seus motivos: Acordo Judicial da Fazenda São Paulo (Processo nº 54180.2301/2003-87); Análise da viabilidade ambiental da Fazenda Conjunto Sapucaia (Processo nº 54180.000852/2010-35); Adjudicação da Fazenda Boianga (Processo nº 54180.002216/2003-19); Complementação do LAF da Fazenda Conjunto Sapucaia (Processo nº 54180.000852/2010-35) e a Vistoria de diversos imóveis localizados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (área com tradição agrícola no estado) e que foram afetados pela tragédia causada pelo impacto das chuvas que ocorreram no início de 2010 (Processo nº 54180.000209/2011-92). Essas áreas perfazem mais de 17 mil hectares vistoriados.

Também foi realizada a Pesquisa do Mercado de Terras para as Regiões Norte e Noroeste do estado, visando à elaboração da Planilha de Preços Referencial, obtendo-se um total de 108 elementos, a qual também não é contabilizada como meta no planejamento. Todo esse trabalho de elaboração da referida Planilha é de grande valia para decisões do Comitê de Decisão Regional e muito empregada em perícias judiciais.

Em 2011, foram realizadas 8 (oito) vistorias que visaram subsidiar Laudos Agronômicos de Fiscalização e Laudos de Avaliação para obtenção de futuras terras e implantação de novos assentamentos, as quais perfazem mais de 13 mil hectares vistoriados.

Pode-se realizar uma estimativa de 2.500 ha vistoriados por mês, quando se considera um total de 30.000 ha de área vistoriada em 2011.

No quesito ambiental, o Serviço de Meio Ambiente da SR-07, no ano de 2011, focou sua atenção para o Licenciamento Ambiental, onde foi cumprido 25% da meta estabelecida. O desempenho aquém da meta prevista deveu-se a dois motivos: o primeiro foi o número reduzido de imóveis passíveis de desapropriação, apenas dois imóveis; e o segundo foi devido a não emissão de Licenças Prévias solicitadas em 2009/2010; consequentemente, não foi possível o protocolo das Licenças de Instalação e Operação.

Em relação à Ação 2B06, foi dada ênfase à busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais de nossos assentamentos. Assim, foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA, através de reuniões com o INEA para a SEA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com trabalhos previstos para o ano de 2012.

Quanto ao número de famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, foi atingido apenas 11,8% da meta. É importante salientar que a meta estipulada para o estado foi equivocada, uma vez que a média de famílias assentadas nos três últimos anos foi de 245 famílias. Um dos motivos que

contribuíram para o não atingimento da média de famílias assentadas foi a não imissão de posse ao INCRA pelo Poder Judiciário. Consequentemente, não se obteve terras para assentar as famílias acampadas no estado.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das atividades de infraestrutura, Desenvolvimento de Projetos, de Educação e Cidadania.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento é responsável por 03 (três) Programas de Governo, a saber: Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, com um total de 06 (seis) ações; Programa 1350 - Educação no Campo, com 03 (três) ações; e o Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, que representa a própria Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados. Assim, totalizam-se 10 (dez) ações sob a responsabilidade desta Divisão, o que não é pouca coisa diante dos grandes obstáculos e desafios cotidianos que a Divisão enfrenta, como a falta de infraestrutura e o exíguo quadro de servidores.

A partir do entendimento de que se o INCRA fiscaliza a função social dos imóveis e destina-os, em caso de descumprimento, para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, a Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro entendeu como estratégia fundamental para o exercício de 2011 a fiscalização do cumprimento da função também pelos beneficiários da reforma agrária no Estado. Desta forma, após algumas ações preparatórias, o INCRA realizou vistorias de supervisão ocupacional em mais de 1.200 lotes, sendo 1.054 em regime de força-tarefa nos últimos dois meses do ano. A seguir, tem-se um quadro-resumo deste último trabalho, que mostra o caráter paradigmático deste atividade, para demonstrar a necessidade de um acompanhamento mais efetivo do INCRA dos assentamentos:

PA Zumbi dos Palmares (Núcleos I a V) – Município: Campos dos Goytacazes

Gleba	Zumbi 1	Zumbi 2	Zumbi 3	Zumbi 4	Zumbi 5	Geral
Regulares	89	59,33%	57	72,15%	43	69,35%
Notificados	45	30,00%	8	10,13%	14	22,58%
Ausentes	16	10,67%	14	17,72%	5	8,06%
TOTAL	150		79		62	
				145		
					71	
						507

Fonte: Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ.

Projeto de Assentamento Capelinha – Município: Conceição de Macabu

Glebas	A	B	C	D	E	Total Geral	%
Regulares	5	4	45	12	12	78	59,5
Notificados	3	1	10	0	3	17	13
Ausentes	3	2	17	10	4	36	27,5
Total Nº Lotes	11	7	72	22	19	131	100

Fonte: Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ

Projeto de Assentamento Celso Daniel – Município: Macaé/Carapebus

Glebas	I	II	Maria Amália	Total Geral	%
Regulares	45	77	37	159	77,9
Notificados	3	12	9	24	11,8
Ausentes	4	13	4	21	10,3
Total Nº Lotes	52	102	50	204	100

Fonte: Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ.

Projeto de Assentamento Cantagalo – Município: Rio das Ostras

Situação dos Lotes		Percentual
Regulares	69	37,00%
Notificados	40	21,00%
Ausentes	79	42,00%
Total	188	100,00%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento da SR-07/RJ.

Ainda que as demais atividades da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento não tenham sido negligenciadas, entendeu-se que, sem um acompanhamento contínuo do INCRA da situação fundiária de seus próprios projetos de assentamento, todas as demais políticas ficam prejudicadas. Experiências anteriores demonstram-nos que estas ações devem ser executadas com cautela e num curto período de forma que eventuais situações irregulares não possam ser acobertadas.

Cumpre ainda destacar que as atividades de parcelamento, aplicação de crédito instalação e assistência técnica também tiveram uma particular atenção da Divisão, principalmente no sentido de garantir a continuidade das atividades desenvolvidas em exercícios anteriores.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração tem como atribuições coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Serviços de Desenvolvimento Humano, de Contabilidade, de Administração e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças.

Uma das principais funções do Administrador é cumprir suas atribuições com prazos estabelecidos, da melhor forma possível e menor número de erros. Nesse processo, a gestão administrativa de qualidade está diretamente relacionada à **eficiência** e **eficácia**. O entendimento de **Peter Drucker** é de que “a **eficiência** consiste em fazer certo as coisas e a **eficácia** em fazer as coisas certas”, ou seja, a **eficiência** está direcionada a realizar um trabalho correto e sem erros; do outro lado, a **eficácia** significa realizar um trabalho que atinja totalmente o resultado e, cumprindo todas as metas em menor tempo, menor custo e apresentando trabalho de qualidade. Para o consultor **Arthur Brender**, no mundo globalizado, as empresas estão em processo de concorrência, com o desenvolvimento de sua produtividade com foco no mercado.

“Tratando-se dos níveis de decisões da empresa, a eficácia está relacionada ao nível tático (gerencial, logo abaixo do estratégico), e a eficiência ao nível operacional (como realizar as operações com menos recursos – menor tempo, menor orçamento, menos pessoas, menos matéria-prima, etc.).” (Brender, 2009)

Na mesma linha de raciocínio, a união destes dois conceitos às vezes se sobrepõem ou se completam para compor o conjunto de macro-indicadores com informações resultantes da medição de um evento repetitivo com critérios pré-definidos, com o objetivo de mostrar o resultado da evolução, para orientar as decisões e ações pertinentes e suficientes para se medir toda a gama de ações humanas e monitorar o desempenho na busca da excelência.

A busca pela excelência na administração pública está direcionada a empreendimentos humanos e sistêmicos com o objetivo de alcançar um resultado eficaz e retorno financeiro de forma sustentável e com responsabilidade social, ou seja, é impossível falar em administração sem falar em objetivos. Em síntese, o administrador é a ponte entre os meios (recursos financeiros, tecnológicos e humanos) e os fins (objetivos). Como elo entre os recursos e os objetivos de uma organização, cabe ao administrador combinar os recursos na proporção adequada e, para isso, é necessário tomar decisões constantemente num contexto de restrições, pois nenhuma organização, por melhor que seja, dispõe de todos os recursos e também da capacidade de processamento de informações. Administrar envolve a elaboração de planos de ação, pareceres, relatórios, projetos, arbitragens e laudos, em que é exigida a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração. A Divisão de Administração nas Superintendências Regionais do INCRA divide-se, basicamente, em cinco áreas: finanças, logística,

serviços gerais, transporte e recursos humanos. Portanto, as funções básicas do Administrador são direcionadas ao planejamento, organização, controle, coordenação e liderança.

Em face do sobredito, a Divisão de Administração tem como objetivo e responsabilidade as seguintes atividades: coordenar, supervisionar e solucionar pendências administrativas, no que diz respeito a ações que envolvam recursos humanos, contabilidade, orçamento e finanças, especialmente os contratos administrativos, quanto à sua formalização, prorrogações de vigência contratual e repactuações.

No ano de 2011 houve a seguinte priorização:

- a)- Acompanhamento dos trabalhos relativos ao projeto básico e executivo da reforma e restauração da Sede do INCRA - SR/07 - RJ localizado na Rua Santo Amaro, 28 – Glória –, em fase de análise pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para emissão da licença para início das obras;
- b)- Conclusão de pendências administrativas de exercícios anteriores;
- c)- Entendimentos para reforma do Galpão da Rua Costa Ferreira, 137 – Gamboa - RJ;
- d)- Procedimentos administrativos relativos à doação de bens móveis inservíveis de propriedade da autarquia às prefeituras dos municípios de Carapebus e Cachoeiras de Macacu;
- e)- realização de vários pregões eletrônicos visando atender às demandas requeridas pelas unidades organizacionais da regional;
- f)- prorrogação dos contratos administrativos de: telefonia fixa: curta e longa distância; telefonia móvel; energia elétrica; limpeza e conservação; vigilância; locação do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas, 817 – 23º, 24º e 25º andares etc.;
- g)- Processamento de 3.602 diárias/ano, que representa o montante de R\$ 525.353,80 (quinhentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) creditadas e liquidadas no âmbito da SR/07 – RJ, em especial às Divisões de: Obtenção de Terras, Fundiária e Desenvolvimento;
- h)- Procedimentos administrativos e financeiros no montante de 121 empenhos emitidos, perfazendo um total de R\$ 70.498,73 (setenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos) em requisições de suprimentos de fundos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária.

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ³	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada	1.020	113	N/A	113	11,08%	65*

Fonte: PPA 2008-2011, SIPRA - Relatório 229

*Como a Ação 8384 não é ação de caráter continuado, não constando famílias que “estariam sendo assentadas de exercícios anteriores”, optou-se pela meta de famílias cadastradas em 2011, que, possivelmente, serão assentadas em 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
106.194,89	26.037,62	19.521,46	74,97	19.521,46	74,97	19.521,46	74,97

Fonte: PO2011, SIAFI.

Execução de Restos a Pagar do Exercício de 2011

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

³ Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

Análise Crítica:

O desempenho da Ação 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária apresentou queda com relação ao exercício de 2010, tanto em números absolutos quanto em números proporcionais. No ano anterior a meta era assentar 434 famílias. Todavia, foram homologados 365 assentados, ou seja, 84,10% do planejado; em 2011, a meta estipulada foi mais ambiciosa, de 1.020 famílias. Contudo, foram homologadas apenas 113 , ou seja, **11,08%**. É importante destacar ainda que, desses 113 beneficiários homologados, 55 ocorreram de maneira indevida, sem a correta instrução processual. Em função disto, serão retornados à condição de candidato para posteriormente, após o preenchimento de todos os requisitos, serem devidamente homologados.

Importante frisar que a meta estipulada para o estado foi equivocada, uma vez que a média de famílias assentadas nos três últimos anos foi de 245 famílias.

Cumprimento das metas físicas:

O desempenho desta ação é totalmente dependente de outras ações que a antecedem. Para o assentamento de famílias em projetos criados em exercícios anteriores, é necessária a retomada de lotes pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos. No processo de reconhecimento de projetos de assentamento, é necessário que as instituições criadoras se manifestem e cumpram todas as exigências. Para a criação de novos Projetos, é necessário a obtenção de novas áreas. Desta forma, nossa margem de atuação é bem delimitada por outros agentes. Do total de beneficiários homologados, 66, ou seja, 58,41% ocorreram em projetos de assentamentos criados em exercícios anteriores. O restante, em projetos de assentamento estaduais também reconhecidos em exercícios anteriores. Segundo consta, não existem mais projetos estaduais a serem reconhecidos. No exercício de 2011 nenhum projeto de assentamento novo foi criado na jurisdição da Superintendência do Rio de Janeiro.

Outro motivo que contribuiu para não atingimento da média de famílias assentadas, foi a não imissão de posse ao INCRA pelo Poder Judiciário em propriedades cuja ação de desapropriação tenha sido iniciada nos últimos cinco anos, devido tanto à morosidade característica do Judiciário, bem como à natureza mais conservadora deste Poder em âmbito regional. Consequentemente, a Superintendência do Rio de Janeiro não obteve terras para assentar as famílias acampadas no estado.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Esta ação poderá apresentar melhores resultados a partir do momento em que houver melhor articulação entre as Divisões da Superintendência Regional no sentido de retomar lotes irregularmente

ocupados. Houve vistoria ocupacional em quatro projetos de assentamento no final do exercício de 2011, porém, pela falta de tempo hábil e pessoal, ainda não ocorreu a conclusão dos trabalhos. A previsão de novas homologações a serem realizadas nestes projetos é cerca de 200 famílias. Também há previsão do trabalho de retomada em outros projetos de assentamento para 2012, onde já há articulação mais efetiva das divisões para o desenvolvimento dos trabalhos. Para o futuro, este deve ser um fator a ser considerado; ele permite, ainda, o acesso de uma família que esteja excluída do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Tal esforço demonstrará à sociedade a atuação preventiva do INCRA, além de evitar eventuais demandas judiciais por destinação inadequada de áreas da Reforma Agrária.

Desempenho Orçamentário:

Comparando o desempenho orçamentário e o número de famílias assentadas com os anos anteriores, observa-se que no exercício de 2010 a ação foi mais eficiente do que os exercícios de 2009 e de 2011; e o de 2011 foi mais eficiente que 2009. Este fato explica-se pela necessidade de conclusão dos trabalhos de reconhecimento de projetos de assentamento estaduais, iniciados no ano de 2010 e finalizados no ano de 2011, quando algumas famílias somente foram reconhecidas como clientes da reforma agrária no final de 2011.

O Cadastramento de Famílias no ano de 2011 foi um trabalho mais complicado, que demandou maior quantidade de servidores para atender a um número menor de famílias, considerando a desconcentração destas nos lotes dos Projetos de Assentamento, o que explica o maior gasto em relação aos exercícios anteriores, em comparação com o número de famílias assentadas.

Os valores empenhados para a Ação 8384 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com o Cadastramento e homologação de famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 12.446,55**;

2 – Passagens e despesas com locomoção – valores efetivamente pagos: **R\$ 7.074,91**.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.631.0135.8387	A	3	Área vistoriada (ha)	14.000,00	16.573,86	13.671,16	30.244,86	216,04%	0

Fonte: Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
82.000,00	57.990,30	57.536,98	99,22	57.536,98	99,22	57.536,98	99,22

Fonte: PO2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 4.364,27	R\$ 3.308,27	R\$ 1.056,00	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A ação de **Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis Rurais** é a base que torna possível a futura implantação de projetos de assentamento. A maior parte dos recursos destinados a esta ação é para a realização de atividades de campo, notadamente o levantamento de dados e informações (Vistoria Preliminar) que visam apurar a produtividade e o cumprimento da função social da propriedade, bem como fundamentar parecer técnico sobre a viabilidade técnica e ambiental para sua inclusão no programa de reforma agrária, sendo o levantamento materializado no Laudo Agronômico de Fiscalização. Além disso, exige-se atividade de campo para a avaliação de imóveis rurais (Vistoria de Avaliação), a qual consiste na determinação técnica do preço atual de mercado do imóvel como um todo, estando incluídas as terras com suas acessões naturais e benfeitorias indenizáveis, sendo a atividade materializada no Laudo de Avaliação.

Contudo, outras atividades demandam alocação de recursos por meio desta ação, sejam a realização de pré-vistorias, com o objetivo de selecionar imóveis com potencial para realização de vistoria, as buscas cartorárias, as notificações dos proprietários, as imissões na posse, as perícias judiciais, bem como a pesquisa do mercado de terras.

Cumprimento das metas físicas:

Foram realizadas 08 vistorias de janeiro a dezembro de 2011, sendo 03 Vistorias de Avaliação, totalizando aproximadamente 2.700 hectares (Tabela 1), estando dois laudos em elaboração e 05 Vistorias Preliminares, realizadas no segundo semestre de 2011, cujos laudos também estão em elaboração e perfazem aproximadamente 11.000 hectares (Tabela 2). Tais vistorias demandaram também oito notificações dos proprietários dos imóveis, além de buscas cartorárias, principalmente nas regiões serrana e norte do estado do Rio de Janeiro, regiões onde se concentraram as vistorias do ano de 2011.

Quanto às atividades iniciadas em exercícios anteriores, tem-se cinco Vistorias Preliminares que foram iniciadas em 2010 e concluídas em 2011, e que perfazem 13.671,1569 ha (Tabela 03).

Em relação às áreas efetivamente decretadas em 2011, tem-se apenas a Fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, localizada no município de Paracambi (Processo N° 54180.0011282/2005-33), cuja Vistoria de Avaliação está programada para 2012.

Tabela 01 – Vistoria de Avaliação (2011)

Nº PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRADA (ha)	Nº ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.001752/2005-69	Fazenda Bom Jardim	Macaé	1.649,1588	Nº 31, de 21 outubro de 2011	1.649,1588	15 de dezembro de 2011
54180.000209/2011-92	Fazenda Jardim do Paraíso	Campos dos Goytacazes	230,0000	Nº 39, de 29 novembro de 2011	-	Em elaboração
54180.000209/2011-92	Fazenda Bela Esperança do Pandy	São José do Vale do Rio Preto	883,9000	Nº 39, de 29 novembro de 2011	-	Em elaboração
Total (ha)			2.763,0588	Total (ha)	-	

Tabela 02 – Vistoria Preliminar (2011)

Nº PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRADA (ha)	Nº ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.000478/2005-19	Conjunto Periquito, Boa Vista e Guandu	Campos dos Goytacazes	1.639,7000	Nº 33, de 26 outubro de 2011	1.685,3976	Em elaboração
54180.000675/2011-78	Fazenda Tocos, Baganzal e Concha	Campos dos Goytacazes	4.282,8000	Nº 36, de 25 novembro de 2011	2.760,0763	Em elaboração
54180.000605/2008-14 54180.000509/2010-91	Fazenda Pau Brasil e Fazenda Santa Rosa	Cardoso Moreira	3.553,0000	Nº 38, de 28 novembro de 2011	3.653,4650	Em elaboração
54180.002216/2003-19	Fazenda Boianga	Campos dos Goytacazes	523,2000	Nº 44, de 14 dezembro de 2011	-	Em elaboração
54180.001030/2008-57	Fazenda São Pedro	Itaperuna	2.473,2000	Nº 48, de 16 dezembro de 2011	-	Em elaboração
Total (ha)			12.471,9000	Total (ha)	-	

Tabela 03 – Vistoria Preliminar (2010)

Nº PROCESSO	IMÓVEL RURAL	MUNICÍPIO	ÁREA CADASTRADA (ha)	Nº ORDEM DE SERVIÇO E DATA	ÁREA LEVANTADA (ha)	DATA DO LAUDO ENTREGUE
54180.000955/2008-81	Fazenda Engenho D'água	São Fidélis	373,3000	Nº 96, de 09 outubro de 2008	613,9095	14 de fevereiro de 2011
54180.000675/2011-78	Fazenda Jurity	Petrópolis	821,1000	Nº 32, de 21 de setembro de 2010	926,1444	16 de fevereiro de 2011
54180.000496/2005-92	Fazenda Conceição	Campos dos Goytacazes	310,1000	Nº 62, de 13 de dezembro de 2010	308,7108	04 de abril de 2011
54180.000852/2010-35	Fazenda Conjunto Sapucaia	Campos dos Goytacazes	10.733,2000	Nº 48, de 16 novembro de 2010	10.751,9158	06 de maio de 2011
54180.000479/2005-55	Conjunto Poço Gordo	Campos dos Goytacazes	1.084,0000	Nº 61, de 13 dezembro de 2010	1.070,4764	09 de maio de 2011
Total (ha)			13.321,7000	Total (ha)	13.671,1569	

Quanto à Pré-vistoria de imóveis rurais, durante o ano de 2011, estas não foram realizadas visando à verificação da viabilidade de realização de Vistoria Preliminar, devido à redução de custos e também pelo tempo reduzido, uma vez que grande parte do trabalho foi realizado no segundo semestre. Esta metodologia de seleção de imóvel para fins de vistoria preliminar foi utilizada em 2010 com o objetivo de aumentar a eficiência na obtenção de terras improdutivas, porém o trabalho não surtiu efeito, pois este não foi concluído pela equipe oriunda de Brasília.

Quanto à elaboração de cadeia dominial, estas foram realizadas para os imóveis Fazenda Bom Jardim, localizada em Macaé (Processo nº 54180.001752/2005-69); Fazenda São Bernardino, localizada em Nova Iguaçu (Processo nº 54180.000563/2011-17); e Massa Falida Usina Novo Horizonte, localizada em Campos dos Goytacazes (Processo nº 54180.001001040/2000-46).

Assim, é possível observar que a Divisão de Obtenção de Terras atingiu a meta estipulada, assim como a superação desta em mais de 50 %.

Desempenho Orçamentário:

Os gastos executados da Ação 8387, em comparação com os anos anteriores de 2009 e 2010, foram muito inferiores, considerando o volume de trabalho e imóveis vistoriados, superando, portanto, tais anos consideravelmente.

Um fato importante a se citar é que houve empenhos realizados para cumprimento da meta advindos da ação 2272-Gestão e Administração do Programa, que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos dos programas.

Os valores empenhados para a Ação 8387 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a Vistoria e Avaliação de Imóveis para Obtenção de Imóveis Rurais para atender ao Programa Nacional de Reforma Agrária foram feitos nos seguintes elementos de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 46.766,68**;

2 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 6.760,00**;

3 – Passagens e despesas com locomoção – valores efetivamente pagos: **R\$ 6.760,88**;

4 – Honorários Periciais – Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 243,42**

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	8	2	N/A	2	25,00%	6*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

*Como a Ação 8374 não é ação de caráter continuado, não constando licenças que “teriam começado a ser protocoladas em exercícios anteriores”, a meta de 2012 consta como a diferença entre a meta de 2011 e o realizado no exercício.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
86.586,36	34.859,79	24.343,88	69,83	22.343,88	64,10	22.343,88	64,1

Fonte: PO2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 32.764,57	R\$ 17.121,46	R\$ 9.523,11	R\$ 6.120,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento do INCRA é essencial por dois motivos: o primeiro, para que a propriedade rural respeite as normas de proteção ao meio ambiente, permitindo, desta forma, uso racional e adequado dos recursos naturais. O segundo motivo é que a Licença Ambiental é condição para a emissão de DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, sejam elas créditos como o PRONAF, ou programas de aquisição de alimentos do Governo Federal (operados pela CONAB), ou, ainda, para participar das chamadas públicas municipais para inclusão de seus produtos na merenda escolar. Ou seja, a licença ambiental é um instrumento de grande importância para garantir o fomento à produção e à comercialização, permitindo, assim, uma efetiva garantia de renda aos agricultores familiares e sua permanência na terra.

No ano de 2011, a SR-07 cumpriu 25% da meta estabelecida. Foram executados R\$ 22.343,88 nesta ação. O desempenho aquém da meta prevista deve-se a dois motivos. O primeiro foi o número reduzido de imóveis passíveis de desapropriação, apenas dois, onde estes foram vistoriados nos exercícios anteriores e, após passar pelo trâmite requerido pela NE 95/2010, estão prontos para a publicação do Decreto de Declaração de Interesse Social para fins de Reforma Agrária, permitindo, assim que fossem protocoladas duas LPs dessas fazendas: Fazenda Pedras Altas e Fazenda Nova Esperança e Anexos, totalizando 607,45 ha.. O segundo motivo é que no ano de 2010, várias licenças ambientais foram protocoladas sem as ‘devidas peças técnicas’, como, por exemplo, os Levantamentos Plantialtimétricos e PDAs – Projetos de Desenvolvimento de Assentamento ou PRAs – Projeto de Recuperação de Assentamento, conforme exigidos pelo CONAMA 387/06, que rege o licenciamento ambiental de assentamentos rurais. A falta destas peças técnicas impediu a emissão das licenças ambientais no ano de 2010 e 2011. Como não houve emissão de LPs, devido à falta das peças técnicas, ficamos impedidos de protocolar as LIOs. Apenas a LP do imóvel Arroz Dourado (com cerca de 673,23 ha) foi emitida. A SR-07/RJ está aguardando o parcelamento para poder protocolar a LIO.

A realização dos PDAs e PRAs é uma tarefa complexa, uma vez que exige a participação e aprovação dos assentados e análise de diferentes Divisões dentro do INCRA. Como todo processo participativo está sujeito a reprogramações e ajustes tanto do lado dos assentados como desta autarquia, estes sofreram alguns atrasos. Assim, somente em Dezembro/2011 foram entregues diversos PDAs e PRAs que estão sob análise na Divisão de Desenvolvimento e no Serviço de Meio Ambiente. Assim que tiverem sido aprovados pelo INCRA, eles serão enviados para o INEA e após a análise deste, as licenças ambientais correspondentes deverão ser emitidas.

Ainda há o problema, já identificado em 2010, da dificuldade na obtenção da Declaração da Prefeitura Municipal informando que o local e o tipo de instalação (PA) estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município. Em reunião realizada no INCRA, ficou acordado que o próprio INEA buscará informações com os municípios a fim de obter tais declarações.

Para além das licenças ambientais, os trabalhos do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da SR07/T concentraram-se na realização de vistorias para elaboração de mapas, estudos, reuniões com as comunidades e Unidades de Conservação, e participação em diversos fóruns onde existem assentamentos do INCRA. Além disso, durante o ano foram realizadas diversas vistorias para atender denúncias de crimes ambientais encaminhadas pelos próprios assentados, prefeituras, e Ministério Público Federal.

No Relatório de Gestão de 2010, foi constatada a necessidade de capacitação dos servidores do Meio Ambiente em Geoprocessamento, uma vez que o quadro de servidores da Cartografia desta SR é insuficiente para a realização de todos os trabalhos necessários, como os levantamentos planialtimétricos solicitados nas notificações do INEA. Esta capacitação ocorreu em Outubro/2011 em Vitória-ES, com a capacitação em Quantum Gis, *software* que está sendo adotado pelo INCRA como referência por ser gratuito.

Para o ano de 2012, focaremos a atenção do Serviço de Meio Ambiente no atendimento das condicionantes ambientais, importante para a manutenção das licenças ambientais já concedidas e na renovação das licenças que irão vencer a partir de junho 2012.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 8374 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com Licenciamento Ambiental para os Projetos de Assentamentos Rurais ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 20.635,16**;
- 2 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 1.408,72**;
- 3 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 300,00**.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	300,00	0	0	0	0	460,67 ha

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a Ação de Obtenção de Imóveis teve o Decreto de Declaração de Interesse Social para fins de Reforma Agrária de um imóvel rural, com área de 460,67 ha, esta meta é factível de ser realizada em 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
1.025.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A Ação 4460 – Obtenção de Imóveis para Reforma Agrária é uma das mais importantes para a concretização do Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que sua finalidade básica é obter áreas rurais por meio de desapropriação, aquisição direta (compra) ou meios não onerosos, como destinação de terras públicas, para a implantação de Projetos de Assentamentos para trabalhadores rurais

desprovidos de terras ou com terra insuficiente. Contudo, a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro não obteve terra alguma para assentar as famílias acampadas no estado, com meta física prevista e realizadas nulas e, por isso mesmo, sem dotação orçamentária para dar andamento à ação, prevista no PPA.

Como explicar que uma das ações mais importantes do INCRA, a ação que é a principal porta de entrada para o andamento de todo o Programa de Reforma Agrária tenha esse desempenho tão pífio no estado do Rio de Janeiro?

Não falta vontade política à Superintendência Regional para o intento de dar andamento à ação e, apesar da crônica falta de pessoal, não faltam técnicos capacitados para a realização do trabalho. Na verdade, o grande obstáculo para a obtenção de terras no Rio de Janeiro é o Poder Judiciário, que, constantemente, vem tomando decisões absurdas envolvendo as lides agrárias no estado. A situação é tão grave que o Judiciário, inclusive, vem determinando a extinção de Projetos de Assentamento já estabelecidos, afetando, assim, a vida de milhares de famílias.

Algumas ações de desapropriação, que já poderiam ter finalizado seu curso, propiciando a obtenção de terras pela SR-07/RJ e que permitiriam o assentamento de várias famílias, foram retardadas por alguns tribunais estaduais. Temos como exemplos os seguintes imóveis: Fazendas São Cristóvão e Usina Cambayba, localizados em Campos dos Goytacazes, ambos paralisados judicialmente desde 2008 (Processos nº 2007.51.03.004231-1 e 98.0304000-6, respectivamente) e Fazenda São Fernando, localizada no município de Valença (processo nº 2009.51.01.003795-1), também paralisado desde 2009.

Alguns imóveis improdutivos, através de ação ordinária, foram declarados produtivos, como é o exemplo dos imóveis Três Marias e Atalaia, ambos localizados no município de Macaé (processo nº 2006.51.16.000059-2 e 2004.51.01.019313-6, respectivamente). Nos dois casos, o INCRA apelou da decisão, porém ainda não obteve resposta.

Temos ainda outros exemplos:

Fazenda Rio Novo - Processo nº 2009.51.01.019529-5

O processo administrativo de desapropriação da Fazenda Rio Novo foi paralisado por ordem judicial da Justiça Federal do Rio de Janeiro em razão de ter havido ocupação de parte da área do imóvel por trabalhadores rurais. Contudo, tal ocupação deu-se em momento posterior ao Decreto Presidencial declarando a área como de interesse social para fins de reforma agrária, aplicando o Juízo Federal – em dissonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal – o art. 2º, § 6º da Lei 8.629/93 para a espécie. Tal processo administrativo voltou a tramitar em setembro de 2011, uma vez que a mencionada decisão judicial ordenou o sobrerestamento do feito administrativo por dois

anos a contar da desocupação, conforme determinado pelo dispositivo legal supramencionado. Atualmente encontra-se na fase de análise do recurso administrativo interposto pelo proprietário.

Fazenda Arroz Dourado - Processo nº 2008.51.03002900-1

A ação de desapropriação, **ajuizada em 2008**, teve o pedido de imissão de posse negado pelo Juízo Federal de Campos dos Goytacazes. Em grau de recurso, o TRF-2 concedeu a imissão de posse, a qual fora suspensa pelo juiz convocado do TRF-2 e, posteriormente, pelo Superior Tribunal de Justiça (MC 17517/RJ), todos em decisões liminares. A imissão de posse ainda é aguardada.

Usina Carapebus - Processos nº 2004.51.16.001297-4, 2004.51.16.001298-6 e 2004.51.169.000133-0

As sentenças de mérito proferidas pela Justiça Federal de Macaé nas 3 desapropriações da Usina Carapebus entenderam que seria necessário extinguir os Projetos de Assentamento 25 de Março, João Batista Soares e Prefeito Celso Daniel em razão de ter havido ocupação de parte da área da extinta Usina Carapebus por trabalhadores rurais. Contudo, esta ocorreu em momento posterior ao Decreto Presidencial que declarou a propriedade como de interesse social para fins de reforma agrária, aplicando o tribunal – exageradamente e em dissonância com a jurisprudência consolidada pelo Supremo Tribunal Federal – o art. 2º, § 6º da Lei 8.629/93 para a espécie. No entanto, a reintegração de posse em favor da Usina Carapebus – que colocaria na rua 320 famílias assentadas há 5 anos – está suspensa até o trânsito em julgado das desapropriações.

Seguem abaixo os dados referentes aos Projetos de Assentamento criados nas áreas da Usina Carapebus. Trata-se de uma usina já extinta na cidade de Carapebus - Norte Fluminense. Cada uma das 3 fazendas gerou um Projeto de Assentamento:

1) PA Prefeito Celso Daniel, criado pela Portaria nº 17, de 28/3/2005, com 201 famílias e área total de 2.849,4773 ha.

2) PA 25 de Março, criado pela Portaria nº 44, de 31/10/2005, com 50 famílias e área total de 943,9374 ha.

3) PA João Batista Soares, criado pela portaria de 16/12/2008, com 51 famílias e área total de 1.212,9450 ha.

Estes são Projetos de Assentamentos relativamente grandes para a média do estado do Rio de Janeiro e de fundamental importância para a economia local. Por diversas vezes, o Prefeito de Carapebus e seu secretariado expressaram o quanto reconheciam a importância dos Projetos de Assentamentos do INCRA no abastecimento e produção da referida cidade.

Em suma, a área em questão é hoje habitada por 302 famílias que produzem alimentos em regime de agricultura familiar desde 2005 (nos P. As Celso Daniel e 25 de Março) e 2008 (P. A João Batista

Soares). Seria impossível efetuar uma perícia acerca da produtividade de uma usina de cana-de-açúcar já desativada no ano de 1998, conforme determinado pelo STJ em uma área em que há 3 ou 5 anos produz milho, feijão, mandioca, frutas, galinhas, gado, etc. pelas mãos de 301 famílias. É notório que a decisão do STJ já não conseguirá efetivar qualquer perícia que reflita a realidade vivida há 13 anos.

Além do enraizamento das 302 famílias e de sua produção, bem como de todas as benfeitorias erguidas em todos esses anos pelos assentados, os três PAs receberam e recebem créditos agrícolas e assistência técnica e extensão rural do INCRA, o que não pode ser desconsiderado pelo STJ ao determinar uma perícia que pode extinguir os três assentamentos.

Ressalte-se que as três áreas são objeto de três ações de desapropriação em que a questão da produtividade já foi fartamente debatida. No entanto, o juízo federal de Macaé entendeu por extinguir os três PAs criados, aplicando ao exagero e em dissonância da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal o art. 2º, § 6º da Lei 8.629/93.

Felizmente, todos os três processos ainda dependem de julgamento pelo TRF-2 em grau de recurso.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0135.2272	A	3	Não se aplica	***	****	****	****	****	****

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
321.480,77	321.480,77	310.485,77	96,58	306.107,09	95,22	306.107,09	95,22

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 24.500,00	R\$ 2.268,54	R\$ 18.850,73	R\$ 3.380,73

Fonte: SIAFI.

Desempenho Orçamentário:

A ação 2272 foi de grande importância para o programa 0135, pois assegurou a realização de atividades que não constam no rol daquelas elencadas nas demais ações do programa, como foi o caso da ação de tecnologia da informação, onde foram gastos R\$ 112.632,80.

Através desta ação, foi possível o pagamento das taxas de publicação. No ano de 2011, várias publicações ocorreram em jornais de grande circulação. Como exemplo, temos as publicações das licenças ambientais requeridas e também do edital de compra e venda, que visou a chamada à apresentação de propostas por parte de proprietários rurais interessados em vender (Dec. Federal n.º 433, de 24 de janeiro de 1992 e alterações) ao INCRA imóveis rurais de que têm domínio, posse e as seguintes características; 1) Área mínima de 500,0000 ha (quinhetos hectares); 2) Solos nas classes de capacidade de uso com predominância de I e IV; 3) Abundantes recursos hidricos; 4) Fácil acesso, preferencialmente às margens das rodovias federais e estaduais, 5) Proximidade de mercados consumidores; 6) Localizados nos municípios que formam as seis regiões do Estado do Rio de Janeiro de maior interesse: Região Serrana, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Centro Sul Fluminense, Médio Paraíba e Região das Baixadas Litorâneas.

Outro ponto importante foi a renovação da frota da SR-07/RJ, com a compra de 05 (cinco) veículos novos, num montante de R\$ 144.000,00, evidenciando o valor elevado da ação. O Setor Financeiro da Divisão de Administração solicitou que o pagamento fosse feito via GAP do Programa 0135 porque, como este engloba as ações de 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, 8384 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias e 8374 – Licenciamento Ambiental, as quais fazem muitos serviços de campo, demandam muito o uso da frota da autarquia.

Os valores empenhados para o GAP do Programa 0135 foram de R\$ 310.485,77, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 306.107,09. Os gastos executados pela Divisão de Obtenção com a Gestão e Administração do Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 64.108,50**;

2 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 7.719,47**;

3 – Locação de mão-de-obra: **R\$ 112.632,80**.

4 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 121.646,32**.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (unidade)	380	0	506	506	133,15	89*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a ação 8396 costuma ultrapassar um exercício, a meta a ser realizada em 2012 serão as pendências advindas de exercícios anteriores, ou seja, o atendimento de 64 famílias com estradas implantadas e 25 famílias com estradas recuperadas, totalizando 89 famílias.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
1.035.105,72	856.410,24	856.410,24	100,00	425.981,36	49,74	425.981,36	49,74

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 1.154.623,40	R\$ 791.469,32	R\$ 327.371,00	R\$ 35.783,08

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A previsão de execução das obras de recuperação de estradas que constavam na Programação Operacional de 2011 não foi cumprida. Contudo, a meta que estava “em execução”, advinda de exercícios anteriores, de abastecimento de águas, foi cumprido em sua integralidade.

As atividades da Superintendência para esta Ação estiveram voltadas para a conclusão da execução do Contrato N° 16.000/09, firmado com a Empresa Hidropoços Ltda., no valor de R\$ 1.391.815, para a perfuração e instalação de 14 poços tubulares profundos, no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares localizado nos Municípios de Campos dos Goitacazes e São Francisco do Itabapoana, obra essa iniciada no exercício anterior.

A obra foi concluída e executada em conformidade com as especificações do Projeto básico, e beneficiou 506 famílias, que foi a meta realizada no exercício.

Sobre os serviços e obras de implantação e recuperação de infraestrutura básica previstos para execução com orçamento de 2011, foram elaborados 05 Projetos de engenharia, para atender às famílias assentadas nos seguintes Projetos de Assentamento: P.A Fazenda do Salto, em Barra Mansa (40), PA. Bem Dizia, no Município de Macaé (55), P.A. Terra Conquistada, em Campos dos Goytacazes (11), P.A. Chico Mendes (30) e Paz na Terra (74), ambos no Município de Cardoso Moreira.

O orçamento de 2011 deixou de ser executado por falta de servidores na Superintendência capacitados a operacionalizar o SICONV.

Optou-se então em execução indireta através de Licitação, que não chegou a ter seus editais lançados uma vez que parte dos recursos da Ação para o exercício de 2011 tiveram que ser utilizados para pagamento da obra dos poços, iniciada no exercício anterior, considerando-se que houve por parte do Ministério do Planejamento cancelamento do orçamento, inscrito em “restos a pagar”.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 8396 foram de R\$ 856.410,24, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 425.981,36, todos com despesa de capital. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos com a Ação de Implantação e Recuperação de infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Obras e Instalações: **R\$ 425.981,36;**

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida (unidade)	58	0	39	39	67,20%	141*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a ação 8398 por vezes ultrapassa um exercício, a meta a ser realizada em 2012 são as pendências advindas de exercícios anteriores, ou seja, o atendimento de 141 famílias com demarcação topográfica.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
47.920,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 43.884,65	R\$ 43.884,65	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A Ação 8398, de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, visa prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, com a realização de atividades integradas entre as Divisões de Ordenamento da Estrutura Fundiária (Setor de Cartografia) e de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos (Setor de Anteprojeto de Parcelamento).

O processo se realiza em 3 (três) momentos: O Setor de Cartografia da Divisão Fundiária inicialmente realiza as bases cartográficas. Posteriormente, são realizados pela Divisão de Desenvolvimento os demais estudos necessários ao cálculo da capacidade efetiva de assentamento bem como a elaboração do anteprojeto de parcelamento, o qual é, ao final, encaminhado ao Setor de Cartografia, após aprovação pelos assentados. Em seguida, há a implantação dos marcos de divisas dos lotes e perímetro, que poderá, a critério dos gestores, ser executado de forma direta ou indireta.

Esta ação é a porta de entrada para a implementação do restante das ações de desenvolvimento, tais como o licenciamento ambiental, aplicação de créditos diversos, assistência técnica individualizada, dentre outras. Inicia-se, assim, um novo ciclo para as famílias contempladas com esta ação.

Embora o percentual da meta realizada no ano não ter sido como em 2010 – tendo correspondido a **67,20%**, comparado a **91,57%** do ano anterior – podemos considerar satisfatório tendo em vista que encaminhamos ações intermediárias à efetiva implantação dos marcos – o que caracteriza a meta realizada.

Em 2011 foram realizadas as bases cartográficas de 5 (cinco) PA's para atendimento de aproximadamente 200 famílias.

Neste ano, ainda realizamos e aprovamos um anteprojeto de parcelamento para PA com 65 (sessenta e cinco) famílias – restando apenas a implantação dos marcos.

Em um Projeto de Assentamento em que já havíamos iniciado os trabalhos, tivemos que interrompê-los, pois o órgão ambiental do Estado (INEA), exigiu a elaboração de inventário florestal da área para posterior definição das áreas que poderão estar sujeitas ao parcelamento.

Quanto aos outros PA's com bases cartográficas já elaboradas, iniciamos em um deles os estudos para confecção do Anteprojeto de Parcelamento.

O único projeto implantado este ano foi feito por execução direta, com o beneficiamento de 39 famílias em um Projeto de Assentamento.

Quanto à implantação dos marcos, porém, o trabalho de implantação do parcelamento no campo deixou de ser realizado e este entrave deverá ser revisto pela Superintendência, principalmente quanto à decisão sobre o processo de execução, se ocorrerá de forma direta ou se por meio de licitação.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	0	0	0	0	0	132*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* A ação 4320 ultrapassa um exercício. Assim sendo, como há 132 famílias a serem atendidas com Projetos desta ação, esta passa a ser a meta para o ano de 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 51.361,44	R\$ 25.368,93	*****	R\$ 25.992,51

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Com relação à atuação da Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e Comercialização – Terra Sol, para o exercício de 2011, não houve cumprimento de metas físicas, nem mesmo dificuldades de execução, uma vez que os meios para o desempenho da atividade não foram fornecidos, restando apenas executar, dentre as demandas relacionadas na Programação Operacional, aquelas que pudessem contar com recursos não específicos.

Contudo, vale destacar que as atividades do Terra Sol, iniciadas em exercícios anteriores, tiveram descentralização de recursos complementares, para execução e conclusão em 2010, conforme detalhamento em item posterior.

Com o intuito de atender às demandas prioritárias programadas para a execução em 2011, deflagraram-se as atividades a seguir descritas, na expectativa de continuidade no exercício de 2012. Vale esclarecer que os trabalhos de campo tiveram apoio na dotação orçamentária do GAP do Programa 0137-Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, sob a responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento.

Apoio às ações mercadológicas da produção dos assentados

Em 2011 a participação dos assentados como protagonistas do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/CONAB foi substancialmente maior, ao se comparar com exercícios anteriores, face à ampliação da prestação dos serviços de ATES nos assentamentos do estado.

Com assessoria para organizar a produção e a comercialização, a demanda dos assentamentos em fase de implantação para acessar o Programa tornou-se uma realidade e um desafio a ser conquistado, frente à necessidade de divulgação do PAA, de organização das representações, de articulação com os poderes públicos municipais e intercâmbio com os técnicos de ATES para se consolidar a execução.

Nesse escopo, a equipe do Terra Sol, apoiada parcialmente pelos recursos da gestão de apoio aos programas – GAP, trabalhou em 10 assentamentos com o objetivo de alcançar os desafios acima descritos.

Em todos os assentamentos trabalhados, houve acesso ao PAA, seja através da organização dos próprios assentados, ou de parceiros proponentes. Foram emitidos pelo INCRA 234 (duzentos e trinta e quatro) documentos de qualificação de assentados (DAP).

Capacitação em apicultura

Dentre as atividades prioritárias da Ação 4320, havia a demanda para construção de uma casa de mel que atenderia 03 (três) assentamentos, com um total de 108 (cento e oito) famílias da região sul fluminense, todos próximos entre si e com características físicas semelhantes.

Em deslocamento aos PA's e após diagnóstico, houve consenso entre os técnicos do INCRA e a

proponente em desdobrar a atividade em 02 momentos distintos, a começar pela capacitação de toda a cadeia produtiva.

Aqui, cabe um parêntesis para caracterização dessa região, cujo relevo é conhecido e classificado como ‘mar de morros’, explorada originariamente com cultivos de café, conhecida por seu relevo acidentado, o que, consequentemente, traz restrições de uso econômico. A apicultura como exploração sustentável viria ao encontro da manutenção da cobertura vegetal, com respeito à legislação ambiental.

A proposta técnica foi elaborada pela UFRRJ/Instituto de Zootecnia. Contudo, por motivos internos, a Universidade alegou não poder operacionalizar o projeto. Ato contínuo, ocorreu um contato com o IFRJ/Escola Técnica Nilo Peçanha/UFF, que aceitou o desafio e está adaptando o projeto às suas especificidades. O projeto será apresentado e demandado no exercício de 2011.

Além disso, previamente às considerações sobre a meta física, cabe destacar que na SR-07/RJ, a Ação 4320 – Fomento à Agroindustrialização e Comercialização – Terra Sol envolveu duas iniciativas: por um lado, os investimentos na implantação da Unidade Agroindustrial do P. A Ilha Grande, cuja execução teve um desenvolvimento plurianual, com base em recursos orçamentários empenhados em 2008, 2009 e 2010, e inscritos em restos a pagar.

Por outro lado, foram realizados estudos para elaboração de projeto para a implantação de uma unidade agroindustrial voltada para a apicultura dos PAs Roseli Nunes, Terra da Paz e Vida Nova que, todavia, não consumiu recursos de capital, restringindo-se a pequenas despesas correntes das dotações de suporte operacional da Divisão de Desenvolvimento (GAP).

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $\epsilon = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido	144	49	N/A	49	34,03%	95*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

*Como a Ação 4358 não é ação de caráter continuado, não constando documentos de titulação que “teriam começado a ser expedidos em exercícios anteriores”, a meta de 2012 é a diferença entre a meta de 2011 e o efetivamente realizado.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
20.149,09	10.075,00	9.944,27	98,70	9.944,27	98,70	9.944,27	98,70

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Ações que apresentaram problemas de execução:

O não cumprimento das metas de emissão de títulos em 2011 foi ocasionado por alguns fatores, tais como:

No que tange à emissão de títulos definitivos, a demora nas resoluções das ações judiciais de desapropriações de imóveis para a realização da reforma agrária impediu a obtenção dos valores referentes à cobrança dos títulos definitivos.

Em relação à emissão de CCUs – Contratos de Concessão de Uso, a redução na provisão orçamentária prejudicou, no início do ano, a realização de vistorias necessárias para a emissão dos documentos.

Além disso, durante o ano de 2011 ocorreram alterações nas equipes de titulação e do SIPRA em função da aposentadoria de uma servidora e da remoção de outra. Foi necessário recompor as equipes e familiarizar os novos integrantes com as dinâmicas do setor.

Foi realizado um trabalho de levantamento ocupacional em 4 (quatro) Projetos de Assentamentos, onde foram vistoriados cerca de 1.000 (mil) lotes em novembro e dezembro de 2011, produzindo subsídios para que, em 2012, possam ser emitidos os CCUs – Contratos de Concessão de Uso referentes a esses projetos, o que deverá contribuir para o aumento do número de títulos emitidos em 2012.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 4358 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento com a Ação de Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamentos ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 9.944,27**.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarindeiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.10YN	A	3	Projeto consolidado (unidade)	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

O Rio de Janeiro não contratou empréstimo com o BID para consolidar Projetos de Assentamentos.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar de produção atendida (unidade)	0	0	0	0	0	105*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a ação 2B09 pode ultrapassar mais de um exercício, e há pendências de exercícios anteriores, optou-se pelo número de 105 unidades familiares de produção como meta para 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$3.370.957,00	R\$ 1.939.657,00	R\$ 365.300,00	R\$ 1.066.000,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O Serviço de Meio Ambiente da SR-07, no ano de 2010 e 2011, focou sua atenção no trabalho de protocolo e atendimento de condicionantes das Licenças Ambientais, a fim de regularizar a situação dos nossos assentamentos e, desta forma, não previu a realização de projetos de Manejo de Recursos Naturais no ano de 2011, uma vez que o número de servidores no Serviço de Meio Ambiente é pequeno para a execução das duas ações sob a responsabilidade do Setor.

Entretanto, ao longo do ano, participamos de diversos fóruns em busca de apoio e parcerias para a recuperação e conservação dos recursos naturais de nossos assentamentos. Assim, foram estabelecidas tratativas para a recuperação e conservação das áreas legalmente protegidas dos assentamentos do INCRA, através de reuniões com o INEA, para a SEA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, conforme descritas abaixo.

- Parceria com a SEA, a fim de elaborar e executar projetos de recuperação ambiental nos assentamentos do INCRA, no âmbito da Compensação Ambiental. O Rio de Janeiro sediará vários eventos de forte impacto ambiental como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, além de ser palco de grandes investimentos industriais, como o COMPERJ e Porto Açu, que precisam realizar compensações ambientais. A maioria dos assentamentos do estado herdaram passivos ambientais dos imóveis desapropriados. É necessária a recuperação das áreas de APP e de Reserva Legal a fim de adequá-los ambientalmente, e possibilitar o manejo agroecológico destes. Os assentamentos abaixo foram pré-selecionados, juntamente com a SEA, por possuirem parcelamento definido: Vida Nova, Antonio de Farias, Che Guevara, Dandara dos Palmares, Ilha Grande, Oziel Alves, Santo Amaro, Cantagalo, Paz na Terra, Zé Pureza e Floresta de Belém.
- Parceria com o INEA a fim de implantar o Programa Mais Ambiente estabelecido no Decreto nº 7.029/2009 no RJ. O Programa Mais Ambiente tem como objetivo a regularização ambiental dos pequenos agricultores. A proposta é a definição em campo e recuperar as áreas de APP e RL, além de fornecer Assistência Técnica e Educação Ambiental aos agricultores. Os assentamentos abaixo foram pré-selecionados, por não estarem incluídos na proposta prevista para a Parceria com a SEMA: Terra da Paz, Vida Nova, Roseli Nunes e Fazenda do Salto.

No ano de 2012, estas parcerias deverão ser estabelecidas oficialmente, e começarão os trabalhos.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/100	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.0427	A	3	Família atendida (unidade)	1.102	54	68	122	11,07%	980*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* A meta de 2012 é o saldo da diferença entre a Meta da PO 2011 e o realizado no exercício.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
7.558.865,78	5.646.990,00	4.132.200,00	73,18	315.400,00	5,59	315.400,00	5,59

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 3.370.957,00	R\$ 1.939.657,00	R\$ 365.300,00	R\$ 1.066.0000,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Cumprimento das metas físicas:

Em relação às metas físicas previstas para o exercício de 2011, de 1.102 famílias a serem contempladas com Crédito Instalação, o resultado obtido, de 122 créditos concedidos, corresponde a 11,07% do estipulado. Considerando a reduzida capacidade operacional desta SR-07/RJ para a ação do Crédito e outras ações que são necessárias para viabilizar a aplicação do programa, concluímos que a meta programada para o exercício foi superestimada.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Na aplicação do Crédito Instalação, vários foram os entraves que dificultaram e muitas vezes até retardaram o início das ações no campo. Alguns deles são: dotação insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, insuficiência operacional da SR para concluir a demanda de parcelamentos dos novos assentamentos (pré-requisito para a aplicação da modalidade Aquisição de Materiais de Construção), ausência de ações de recuperação de estradas, morosidade no cumprimento das ações administrativas, que compromete a logística para a aplicação do Crédito, entre outras.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Apesar da meta prevista, superestimada conforme já foi dito, não ter sido alcançada e considerando as dificuldades elencadas acima, houve o comprometimento da equipe, que buscou superar essas dificuldades e conseguiu um resultado satisfatório, dadas as condições existentes.

Outras considerações:

Explicita-se, a seguir, as grandes dificuldades encontradas nesta Superintendência Regional no decorrer de todo o processo de operacionalização da Ação de Concessão de Crédito Instalação.

A ausência de um fluxo administrativo adequado de trabalho e a grande burocracia rotineiramente observada configuram-se como dois dos principais fatores que contribuem para desestruturar o planejamento realizado pelas equipes. Recorrentemente, estas depararam com:

- a) Dificuldade em conseguir viatura para o deslocamento às áreas;
- b) Demora na liberação e pagamento de diárias;
- c) Morosidade na análise dos processos e assinatura dos ofícios de pagamento;

- d) Falta de retorno imediato às demandas do Setor apresentadas às instâncias superiores.
- e) Relação desgastante com as agências de relacionamento do Banco do Brasil.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 0427 foram de R\$ 4.132.200,00, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 315.400,00, todos com Inversões Financeiras. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos com a Ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

1 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos: **R\$ 315.400,00**.

Os Gastos com o Suporte Operacional da Ação, como diárias de servidores, combustíveis e pagamento de terceiros foram realizados pelo GAP do Programa 0137.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*a/100	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.122.0137.2272	A	3	Não se aplica	****	****	****	****	****	****

Fonte: PO 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	552.297,42	536.190,05	97,08	479.765,27	86,87	479.765,27	86,87

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 15.031,33	R\$ 1.080,95	R\$ 13.499,76	R\$ 450,62

Fonte: SIAFI.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para o GAP do Programa 0137 foram de R\$ 536.190,05, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 479.765,27. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos com a Gestão e Administração do Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 229.615,77;**

2 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 65.852,20;**

3 – Passagens e Despesas com Locomoção: **R\$ 3.729,46.**

4 – Locação de mão-de-obra: **R\$ 20.649,10**

5 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 159.835,54.**

6 – Despesas de Exercícios Anteriores: **R\$ 83,20.**

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	4.310	5.607	N/A	5.607	130,09%	1.297*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a Ação 2105 não tem caráter continuado, não ultrapassando um exercício, a meta de 2012 foi obtida pela diferença (positiva) entre a meta da PO 2011 e a meta realizada o exercício.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
38.790,00	13.089,52	10.204,12	77,96	10.204,12	77,96	10.204,12	77,96

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 15.002,39	R\$ 14.606,51	R\$ 395,00	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

1 - TREINAMENTO DE UMC'S EM 2011

- Antecedentes: Último treinamento ocorreu em 2011.
- Dificuldades: Liberação de recursos na datas solicitadas, para treinamento e capacitação de novas UMCs - Unidades Municipais de Cadastramento – UMC.
- Potencialidades: Atualmente existem 45 UMCs com os termos de cooperação assinados em um universo de 90 Prefeituras Municipais.
- Perspectivas: Manter a base já em funcionamento com supervisões constantes e ampliar em aproximadamente 20% o número de UMC's, com imediato treinamento e capacitação destas novas unidades nos respectivos municípios.

PROPOSTA

- Metas: Estima-se ser possível a efetivação de pelo menos dez (10) novos convênios para criação UMCs. Para tanto, é necessária a aprovação do orçamento préviamente definido, com a liberação dos recursos financeiros de acordo com o cronograma de desembolso, já que os treinamentos envolvem toda uma programação que é antecipadamente acordada com as Prefeituras Municipais. Mas antes mesmo desta operação, torna-se imprescindível um contato com os Prefeitos a fim de esclarecer todos os procedimentos que antecedem a assinatura do convênio, bem como motivá-los, demonstrando a importância das UMC's como polo de ordenamento fundiário no Município. Também planeja-se reciclagem das atuais UMCs até o final do ano de 2012.
- Operações a executar: A operacionalização das ações envolverá a criação de cinco polos para treinamento de UMC's no Estado, cada um deles abrangendo no mínimo 8 Municípios. Para estes Polos serão convidados representantes de Municípios limítrofes que ainda não estejam inseridos no programa, a fim de incentivar o incremento de UMC's naqueles Municípios. Assim, estes Polos, além

de capacitar, estarão servindo para conscientizar os Prefeitos ou representantes Municipais da importância de se ter uma Unidade de Cadastramento na região.

2 - SUPERVISÃO DE UMC's EM 2011

Atividade/Projeto: Visita às UMCs já treinadas para supervisionar o andamento dos pedidos de alteração cadastral.

Âmbito de atuação territorial: estadual.

Distância da sede: depende do municípios serem visitados.

DIAGNÓSTICO

- Antecedentes: a atividade foi realizada em 2011.
- Dificuldades: Demora no atendimento ao pedido de liberação de recursos para supervisionar e fiscalizar as UMCs já criadas. Especificamente no ano de 2011, a falta de motoristas oficiais causou alguns transtornos, pois fomos obrigados a improvisar, colocando os técnicos para guiar as viaturas. Devido a esta supervisão envolver vários municípios, dificilmente se consegue encontrar e atender a todos da melhor forma, mesmo comunicando antecipadamente os deslocamentos àquelas unidades, pois os servidores que se encontram em atendimento às UMC's, na maioria das vezes executam outras atividades nas Prefeituras.
- Potencialidades: gerenciar, instruir e qualificar as atividades das UMCs.
- Perspectivas: Ampliação do serviço de UMC's nos Municípios, com a incorporação de recurso humano e melhoria dos equipamentos. Com isso, estaremos reduzindo as consultas sobre informações ao gestor do SNCR na Superintendência a respeito de cadastro de imóveis rurais.

PROPOSTA

- Metas: Supervisão e orientação das 45 UMC's no estado.
- Operações a executar: Os técnicos que cuidam desta ação deverão promover deslocamentos devidamente programados em Programação Operacional, privilegiando o atendimento em grupos de municípios limítrofes, ou próximos, a fim de otimizar os recursos financeiros.

3 - FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO RURAL E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR ESTRANGEIROS EM 2011

Sub-ação: Fiscalização dos Processos Administrativos de Fiscalização e de Aquisição de Imóveis por Estrangeiros.

Atividade/Projeto: Notificações e Levantamento em Cartórios de Registro de Imóveis.

Âmbito de atuação territorial: estadual.

Distância da sede: depende do município.

DIAGNÓSTICO

- Antecedentes: não houve antecedentes.
- Dificuldades: não houve dotação orçamentária específica para esta ação no ano de 2011. O Setor de Cadastro Rural também aguardava a aprovação dos procedimentos reguladores da atividade, o que foi efetivado no final do ano, com a homologação do Manual para Aquisição de Terras por Estrangeiro.
- Potencialidades: Iniciar um processo de análise das inconsistências no SNCR, com comunicação a todos os envolvidos, visando a depuração do SNCR. Numa fase paralela, atender a processos de fiscalização.
- Perspectivas: Não são muito animadoras visto que, embora o INCRA tenha todo o normativo de que precisa, o setor não possui estrutura para atender à demanda que está por vir, com a depuração do SNCR, a demanda normal e o atendimento do Processos de Fiscalização. Hoje, o Setor de Cadastro conta apenas com um servidor para tratar de desta atividade.

PROPOSTA

- Metas: Conclusão dos processos de Fiscalização abertos em 2009 e de Aquisição de Imóveis por Estrangeiros.
- Operações a executar: visita aos cartórios em que se verificar a maior incidência de equívocos no trato com o registro de imóveis em nome de Estrangeiros. Estabelecer um paralelo com a fiscalização de imóveis rurais a fim de tentar aglutinar estas duas atividades na mesma região para a otimização dos recursos financeiros disponíveis.

4 - VISTORIAS DE IMÓVEIS RURAIS DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

Atividade/Projeto: Vistorias de imóveis rurais por não atendimento das Portarias 558/99 e 835/05.

Âmbito de atuação territorial: estadual.

Distância da sede: depende do município

DIAGNÓSTICO

- Antecedentes: Em 2009, foram vistoriados três (03) imóveis rurais.
- Dificuldades: não houve dotação orçamentária no ano de 2011.
- Perspectivas: Desapropriação para fins de reforma agrária.

PROPOSTA

- Metas: cinco (05) imóveis a vistoriar (quantidade estimada)
- Operações a executar: vistorias para levantamento de dados preliminares.

5 - CANCELAMENTO DE CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS EM 2011

Atividade/Projeto: Vistoria no imóvel para constatar as informações fornecidas no processo de pedido de cancelamento.

Âmbito de atuação territorial: estadual.

Distância da sede: depende do município.

OPERAÇÃO CARACTERIZADA:

DIAGNÓSTICO

- Antecedentes: Muito pouco foi feito, até o momento, com relação a este tipo de vistoria. Somente em casos extremos e que envolva grandes áreas ou dúvida clara quanto às informações prestadas pelo profissional que elaborou o laudo Técnico.
- Dificuldades: não houve dotação orçamentária no ano de 2011.
- Potencialidades: fiscalizar a estrutura fundiária.
- Perspectivas: gerenciamento da estrutura fundiária, eliminando do SNCR imóveis que não têm destinação para atividade agropecuária.

PROPOSTA

- Metas: Pela experiência, durante os últimos anos, estabeleceu-se uma previsão de vistoria – para comprovação de informações técnicas em processos de cancelamento por descaracterização de imóvel rural – de 36 (trinta e seis) imóveis.
- Operações a executar: deslocamento ao imóvel para verificar e comprovar se este perdeu suas características rurais.
- Plano de aplicação: Estabeleceu-se uma média de 3 vistorias por mês.
- Comparação com os limites orçamentários
- Justificativas: Supervisão da Estrutura Fundiária e finalização dos processos de cancelamento no SNCR por descaracterização de imóvel rural.

6 - CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA PERMANENTE PARA AS ATIVIDADES DE ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS NO SNCR E ATENDIMENTO DA LEI 10.267/01

Atividade/Projeto: Análise de documentação e transmissão de pedidos de alteração de cadastro no SNCR.

Âmbito de atuação territorial: Na Superintendência Regional

DIAGNÓSTICO

- Antecedentes: As análises atuais são feitas de forma lenta, visto que os analistas – além destas atividades – estão diretamente vinculados ao processos de cancelamentos, digitação de DP's *ex-ofício*, oriundas de vistorias para desapropriação de imóveis rurais, verificação cadastral em processos de certificação de imóveis e atendimento ao público, prestando esclarecimentos diversos sobre questões fundiárias. A qualidade da informação que é inserida no SNCR é seriamente comprometida, em razão do caráter declaratório e da inconsistência da documentação apresentada, algumas vezes não detectada pelos analistas, o que acarreta erros de cadastramento no SNCR.
- Dificuldades: Demora nas atualizações cadastrais no SNCR, na maioria das vezes pela falta de cumprimento das exigências pelo interessado.
- Potencialidades: Somente haverá incremento neste atividade se houver a contratação de mão-de-obra terceirizada para atender à crescente demanda.
- Perspectivas: Com algumas medidas anunciadas pela Diretoria Fundiária, como a simplificação dos formulários de DP, a depuração do SNCR; com a eliminação de grande parte das inconsistências e a integração dos sistemas; com a incorporação do cadastro gráfico ao literal existente, certamente haverá melhor qualidade no gerenciamento da estrutura fundiária; agilizando todo o processo de atendimento ao contribuinte detentor de imóvel rural.

PROPOSTA

- Metas: Proceder à depuração no sistema e promover a digitalização sistematizada das DP's que se encontram em arquivo na SR/07; ampliar, equipar e capacitar servidores e terceirizados para atuarem na Sala do Cidadão.
- Operações a executar: Adquirir equipamentos e contratar mão-de-obra terceirizada de nível Superior.

7 - TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE INCRA E OS SERVIÇOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS ESTABELECIDA PELA LEI N° 10.267/01 E INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 26/05.

DIAGNÓSTICO

Em média, foram recebidos 98 (noventa e oito) ofícios por mês, provenientes dos diversos Serviços de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro, comunicando as modificações ocorridas nas matrículas dos imóveis rurais situados nas respectivas circunscrições.

Cada ofício contém aproximadamente 10 (dez) informações, o que totaliza em média 980 (novecentas e oitenta) informações a serem analisadas e processadas.

A análise e o processamento envolve a realização das seguintes tarefas:

a) Pesquisa de cada imóvel no SNCR para verificar se os dados cadastrais estão devidamente atualizados. Em caso afirmativo, elabora-se ofício, comunicando ao respectivo SRI o código do imóvel atribuído pelo sistema, para posterior averbação na matrícula correspondente. No caso dos dados não estarem atualizados, é enviado ofício ao adquirente do imóvel rural para que este providencie a Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais com os documentos comprobatórios necessários.

b) Observação da legislação vigente nos seguintes aspectos: nas informações que são prestadas pelos Serviços Registras - áreas acima da FMP – Fração Mínima de Parcelamento, certificação em áreas acima de 500 hectares, autorizações para loteamentos rurais, etc. Sendo detectada alguma possível irregularidade, é providenciada a abertura de processo administrativo, conforme orientação da Nota Técnica nº 91/2010, expedida pela Procuradoria Federal Especializada – INCRA/RJ, com vários encaminhamentos, até a assinatura e expedição de ofício para a Corregedoria Geral de Justiça.

c) Pesquisa na internet do código de endereçamento postal (CEP) referente ao endereço do adquirente para enviarmos as notificações, pois várias informações não apresentam o referido dado.

ENTRAVES

Atualmente, essa atividade está sendo realizada apenas por um servidor. No momento, estão sendo analisados os ofícios de fevereiro do corrente ano. Essa atividade fica suspensa quando este servidor entra de férias, viaja ou tira licença médica. Existe probabilidade deste servidor aposentar-se dentro de 4 (quatro) anos.

Há necessidade de haver – no Setor de Cadastro – pelo menos mais um servidor se levar-se em conta que algumas tarefas podem ser feitas pelo Setor de apoio da Divisão Fundiária.

Várias informações estão incompletas por faltarem muitas vezes os seguintes dados: código do imóvel, endereço completo do adquirente, nacionalidade, etc. Quando é possível, o Setor faz buscas no SNCR e no site dos correios. Todavia, o esforço muitas vezes não produz respostas às buscas empregadas.

São enviados constantemente ofícios ao Corregedor Geral de Justiça comunicando possíveis irregularidades. Os ofícios são distribuídos para os seus diversos núcleos regionais, que deveriam analisar e decidir sobre o assunto.

Contudo, os juízes, de forma incompreensível, optam pelo princípio do contraditório, no qual os cartórios são réus e o INCRA é o autor. A função institucional do INCRA é de apenas apontar possíveis irregularidades, e não de apuração e decisão sobre o fato. Cabe, portanto, à Corregedoria decidir a respeito da veracidade do fato. Não cabe a esta Autarquia opinar como os cartórios devem atuar.

PROPOSTA:

Visitas mensais a vários cartórios para possíveis orientações.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 2105 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 10.204,12**.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.4426	A	3	Área georreferenciada (ha)	0	0	0	0	0	0*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	4.299,08	3.720,19	86,53	3.720,19	86,53	3.720,19	86,53

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Ao longo do ano de 2011, esta ação concentrou-se especialmente na certificação de peças técnicas elaboradas por particulares, o que resultou na certificação de 17.341 ha em 25 (vinte e cinco) imóveis rurais certificados.

As atividades de georreferenciamento de imóveis rurais foram desenvolvidas através da ação 8398 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

Com a certificação/georreferenciamento de 17.341 ha, diante da meta proposta de 0 (zero) ha, alcançamos 17.341% da meta estabelecida. Dentro dessa ação, temos os imóveis certificados, ou seja, imóveis georreferenciados; e os imóveis que são georreferenciados através de contratos e convênios celebrados pela autarquia. Conforme explicitado no início, não houve georreferenciamento de imóveis rurais feito pela segunda modalidade. Entretanto, houve um imenso esforço para dar uma resposta a todos os particulares que ingressaram com pedido de certificação, gerando, assim, processos administrativos, os quais estavam com sua análise inconclusa.

Nesse sentido, foram analisados 18 (dezoito) processos relativos a exercícios anteriores, correspondendo a mais de 15 mil hectares; 46 (quarenta e seis) processos, correspondendo a mais de 15.000 hectares, foram indeferidos e arquivados por não atenderem às exigências técnicas estipuladas, não obtendo, desta maneira, a certificação. Isso totalizou, somando todos os esforços de análise empreendidos ao longo do exercício de 2011, 64 (sessenta e quatro) processos analisados, correspondendo a 47.000 hectares medidos.

Todavia, cabe ressaltar, segundo entendimento da Sede, o qual difere diametralmente do entendimento dos executores da ação 4426, que todo esse esforço não deve ser contabilizado pois se trataria de “imóveis certificados” (sic) e não de imóveis georreferenciados.

Nesse momento, somos compelidos a jogar luz nas trevas do obscurantismo, buscando desfazer tamanho equívoco.

Se observarmos o descritor da ação 4426, leremos: “*Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais...*”

Ora, para um imóvel rural ser considerado certificado, ele deverá estar georreferenciado; e no momento da atualização cadastral, seus dados literais alimentarão o SNCR. Assim será atingida a melhoria da “qualidade e consistência das informações cadastrais...”.

Causa-nos estupor o fato de a Sede vir sistematicamente tentando desmembrar a ação 4426 em dois produtos, a saber: “imóveis georreferenciados e imóveis certificados”. Repetimos, pela enésima vez, que TODO IMÓVEL RURAL CERTIFICADO É UM IMÓVEL RURAL GEORREFERENCIADO, de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais (NETGIR, 2010). Sendo assim, ele atende ao descritor da ação 4426, e deveria ser contabilizado no relatório de gestão, uma vez que o nosso maior gasto são homens/horas trabalhados.

Quanto à execução financeira, apresentamos um dos menores custos por hectare possível. Para um valor pago de **R\$ 3.720,19**, foram analisados mais de 47.000 hectares de georreferenciamento, tendo sido deferidos como certificados 17.341 ha, o que perfaz um custo de R\$ 4,66/ha. Tais custos foram para atender a convocações para reuniões na Sede e deslocamentos pelo Estado, objetivando “....Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE – RIBAC/RBMC...”.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 4426 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 2.077,31**;
- 2 – Passagens e Despesas com Locomoção: **R\$ 1.642,88**.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado (unidade)	98	14	7	21	21,42%	117*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

*Na ação de Regularização Fundiária, há um saldo de 117 imóveis a serem regularizados em 2012, remanescentes de exercícios anteriores.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
40.000,00	6.400,00	5.118,13	79,97	5.118,13	79,97	5.118,13	79,97

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

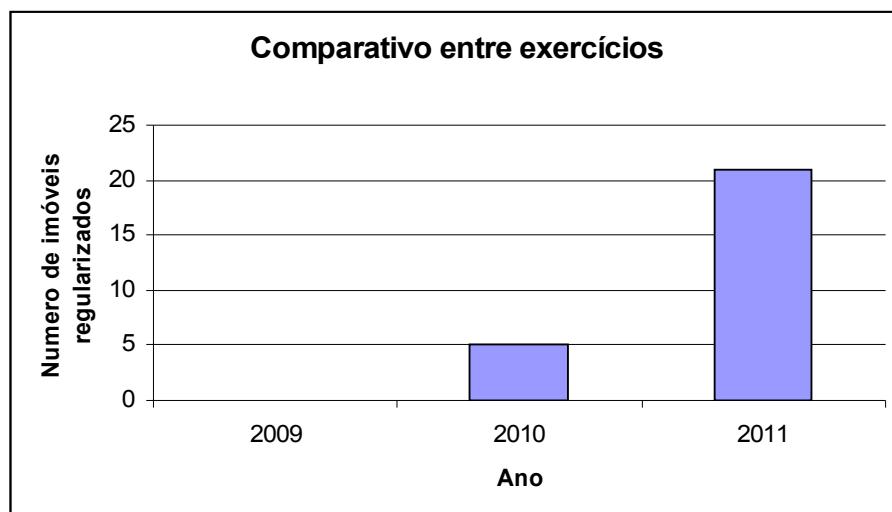
A regularização fundiária executada pela SR-07 concentra-se nas áreas inclusas na Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) - transferida em 8 de julho de 1966 pelo SPU ao extinto IBRA, do qual o INCRA é sucessor - e inclui, principalmente, a concessão de remição de aforamento e a venda de domínio pleno a ocupantes, com base em legislação específica que estabelece o regime jurídico das terras da FNSC.

No que respeita à execução física e financeira da Ação 2110 no exercício de 2011, tem-se que foram regularizados **21 imóveis (252,1696 hectares)**, o que corresponde a **21,42%** do quantitativo proposto pela meta. Considerando que a despesa liquidada no exercício de 2011 foi de **R\$ 5.118,13**, foram gastos **R\$ 243,72** por imóvel regularizado, o que reflete os esforços de utilizar os recursos financeiros de maneira adequada e racional.

Não obstante a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária ter cumprido apenas **21,42%** do previsto na meta, pode-se concluir que os resultados referentes a 2011 foram satisfatórios, levando-se em consideração dois fatores:

1º) observando-se os dados referentes *apenas* ao exercício de 2011, percebe-se que, dos **44** (quarenta e quatro) imóveis cujos processos foram iniciados em 2011, foram regularizados **14 imóveis**, ou seja, **31%** da demanda iniciada no exercício; e

2º) conforme pode ser observado no gráfico a seguir, a despeito do não cumprimento da meta, houve um incremento significativo no número de imóveis regularizados em 2011, em comparação aos exercícios anteriores:



Esse incremento pode ser considerado significativo, principalmente, porque foi obtido apesar dos seguintes fatores:

- a) em alguns casos, a continuidade dos processos de regularização fica prejudicada porque, muitas das vezes, depende de informação existente no acervo documental da FNSC, que se encontra desorganizado e em estado de conservação precário;
- c) a ação conta apenas com um servidor responsável pela análise dos processos e vistoria das áreas, e outro responsável pelos levantamentos topográficos dos imóveis. Ainda assim, no exercício de 2011, dada a necessidade, ambos os servidores foram requisitados para desempenhar atividades relacionadas a outras ações; e
- b) a conclusão de alguns processos prolonga-se em alguns casos porque, conforme legislação específica, fica facultado ao interessado efetuar o pagamento do lote de forma parcelada. Neste caso, a área só poderá ser considerada regularizada após a emissão dos Contratos de venda de domínio pleno ou de remição de aforamento, que só ocorre após a integralização das parcelas pelo interessado.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 2110 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação de Regularização, Imóveis Rurais e Urbanos ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 3.718,13**;
- 2 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 900,00**;
- 3 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 500,00**.

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8380	A	4	Área com processo impetrado (ha)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Não ocorreu no período.

2.3.3.4 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição: Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8378.0001	A	4	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Não ocorreu no período.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0138.2272	A	3	Não se aplica	****	****	****	****	****	****

Fonte: Fonte: PO 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	145.820,00	145.820,00	100,00	145.820,00	100,00	145.820,00	100,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados GAP do Programa 0138 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação 2272 do Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

1 – Locação de Mão-de-obra: **R\$ 140.820,00**;

2 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 5.000,00**.

As despesas realizadas no Plano Interno E0138227211, relativas às Ações de Tecnologia da Informação, foram efetivadas para suportar os gastos com pagamento de mão-de-obra dos contratos de tercerização da atividades de informática e de suporte às atividades da Divisão Fundiária RJ, na remuneração de funcionárias digitadoras, contratadas para atenderem à Sala do Cidadão e ao setor de Cadastro do SNCR.

As despesas referentes a Ações de Tecnologia da Informação foram liberadas conforme tabela abaixo :

DETALHAMENTO DOS GASTOS NA AÇÃO 2272 – PROGRAMA 0138						
Nº	EMISSÃO	UO	PT	ND	UGR	VALOR EMP
800198	02/06/11	4901	21122013822720000	339037	CALMA	R\$ 16.398,64
800199	02/06/11	4901	21122013822720000	339037	HCM	R\$ 18.414,15
800200	02/06/11	4901	21122013822720000	339037	FORÇA	R\$ 45.947,57
800331	03/10/11	4901	21122013822720000	339037	LCM	R\$ 3.739,64
800443	08/12/11	4901	21122013822720000	339037	FORÇA	R\$ 37.291,75
800446	08/12/11	4901	21122013822720000	339037	LCM	R\$ 3.739,64
800455	09/12/11	4901	21122013822720000	339037	CALMA	R\$ 15.288,61
						R\$ 140.820,00

As despesas com Supporte Operacional à Regularização Fundiária foram efetivadas na recuperação de viaturas durante o ano a fim de permitir suporte às ações fundiárias no Estado. O detalhamento possível: ND = 339039, PT 21122013822720001, valor R\$ 5.000,00.

Os gastos acima referenciados foram imprescindíveis e permitiram um bom desempenho da Divisão Fundiária na efetivação de suas atividades no exercício 2011. Primeiramente suprindo a Divisão com mão-de-obra especializada na administração e viabilizou todos os deslocamentos necessários durante todo o ano de 2011.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado (unidade)	53	83	N/A	83	156,60%	0*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Em 2012, a meta será centralizada na sede.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
22.843,00	28.091,02	24.751,86	88,11	24.751,86	88,11	24.751,86	88,11

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A Capacitação na SR-07/RJ foi realizada tendo como base o Decreto 5.707/2006 e a IN 52/2009, e teve como objetivo assegurar a formação e manutenção das competências necessárias ao desenvolvimento das atividades inerentes às responsabilidades institucionais do INCRA. Conforme dados acima, a meta operacional prevista para o exercício de 2011 foi de 53 servidores a serem capacitados. Tivemos 83 oportunidades de capacitação, atingindo 156,6% da meta estipulada. Seguem os dados levantados.

1. Eventos de Capacitação x Divisão

Divisão de Administração: 28 eventos

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária: 13 eventos

Divisão de Desenvolvimento: 08 eventos

Divisão de Obtenção de Terras: 20 eventos

Gabinete: 14 eventos

A Divisão de Administração foi uma área privilegiada em decorrência das oportunidades oferecidas pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em parceria com o INPI, oferecendo cursos de qualidade, gratuitos e no Rio de Janeiro. Entretanto, a Divisão de Desenvolvimento deverá ter mais oportunidades e ser estimulada no processo de capacitação nos próximos exercícios.

2. Capacitação Gerencial

A capacitação gerencial faz parte das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal pontuada no Decreto nº 5.707/2006. No ano de 2011, tivemos 04 servidores ocupantes de cargo em comissão (03 chefes de Divisão e 01 de Serviço); 01 chefe substituto e 01 com Função Gratificada capacitados na área de gerenciamento e liderança, através da ENAP. Isso foi um ponto muito positivo, pois a dificuldade de capacitar a gerência vem sendo um desafio no Serviço Público.

3. Capacitação por nível de cargo:

Cargos de nível Médio: 12

Cargo por nível Superior: 71

Temos na SR-07/RJ o total de 52 cargos de nível médio e 73 de nível superior. Os dados acima nos mostram que os servidores de nível médio, os mais antigos na Instituição, deverão ser

mais estimulados a participar das capacitações.

4. Investimento em Capacitação:

Dos 83 eventos realizados, tivemos 63 (79,90%) sem custo para o INCRA e 20 (24,10%) com custos. O recurso financeiro total utilizado na capacitação foi de R\$ 24.751,86, assim distribuídos: R\$ 5.477,44 com inscrição em cursos; R\$ 8.048,54 com diárias e R\$ 11.225,88 com passagens para deslocamento. Os custos gastos com diárias e passagens foram mais oriundos dos eventos promovidos pela sede/DF, tanto em Brasília, quanto em Salvador e Vitória. Em relação às oportunidades dos eventos, houve razoável adequação dos recursos financeiros/orçamentários e aproveitamento das oportunidades oferecidas.

5. Localidades dos eventos:

Rio de Janeiro: 62 eventos

Brasília/DF: 11 (Promovido por Brasília)

Salvador/BA: 02 (Promovido por Brasília)

Vitória/ES: 07 (promovido por Brasília)

Paraná/PR: 01 (sem custo para o INCRA)

6. Principais Instituições promotoras dos eventos:

ENAP: 30

INCRA/SEDE: 26

Oficinas Internas: 10

Outros: 17

7. Classificação dos eventos de capacitação:

Quanto à duração: Todos os 83 eventos foram de curta duração (período máximo de 05 dias);

Quanto à modalidade: 68 presenciais e 15 EAD (Educação à distância);

Quanto ao tipo: Foram realizados cursos, oficinas internas, congressos e videoconferências.

Embora a predominância dos cursos tenham sido mais presenciais, a Educação à Distância vem apresentando uma boa oportunidade de capacitação, visando assim, maior redução dos recursos financeiros públicos e adequação de horários dos servidores com suas atividades, uma vez que conciliar demandas laborais, tais como viagens e cursos de capacitação foi também um desafio enfrentado nesse processo.

Por fim, concluímos que, apesar dos cortes financeiros ocorridos em 2011, a parceria com a ENAP, oficinas internas e cursos a distância foram meios efetivos e menos custosos na capacitação do exercício de 2011 na SR-07, levando a Superintendência à superação das metas estabelecidas.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 4572 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Administração com a Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 8.048,54**;
- 2 – Passagens e Despesas com Locomoção: **R\$ 11.225,88**;
- 3 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 5.477,44**.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.2109	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	4.406	N/A	4.406	0,00%	4.406*

Fonte: PO 2011 – SIR – Módulo do Monitoramento.

* A meta de 2012 é a diferença (positiva) entre a meta da PO 2011 e a efetivamente realizada.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	32.797,00	32.797,00	100,00	32.797,00	100,00	32.797,00	100,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O Setor FOME ZERO da SR/07, em 2011, atendeu famílias acampadas, com cestas de alimentos e rolos de lona, conforme quadro abaixo:

1^a e 2^a etapas – entrega simultânea – **1.408** famílias atendidas em 35 acampamentos

3^a etapa – **810** famílias acampadas em 24 acampamentos

4^a e 5^a etapas – entrega simultânea – **1.146** famílias atendidas em 24 acampamentos.

Ressaltamos como crítica a dificuldade operacional e até mesmo orçamentária para o cumprimento das metas, as quais, porém, foram cumpridas.

1^a e 2^a etapas – entregas simultâneas de cestas de alimentos às famílias acampadas:

ACAMPAMENTOS	LOCALIDADES	FAMÍLIAS	DATA ENTREGA	M.Social
NOVA ES. ATÉ	ITAPERUNA	90	17/05/11	FETAG
F. DE BELÉM	ITAPERUNA	35	17/05/11	FETAG
FRANCISCO JULIÃO	CARDOSO MOREIRA	46	18/05/11	MST
CHICO MENDES	CARDOSO MOREIRA	31	18/05/11	MST
PAZ NA TERRA	CARDOSO MOREIRA	74	19/05/11	MST
U.VENCEREMOS	SÃO FIDELIS	16	06/05/11	FETAG
ELD.CARAJAS	B. J. ITABAPOANA	35	04/05/11	MST
SÃO ROQUE	B. J. ITABAPOANA	20	04/05/11	MST
17 DE ABRIL	CAMPOS	39	05/05/11	MST
GOYTACAZES	CAMPOS	18	03/05/11	FETAG
MADRE CRISTINA	CAMPOS	55	05/05/11	MST
20 DE NOVEMBRO	CAMPOS	16	03/05/11	MST
JOÃO B. SOARES	CARAPEBUS	58	19/05/11	FETAG
ZÉ PUREZA	CONC. DE MACABU	20	19/05/11	FETAG
PAULO FREIRE	QUISSAMÃ	16	04/05/11	FETAG
OSWALDO OLIVEIRA	MACAÉ	178	12/05/11	MST
TRES MARIAS	MACAÉ	43	12/05/11	FETAG
UNIÃO CONQUISTA	MACAÉ	48	19/05/11	FETAG
SEBASTIÃO LAN III	SILVA JARDIM	30	12/05/11	MST
SEBASTIÃO LAN II	SILVA JARDIM	49	12/05/11	MST
SEBASTIÃO LAN I	SILVA JARDIM	22	12/05/11	FETAG
ARLINDO MARTINS	RIO DAS OSTRAS	47	19/05/11	FETAG
ADEMAR MOREIRA	RIO DAS OSTRAS	27	09/05/11	FETAG
ROSA G. FARINHA	S. PEDRO ALDEIA	23	09/05/11	MST
GIZELI LIMA	VALENÇA	58	11/05/11	MST
MARIANA CRIOLA	VALENÇA	40	24/05/11	MST
ROSELI NUNES	PIRAI	11	10/05/11	MST
TERRA DA PAZ	PIRAI	13	10/05/11	MST
TERRA LIVRE	REZENDE	34	13/05/11	MST
IRMÃ DOROTY	QUATIS	74	13/05/11	MST
MARLI P. DA SILVA	PARACAMBI	70	12/05/11	MST
TERRA NOSTRA	PARACAMBI	39	09/05/11	MTL
PROJETO TERRA	PARACAMBI	20	12/05/11	FETAG
U. T. E TRABALHO	SEROPÉDICA	13	10/05/11	MTL
35 ACAMPAMENTOS	18 MUNICÍPIOS	1408	<>>	03 MSOCIAIS

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

3^a etapa – Entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas:

ACAMPAMENTOS	LOCALIDADES	FAMÍLIAS	DATA ENTREGA	M.Social
U.VENCEREMOS	SÃO FIDELIS	11	23/09/11	FETAG
ELD.CARAJAS	B. J. ITABAPOANA	32	23/09/11	MST
SÃO ROQUE	B. J. ITABAPOANA	20	23/09/11	MST
17 DE ABRIL	CAMPOS	12	23/09/11	MST
GOYTACAZES	CAMPOS	23	23/09/11	FETAG
MADRE CRISTINA	CAMPOS	48	11/09/23	MST
20 DE NOVEMBRO	CAMPOS	14	23/09/11	MST
PAULO FREIRE	QUISSAMÃ	132	23/09/11	FETAG
OSWALDO OLIVEIRA	MACAÉ	57	15/09/11	MST
TRES MARIAS	MACAÉ	25	15/09/11	FETAG
UNIÃO CONQUISTA	MACAÉ	32	15/09/11	FETAG
SEBASTIÃO LAN III	SILVA JARDIM	21	21/09/11	MST
SEBASTIÃO LAN II	SILVA JARDIM	50	21/09/11	MST
SEBASTIÃO LAN I	SILVA JARDIM	22	21/09/11	FETAG
ARLINDO MARTINS	RIO DAS OSTRAS	35	23/09/11	FETAG
ADEMAR MOREIRA	RIO DAS OSTRAS	29	19/09/11	FETAG
ROSA G. FARINHA	SÃO PEDRO ALDEIA	23	22/09/11	MST
MARIANA CRIOLA	VALENÇA	28	12/09/11	MST
TERRA LIVRE	REZENDE	34	13/09/11	MST
IRMÃ DOROTY	QUATIS	60	16/09/11	MST
MARLI P. DA SILVA	PARACAMBI	25	15/09/11	MST
TERRA NOSTRA	PARACAMBI	43	14/09/11	MTL
PROJETO TERRA	PARACAMBI	20	16/09/11	FETAG
U. T. E TRABALHO	SEROPÉDICA	14	12/09/11	MTL
24 ACAMPAMENTOS	14 MUNICÍPIOS	810	<>>	03 MSOCIAIS

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

4^a e 5^a ETAPAS – entregas simultâneas de cestas de alimentos às famílias acampadas:

ACAMPAMENTOS	LOCALIDADES	FAMÍLIAS	DATA ENTREGA	M. sociais
NOVA E DO ARÉ	ITAPERUNA	90	25/11/11	FETAG
MARIANA CRIOULA	VALENÇA	31	25/11/11	MST
TERRA LIVRE	REZENDE	34	23/11/11	MST
MARLI P. DA SILVA	PARACAMBI	38	21/11/11	MST
TERRA NOSTRA	PARACAMBI	43	24/11/11	MTL
PROJETO TERRA	PARACAMBI	23	23/11/11	FETAG
U. T. E TRABALHO	SEROPÉDICA	14	22/11/11	MTL
IRMÃ DOROTY	VALENÇA	60	28/11/11	MST
TRES MARIAS	MACAÉ	25	28/11/11	FETAG
UNIAO CONQUISTA	MACAÉ	22	28/11/11	FETAG
SEBASTIÃO LAN II	SILVA JARDIM	50	29/11/11	MST
SEBASTIÃO LAN III	SILVA JARDIM	21	29/11/11	MST
ROSA G. FARINHA	RIO DAS OSTRAS	23	02/12/11	MST
OSWALDO OLIVEIRA	RIO DAS OSTRAS	94	05/12/11	MST
PAULO FREIRE	QUISSAMÃ	132	06/12/11	FETAG
20 DE NOVEMBRO	CAMPOS	14	07/12/11	MST
GOYTACAZES	CAMPOS	24	07/12/11	MST
MADRE CRISTINA	CAMPOS	48	08/12/11	MST
C. E NEINHA	CAMPOS	56	12/12/11	MST
MANOEL BARBOSA	SAPUCAIA	192	13/12/11	FETAG
JOÃO B. SOARES	CARAPEBUS	56	13/12/11	FETAG
ELD. CARAJAS	BOM JESUS	32	14/12/11	MST
17 DE ABRIL	CAMPOS	14	15/12/11	MST
U. VENCEREMOS	S. FIDELIS	10	16/12/11	MST
24 ACAMPAMENTOS	15 MUNICÍPIOS	1146	<>>	03 MSOCIAIS

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

**ACAMPAMENTOS ATENDIDOS COM ROLOS DE LONA DE ACORDO
COM A NECESSIDADE ATÉ 02/12/2011**

ACAMPAMENTOS	LOCALIDADES	QUANTIDADE DE ROLOS	VALOR UNITÁRIO 299,00	MSOCIAIS
U. VENCEREMOS	SÃO FIDELIS	1	299	FETAG
ELD. CARAJAS	B.J ITABAPOANA	1	299	MST
17 DE ABRIL	CAMPOS	1	299	MST
GOYTACAZES	CAMPOS	1	299	FETAG
MADRE CRISTINA	CAMPOS	1	299	MST
C. E NEINHA	CAMPOS	4	1196	MST
PAULO FREIRE	QUISSAMA	3	897	FETAG
OSWALDO OLIVEIRA	MACAÉ	5	1495	MST
TRÊS MARIAS	MACAÉ	1	299	FETAG
UNIÃO DA CONQUISTA	MACAÉ	1	299	FETAG
SEBASTIÃO LAN III	SILVA JARDIM	1	299	MST
SEBASTIÃO LAN II	SILVA JARDIM	1	299	MST
NOVA E. DO ATÉ	ITAPERUNA	2	598	FETAG
MARIANA CRIOLA	VALENÇA	3	897	MST
IRMÃ DOROTHY	QUATIS	2	598	MST
MARLI P. DA SILVA	PARACAMBI	3	897	MST
PROJETO TERRA	PARACAMBI	1	299	FETAG
17 ACAMPAMENTOS	11 MUNICÍPIOS	32	TOTAL = 9568	03 M. SOCIAIS

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

FAMÍLIAS ATENDIDAS COM ROLOS DE LONAS EM 2011

Janeiro	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
38 famílias contempladas	9 famílias contempladas	9 famílias contempladas	9 famílias contempladas	25 famílias contempladas	35 famílias contempladas	297 famílias contempladas	625 famílias contempladas	1047 famílias atendidas

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

ACAMPAMENTOS ATENDIDOS COM ROLOS DE LONA DE ACORDO COM A NECESSIDADE ATÉ 23/12/2011

ACAMPAMENTOS	LOCALIDADES	QUANTIDADE DE ROLOS	VALOR UNITÁRIO 299,00	M. SOCIAIS
TERRA NOSTRA	PARACAMBI	1	299	M TL
MADRE CRISTINA	CAMPOS	2	598	MST
C. E NEINHA	CAMPOS	2	598	MST
OSWALDO OLIVEIRA	MACAE	2	598	MST
IRMÃ DOROTHY	QUATIS	2	598	MST
PROJETO TERRA	PARACAMBI	1	299	FETA G
17 DE ABRIL	CAMPOS	1	299	MST
U. VENCEREMOS	SÃO FIDELIS	1	299	MST
06 ACAMPAMENTOS	05 Municípios	12 ROLOS DISTRIBUÍDOS	TOTAL 3.588,00	03 MSOCIAIS

Fonte: Setor Fome Zero/SR-07/RJ

DISTÂNCIAS DA SEDE AOS ACAMPAMENTOS E OUTROS FATORES IMPORTANTES

Outro dado importante refere-se às distâncias percorridas entre a Sede da SR/07 e os acampamentos. Por exemplo, o acampamento UNIÃO, TERRA E TRABALHO - em Seropédica, situa-se a 79 KM do centro do Rio de Janeiro, e o acampamento ELDORADO CARAJAS, em Bom Jesus de Itabapoana, a 367 KM da SR/07. Além disso, alguns acampamentos situam-se em regiões geograficamente acidentadas, íngremes, cercadas de colinas, morros e murundus. Contudo, - ressaltamos, curvas e ondulações, porteiras e pontes e estrada de terra e lamaçal, se foram desafios para a equipe do ‘Fome Zero’, não impediram o atendimento com cestas de alimentos e rolos de lona às famílias acampadas e em situação de insegurança alimentar.

RESSALTANDO DIFICULDADES

- 1) existem acampamentos situados em locais de difícil acesso, onde um caminhão de oito a dez toneladas não entra;
- 2) existem acampamentos que não são facilmente encontráveis, e alguns naturalmente sujeitos às intempéries;
- 3) caso o atual sistema de entrega de cestas de alimentos persista, a SR/07 precisará adquirir um caminhão de oito a dez toneladas, com urgência;
- 4) caso haja mudança no modelo de entrega de cestas de alimentos, ainda assim, a SR/07, a despeito da desativação do Setor ‘Fome Zero’, precisará adquirir um caminhão visando dentre outras situações, futuras reintegrações de posse;
- 05) independente da desativação do Setor ‘Fome Zero’ nas regionais, e em especial, na SR/07, será preciso manter em arquivo todas as documentações inerentes às atividades realizadas para futuras pesquisas por parte de outros atores envolvidos com a missão de atender famílias acampadas e em situação de insegurança alimentar;
- 06) levando-se em consideração as possíveis mudanças no sistema de entrega de cestas de alimentos, seria importante divulgar a nova programação ou pacote de intenções à equipe atual ou, quiçá, à próxima equipe do Setor ‘Fome Zero’, para fins de orientação às famílias acampadas, e
- 07) levar em consideração que tanto a Ouvidoria quanto o Setor Fome Zero, além de executarem um trabalho de caráter prioritário e de política pública, lidam o tempo todo com

urgências e emergências no que diz respeito aos conflitos agrários e a insegurança alimentar das famílias rurais acampadas.

Neste Setor, todas as demandas são urgentes e emergentes em função da luta contra a fome. Neste sentido, a Divisão Administrativa da SR/07, mesmo com dificuldades, sempre apoiou o trabalho desenvolvido da equipe de servidores responsável pela distribuição das cestas de alimentos, tendo em vista as prioridades proveniente do Campo.

Cumprimento das metas físicas:

As metas do Setor FOME ZERO visam atender às famílias acampadas. O retorno social da distribuição de cestas de alimentos é altamente positivo. Contudo, apesar do sucesso do trabalho da equipe em relação às metas físicas alcançadas, vale destacar as dificuldades operacionais encontradas junto às famílias-sem-terra acampadas, principalmente em relação à falta de um caminhão. Todavia, os resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ foram alcançados.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Em 2011, houve carência de um caminhão de 12 a 14 toneladas para a entrega das cestas de alimentos, além da demora na liberação de recursos orçamentários e financeiros. A falta de um caminhão próprio ou alugado pela SR/07 certamente produziu um impacto negativo no bom desenvolvimento dos trabalhos. O apoio da CONAB/RJ em relação à cessão do caminhão de sua propriedade era dado de acordo com a execução do atendimento às famílias quilombolas, de acordo com a adaptação aos roteiros daquela autarquia. A realização eficaz do apoio às famílias acampadas está diretamente relacionado com a disponibilidade de um caminhão próprio da SR 07.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Apesar da maioria dos acampamentos da reforma agrária situar-se em áreas de difícil acesso, a entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas superou de forma significativa as expectativas no que diz respeito às metas estabelecidas.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 2109 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela SR-07/RJ com a Ação 2109 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

1 – Material de Consumo – combustíveis: **R\$ 30.797,00**;

3 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 2.000,00**

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território .

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	272,00	0	221	221	81,25%	485,00*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a Ação 1642 é de caráter continuado, a meta a ser realizada em 2012 é o saldo remanescente das áreas a serem reconhecidas que se iniciaram no exercício de 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
90.737,00	64.684,83	64.390,56	99,55	63.649,04	98,40	63.649,04	98,40

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 47.291,52	R\$ 34.607,48	R\$ 896,60	R\$ 11.787,44

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

A missão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA consiste em promover e executar a reforma agrária visando à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, bem como gerenciar a estrutura fundiária do país e promover a discriminação e arrecadação das terras devolutas e públicas federais, incorporando-a ao sistema produtivo.

Ao longo do tempo, as crescentes metas de assentamento, a demanda reprimida e a ação continuada dos movimentos sociais organizados, criaram a necessidade de instrumentalizar o INCRA para executar tais atividades com eficiência e eficácia. Dentro deste contexto, o INCRA hoje é, provavelmente, um dos órgãos do executivo com maior número de atribuições por unidade a desempenhar. Ao INCRA, cabem ações como vistoria de imóveis rurais, avaliação de imóveis, seleção de candidatos, assentamento, estruturação do assentamento com construções de moradias com luz, água e instalações sanitárias, implementação de políticas educativas (PRONERA) e de crédito PRONAF, reconhecimento da efetiva distribuição e concentração da terra, cadastro e manutenção do sistema nacional de cadastro rural entre outras ações.

Especificamente, a partir de 20 de novembro de 2003, foi atribuído ao INCRA pelo Decreto Nº 4.887, o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e foi criado o Programa Brasil Quilombola.

Esta nova atribuição, contudo, perdura sobre a complexidade do arcabouço legal que rege a matéria, as dificuldades operacionais (carência de recursos humanos e materiais) e procedimentais (prazos legais e trâmites processuais) sobre a respectiva ação. Ressalte-se que muitos dos elementos que compõem tal ação, desencadeados em um exercício, prolongam-se no tempo para os exercícios seguintes.

Tantas funções, atribuídas a um único órgão com deficiente capacidade operacional e logística, lamentavelmente não são contabilizadas pelos Órgãos do Planejamento ao se estabelecerem as ditas metas de governo.

O caso da presente ação (1642) é típico, no qual persiste a má atenção por parte dos Gestores que estipulam as metas para o serviço a ser executado, embora o INCRA já tenha por várias vezes solicitado a mudança da unidade de medida para outra, que ajude a melhorar a visualização de suas sub-ações e serviços executados.

A ação de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de

Quilombos (1642) refere-se à elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, consultas, notificações, publicação de Portarias e emissão dos Decretos, a demarcação e, por fim, a titulação das áreas. Apenas a elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) implica um conjunto de atividades elementares, que geram resultados parciais que se vão somando para concluir o RTID; atividades como a elaboração do Relatório Antropológico, as notificações iniciais aos proprietários não quilombolas, o cadastramento de famílias, o censo dos ocupantes não quilombolas, a planta e memorial descritivo do território e o relatório agronômico ambiental, além, é claro, da mediação de vários conflitos provenientes deste trabalho.

No exercício de 2011, o Setor de Quilombos do Rio de Janeiro trabalhou em 15 comunidades, publicando o Relatório Técnico de uma delas. Além disto, o INCRA ajuizou uma Ação Judicial de Despropriação. E realizou outras inúmeras sub-fases de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Estas atividades elementares não aparecem nos indicadores, mas devem ser consideradas. Porém, foram executadas as ações prioritárias definidas na LDO, comprovando que a medida, comunidade titulada, não revela o andamento das ações. E que se frise que todas essas etapas são custosas para a administração.

As principais ações executadas foram:

Divisão SR-07 - F QUILOMBOS Mapa Geral da execução		
Programa 1336 - Brasil Quilombola ações:1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação e Ação 0859 – Pagamento		
QUILOMBO	2011	OBS
SANTANA	Planta Ocupacional, começo da Cadeia dominial	
SÃO JOSÉ DA SERRA	Planta Ocupacional, Avaliação, Cadeia, Depósito, Ajuizamento de 4 ações de desapropriação	A finalização da titulação depende de uma ação judicial, ou seja, da velocidade de uma ação de outro poder (jurídico), e não da capacidade do executivo.
MARAMBAIA		o procedimento encontrava-se parado no ano de 2011 devido às movimentações políticas da Marinha do Brasil. Retorna à pauta no ano de 2012.
SACOPÃ	Notificações	
RASA	Plantas, Elaboração de Cadastro de ocupantes	A comunidade desestruturou-se, dividindo-se em três, o que paralizou momentaneamente os procedimentos.
CAVEIRA	Publicou-se o RTID, e foram recebidas as contestações	
PEDRA DO SAL	Recepção das contestações e início das elaboração das Respostas	Pedra do Sal é uma das mais emblemáticas comunidades do Rio de Janeiro, em conjunto com Sacopã, pois se localiza em local nobre do Rio de Janeiro, a zona portuária, que possui amplo projeto de revitalização. Por conta disso, elevaram-se os cuidados na execução de suas respostas.
SOBARA	Finalização da definição de áreas, e começos do rel. Agro-Ambiental	Até o momento, a comunidade ainda não se posicionou sobre a reivindicação territorial, levando a uma pausa nos serviços.
CABRAL	Respondeu-se às contestações do RTID e foram feitas as Notificações	Segue este ano para recurso superior em Brasília
SÃO BENEDITO	Respondeu-se às contestações do RTID; foi encaminhado posicionamento da Procuradoria Regional	Ainda não devolvido pela Procuradoria
ALTO DA SERRA	Respondeu-se às contestações do RTID e foram feitas as Notificações	
CRUZEIRINHO	Plantas, Cadastro, Rel. Agro-Ambiental e Notificações	Avaliação, Cadeia, kit portaria
PINHEIRAL	Execução de Reconhecimento de áreas	Comunidade com desentendimentos internos, de cunho religioso, o que a levou a uma desmobilização
BOTAFOGO	Foram feitas as Plantas primárias de delimitação da área, o Cadastro, faltando terminar o Rel. Agro-Ambiental para Publicação do RTID e Notificações	Responder contestações, Avaliação, Cadeia Dominial
MARIA JOAQUINA	Plantas e Elaboração de Cadastro de ocupantes	Desdobramento da comunidade de Rasa
MARIA ROMANA	Plantas e Elaboração de Cadastro de ocupantes	Desdobramento da comunidade de Rasa

Fonte: Setor de Quilombos da SR-07/RJ.

Além dos trabalhos demonstrados acima, destaque-se que a Comunidade Quilombola de Preto Forro, localizada no município de Cabo Frio foi titulada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, por meio do Termo de Reconhecimento de Domínio. Esse trabalho de reconhecimento, embora titulado pelo governo estadual, por ser área devoluta, deu-se, em grande parte, graças aos esforços do INCRA, tendo ocorrido, em 2011, inclusive, os serviços de avaliação de benfeitorias e várias outras ações de escritório

na negociação com o Estado e Procuradorias (Federal e Estadual) para definição do melhor caminho para o registro imobiliário do território.

Cabe ainda evidenciar que alguns eventos internos são recorrentes em todo serviço público realizado pelo INCRA; porém, isto acaba impactando na conclusão final dos trabalhos, tais como:

a) Falta de equipamentos

Problemas deste tipo já são constantes. Por diversas vezes foi solicitado do Setor um diagnóstico da situação operacional da Divisão Fundiária, especificamente na atividade Quilombola. Sempre se colocou a necessidade de equipamentos (computadores, notebooks, máquina fotográfica e GPS L1 L2). Ainda não fomos beneficiados com estes equipamentos, mas nem por isso a Divisão deixou de atender a demanda e cumprir as metas estabelecidas.

b) Estruturação da equipe do Serviço de Quilombos

A diminuta equipe do Serviço de Quilombos, que conta com um antropólogo, um agrônomo e uma estagiária, vem desenvolvendo as atividades de forma precária. Graças à boa relação existente com os demais servidores da Divisão Fundiária, conseguiu-se ajuda em determinadas ocasiões, principalmente na área de delimitação dos territórios e na avaliação de imóveis rurais. Mas não se pode ficar refém de ajudas temporárias; há necessidade de contratação de pessoal qualificado (antropólogo, agrônomo e agrimensor) e, se possível, de terceirizados para cuidar da parte administrativa.

Essas pendências trazem uma perspectiva pouco animadora para o exercício de 2012, quando o Setor de Quilombos enfrentará adversidades com as avaliações para desintrusão de não quilombolas, a delimitação de territórios polêmicos como Rasa, Bracuí, Sacopã e Marambaia, e as inúmeras contestações relativas aos RTID's publicados em 2010 e 2011. Como se observa, esta atividade tem uma diversidade de etapas a serem transpostas e poucos servidores para enfrentá-las, causando um acúmulo de atividades para cada um dos componentes da equipe, sendo, às vezes, necessário priorizar ações que são imprescindíveis em detrimento de outras também importantes.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 1642 foram efetivamente liquidados e pagos, com exceção do pagamento de serviço de terceiros, em que se empenhou R\$ 12.700,00, mas foi efetivamente liquidado e pago o montante de R\$ 11.958,48, restando, portanto, um pequeno saldo de R\$ 741,52 (despesa executada por inscrição em Restos a pagar não processados). Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Diárias para deslocamento de servidores – valores efetivamente pagos: **R\$ 40.705,73**;
- 2 – Passagens e Despesas com Locomoção: **R\$ 10.984,83**;
- 3 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 11.958,48**.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	398,20	398,20	0	160,18 ha*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a ação de Indenização de imóveis em áreas quilombolas adentra em mais de um exercício, pela previsão e não concretização de indenização no exercício previsto, há um saldo remanescente de outros exercícios de 160,18 ha, que é a meta de 2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	1.390.097,10	1.353.765,85	97,39	1.353.765,85	97,39	1.353.765,85	97,39

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Não houve meta física prevista para essa ação do programa. De toda forma, as ações preparatórias para tal titulação ocorreram durante o período de 2011, consumindo recursos orçamentários e logísticos. Foi realizado o levantamento e elaboração de plantas e memoriais descritivos, além de avaliação de campo de 4 (quatro) imóveis incidentes em áreas Decretadas, especialmente para o Território Quilombola de São José da Serra (em Valença).

Como citado na tabela da Ação anterior, as ações judiciais de desapropriação foram devidamente

ajuizadas no ano de 2011, o que implicou nos depósitos dos valores em Juízo, no valor de R\$ 1.353.765,85. Porém, a conclusão desta ação depende da velocidade do Poder Judiciário.

Esta análise revela a total desconjuntura de se estipular como meta a área a ser indenizada, aprisionando o INCRA, Autarquia Federal do Poder Executivo, à capacidade produtiva do Poder Judiciário.

Inobstante as dificuldades apresentadas na ação, para o ano de 2012, o INCRA já iniciou mais um levantamento de comunidade quilombola: o de Santana, território que conta com cerca de 14 imóveis a serem desapropriados. Isto implicará em 14 vistorias e avaliações para cálculos dos valores das indenizações.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para a Ação 0859 foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a Ação 0859 – Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Aquisição de Imóveis: **R\$ 1.353.765,85.**

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e=d*100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	215	0	0	0	0	240*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a Ação 4474 – de Educação de Jovens e Adultos no Campo é uma ação de caráter continuado, restam, como meta para 2012, a continuidade na formação de 240 trabalhadores rurais.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
213.861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 150.943,64	R\$ 150.943,64	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do INCRA, tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O PRONERA capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) – Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- * Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- * Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- * Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante – Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior – Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Desempenho da Ação 4474 na SR-07/RJ: Período de Março a Dezembro/2011

Período de Execução: Dez/2010 a Fevereiro/2013

Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) através do Decanato de Extensão e da Coordenação do Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino (DTPE), celebrado em 31 de dezembro de 2010, no projeto de educação: “Educar para Emancipar”.

Municípios e Assentamentos atendidos:

CAMPOS DOS GOYTACAZES:

- Acampamento 17 de abril;
- Acampamento Madre Cristina;
- Assentamento Zumbi dos Palmares 4;
- Assentamento Oziel Alves.

MACAÉ:

- Assentamento Celso Daniel (Núcleo Cabiún);
- Assentamento Celso Daniel, Núcleo Maria Amália;
- Oswaldo de Oliveira;

DUQUE DE CAXIAS:

- Assentamento Terra Prometida;
- Fazenda São Pedro (Jaceruba).

BARRA DO PIRAI:

- Assentamento Vida Nova.

NOVA IGUAÇU:

- Assentamento Campo Alegre.

PIRAÍ:

- Terra da Paz.

OBJETIVO: Promover a escolaridade referente ao primeiro segmento do Ensino Fundamental a 240 (duzentos e quarenta trabalhadores e trabalhadoras rurais) – jovens e adultos. A iniciativa almeja investir na formação de 12 (doze) educadores(as) residentes nas áreas de reforma agrária do Estado do Rio de Janeiro.

FORMAÇÃO DE EDUCADORAS DO CAMPO:

Nas capacitações, as educadoras foram orientadas quanto aos temas:

- As tendências políticos pedagógicas;
- A história da EJA no Brasil;
- Aspectos da didática crítica, reflexiva e dialética;
- A arte-educação;
- Psicopedagogia;
- Princípios da educação do campo;
- Agroecologia e economia solidária;
- Educação laica e pública;
- Educação e sociedade: o complexo campo e cidade.

A preocupação da equipe pedagógica da UFRRJ, no que diz respeito às educadoras, era capacitar-las de modo que estivessem preparadas a resolverem as questões próprias de suas realidades. Ao mesmo tempo, era desejo torná-las aptas a potencializar o trabalho de alfabetização num procedimento constante de diálogo com a comunidade local.

As educadoras foram escolhidas pela própria comunidade de acordo com um processo em que todos estavam envolvidos e interessados. A seleção foi realizada observando-se, acima de tudo, pessoas com adequado grau de experiência e que já tivessem vivenciado outras experiências educativas. A autonomia para definir dinâmica, objetivos, metodologias, temas e a regularidade dos encontros e aulas em diferentes espaços e tempos pedagógicos também foi um quesito observado.

OS EDUCANDOS E AS EDUCANDAS

A maioria dos alunos é formada por pessoas adultas, revelando o perfil predominante desta faixa etária nas áreas rurais. A outra parcela é constituída por idosos com idades compreendidas entre 60 a 80 anos.

MECANISMOS DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTO

·Visitas nas áreas: O objetivo basilar da ação foi conversar com as educadoras a fim de apoiá-las e motivá-las em suas práticas educativas. A reflexão sobre as atividades desenvolvidas em sala de aula sobre os trabalhos executados pelos alunos também foi um item observado. Na ocasião, foram propostas metodologias de aprendizagem que valorizasse o conteúdo das pessoas e de suas respectivas realidades. As educadoras também receberam orientação para o preenchimento de documentos de construção e criação de matérias pedagógicas;

·O caderno da educadora: Trata-se de um instrumento onde a educadora registra o máximo do desenvolvimento realizado em seu trabalho pedagógico. Este recurso foi elaborado de duas formas: a primeira, como forma de um simples registro/plano que pudesse facilitar o trabalho docente. Em seguida, foi feito um caderno com conceitos mais elaborados em relação a objetivos, procedimentos

metodológicos, recursos e avaliação. Vale destacar que este caderno traduz o amadurecimento tanto da qualificação das educadoras quanto da práxis docente.

·**Tecnossociabilidade:** A comunicação com as educadoras deu-se principalmente por meio de telefonemas periódicos e da troca de mensagens eletrônicas, ou seja, e-mails. O uso deste recurso agilizou de maneira eficaz o trabalho nas áreas rurais.

CRONOGRAMA EXECUTADO EM 2011

Convocação dos educadores e reconhecimento das demandas apresentadas em Março/Abril/2011:

Primeiro encontro com educadores e início das contratações: **Abril/2011**;

- Capacitação das educadoras do campo: abril/ maio/ agosto/ novembro/2011;
- Visitas nas áreas: maio/junho/2011;
- Elaboração de materiais pedagógicos, documentos e artigos: março a dezembro/2011;
- Reuniões da Coordenação: de março a dezembro/2011;
- Participação em eventos sobre o tema: de julho a dezembro/2011;
- Elaboração de Relatórios: julho/agosto/novembro/dezembro.

VALOR DESCENTRALIZADO PARA UFRRJ POR DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO/2011

§ **R\$ 213.861,00** (duzentos e treze mil, oitocentos e sessenta e um reais);

§ Valor utilizado pela UFRRJ/2011: **R\$ 126.315,68** (centro e vinte e seis mil, trezentos e quinze reais e sessenta e oito centavos);

§ Valor a ser devolvido em 2011: **R\$ 87.545,32** (oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado (unid)	0	0	0	0	0	0

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Esta ação não ocorreu em 2011.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade)	140	110	60	170	121,43%	161*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
803.624,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

- Desempenho da Ação 8370 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária na SR-07/RJ.**

CURSO: GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (Curso nacional)

Primeira e Segunda Etapas do Curso de Graduação em Serviço Social/Pronera – Turma Especial:

- Início/Término da Primeira Etapa: **14/03/2011 a 06/05/2011**
- Início/Término da Segunda Etapa: **14/08/2011 a 08/10/2011**

Período de execução: fev/2011 a dez/2015

Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Escola de Serviço Social, celebrado em janeiro de 2011 no Curso de Graduação em Serviço Social.

OBJETIVO: Acompanhar a realização das atividades desenvolvidas durante a primeira e segunda etapas da Turma Especial de Serviço Social, a saber, Tempo Escola x Tempo Comunidade, ocorridas no ano de 2011 por intermédio do Termo de Cooperação para inicialmente atender a 60 (sessenta) alunos oriundos de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária nos Estados de Alagoas, Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

A turma selecionada encontrava-se em processo de exame de vestibular, atendendo desta maneira às ações afirmativas, objetivando ao mesmo tempo a promoção da justiça social, possibilitando um tratamento igualitário aos menos favorecidos, sobretudo no que se refere à oferta de vagas na Educação Superior.

ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2011

No decorrer da primeira etapa (Tempo Escola) mantivemos vários contatos/reuniões com Maristela (Coordenadora do Curso de Serviço Social), quando solicitamos todas as informações pertinentes sobre o curso, bem como sobre os alunos.

Os estudantes ficaram alojados no Centro de Acolhida Missionária do Colégio Assunção, localizado no bairro de Santa Teresa. Na oportunidade, a servidora Rosane Rodrigues da Silva, integrante do PRONERA, teve a oportunidade de fazer uma visita no local, elogiando a

hospedagem.

Com relação aos alunos, foram relatadas dificuldades de acompanhamento dos conteúdos por parte de alguns deles; especialmente no que se refere ao déficit de compreensão dos textos e da escrita. Todavia, eles estavam adotando várias estratégias para diminuir o problema, a exemplo de grupos de estudo, oficinas de redação, acompanhamento dos monitores para dirimir as dúvidas acerca dos conteúdos trabalhados em sala de aula. A servidora Rosane Rodrigues relatou o perfil de integração e união da turma, quando alguns dos alunos ajudavam os que estavam com maior dificuldade.

A primeira etapa encerrou-se no dia 04/05/2011 com a presença do corpo docente, discente e dos monitores, quando aconteceu um momento de avaliação mútua.

O Seminário “Educação Universitária e Pedagogia da Alternância”, ocorrido no dia 13/06/2011, debateu amplamente o tema “Tempo Comunidade”. O evento teve a participação da Coordenadora Nacional do Pronera, Representante da Comissão Pedagógica e de um membro da Comissão Pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes, bem como a presença da Asseguradora do Pronera/RJ.

Foi definido que o Tempo Comunidade iria complementar e aprofundar os conteúdos trabalhados no decorrer do Tempo Escola. Para a sua concretização, foi elaborado uma série de atividades desenvolvidas pelos estudantes, seguindo orientação de leitura e de elaboração de trabalhos referentes às disciplinas cursadas na I etapa.

A segunda etapa teve início com atividades desenvolvidas com a intenção de recepcionar os alunos e também de avaliar o tempo comunidade. O objetivo primordial da ação foi perceber como se verifica a inserção em suas comunidades, além das relações estabelecidas com sua realidade e dos nexos estabelecidos entre a dimensão teórica acadêmica com a realidade vivida pelos estudantes.

Nos primeiros dias dessa etapa, várias atividades foram desenvolvidas, a saber: seminário com a apresentação de pesquisas desenvolvidas nos assentamentos; pesquisa realizada com os assistentes sociais dos municípios; de trabalhos bibliográficos executados pelos alunos no decorrer do Tempo Comunidade. Na avaliação da Asseguradora, este foi um momento fundamental do semestre.

Vale destacar ainda as desistências de alguns alunos ocorridas no decorrer da segunda etapa. Dificuldades financeiras, aliada às dificuldades de adaptação ao curso e à cidade do Rio de Janeiro, foram argumentos apresentados pelos desistentes. Diante do quadro, os técnicos da universidade fizeram contato com os candidatos constantes da lista de espera para consultá-los quanto ao interesse de participar do curso. Por problemas de ordem pessoal e profissional,

somente um (01) candidato da lista de espera teve condições para participar do curso.

A coordenação pedagógica elaborou um plano de trabalho para garantir o aproveitamento acadêmico desse aluno e a recuperação das disciplinas oferecidas na primeira etapa – o que deverá ocorrer nos semestres consecutivos. Com essas alterações, a turma ficou constituída de 57 (cinquenta e sete) alunos.

Em setembro de 2011 ocorreu a I Feira da Reforma Agrária, no Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro. A atividade ganhou um caráter de relevância tendo em vista que o evento foi integralmente organizado pela turma através do Programa de Educação Tutorial (PET).

Além de produtos oriundos dos assentamentos do Rio de Janeiro, também foram comercializados produtos fornecidos pelos estudantes oriundos dos outros estados da federação.

O Seminário teve início com um rito tradicional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acompanhado com música e declamação de textos acerca dos efeitos nocivos do uso de agrotóxico consumidos pela sociedade. Finalizando, durante a programação, foi projetado o filme de Silvio Tendler “O veneno está na mesa”. Em seguida, foi promovida uma mesa de debate, encerrando desta maneira a segunda etapa do referido curso.

A metodologia adotada para o acompanhamento do curso envolveu atividades de inspeção física no ambiente da instituição de ensino, visitas aos alojamentos, às salas de aula, verificação dos processos de seleção, matrículas regulares dos alunos. O processo abrangeu ainda exame de documentação, participação em reuniões com a coordenação do curso, além de orientações via telefonemas, além de mensagens eletrônicas dentre outros meios de comunicação.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA UFRJ/2011:

- Planejamento do curso na Universidade: Organização de seminários, debates e reuniões na Universidade: Jan/2011;
- Instalação da Comissão Especial de Acesso: Seleção dos Educandos: fev/2011;
- Nivelamento dos educandos: Encontro com os educandos: fev/2011;
- Matrículas dos Educandos: Matrícula dos educandos aprovados: mar/2011;
- Planejamento da I Etapa: Planejamento das disciplinas e atividades complementares referentes à 1^a etapa do curso: fev/2011 a mar/2011;
- Tempo Escola I: Cursar disciplinas correspondentes ao 1º período de Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ: Mar/2011 a Mai/2011;
- Avaliação do Tempo Escola I: Realização da avaliação da etapa: Mai/2011;
- Tempo Comunidade I: Realização de atividades referentes às disciplinas da 2^a etapa e de pesquisa sobre a realidade nos assentamentos rurais: jun/2011 a ago/2011;
- Planejamento da II Etapa: Planejar as disciplinas e atividades complementares referentes à 2^a etapa e de pesquisa sobre a realidade nos assentamentos rurais: jul/2011;
- Tempo Escola II: Cursar disciplinas correspondentes ao 2º período de Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ: ago/2011 a out/2011;

- Avaliação Tempo Escola II: Realização da avaliação da etapa: out/2011;
- Tempo Comunidade II: Realização de atividades referentes às disciplinas da 2ª etapa e de pesquisa sobre a realidade nos assentamentos rurais: out/2011 a mar/2012

VALOR DESCENTRALIZADO PARA A UFRJ POR DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO/2011:

R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais);

VALOR UTILIZADO PELA UFRJ/2011:

R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais);

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS.

Primeira e Segunda Etapas do Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais:

- Início/Término da Primeira Etapa: **12 a 25/06/2011** (incluindo sábados e feriados);
- Início/Término da Segunda Etapa: **17/10 a 04/11/2011** (incluindo sábados e feriados)

Período de execução: abril/2011 a set/2013

Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, celebrado em **27 de abril de 2011**.

OBJETIVO: Acompanhar a realização das atividades desenvolvidas na primeira e segunda etapa da Turma de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, ocorridas no ano de 2011 para atendimento a 50 (cinquenta) alunos oriundos das áreas de assentamentos rurais com abrangência nacional das diversas unidades da federação, num total de vinte: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. O objetivo da iniciativa foi dar continuidade ao processo de formação de educadores e educadoras que atuam na Educação do Campo em áreas de Reforma Agrária.

ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2011

O curso foi organizado segundo a metodologia da alternância, a qual prevê a concentração das aulas em etapas de tempo escola de 15 a 20 dias, além do tempo comunidade. Os educandos também realizaram atividades orientadas pelos Coordenadores do Curso, Professora Virgínia Fontes e Professor Paulo Alentejano, juntamente com os docentes de cada disciplina e

orientadores. A ideia foi aprofundar os estudos desenvolvidos durante as etapas de tempo escola.

A implementação desta sistemática teve início nas demandas notadas nos educadores e formadores que atuam na Educação do Campo, motivada ao mesmo tempo pela necessidade de qualificação para enfrentar os dilemas e desafios que se apresentam no dia a dia no processo de construção do projeto de Educação do Campo no Brasil.

Os alunos que participaram da ação foram submetidos ao processo seletivo, que constou de uma redação sobre temas da realidade brasileira, especificamente no que diz respeito à Educação do Campo, além da apresentação de uma carta de intenções com a intenção de pesquisa.

A primeira etapa do Tempo Escola contou com a colaboração de 13 professores de sete (07) diferentes universidades brasileiras. A aula inaugural do curso foi ministrada pelos professores Dermeval Saviani, da Unicamp, e Célia Vendramini, da UFSC, no Auditório Joaquim Alberto Cardoso de Melo da ESPJV/FIOCRUZ, com a presença da asseguradora do PRONERA pela SR-07/RJ.

Na abertura das atividades, foi lançado o vídeo do XIII Encontro Estadual dos Sem-Terrinha do Rio de Janeiro, ocorrido na ESPJV/FIOCRUZ, em outubro de 2010. Em seguida, foi composta uma mesa com representantes da ESPJV/FIOCRUZ, MST e INCRA. Os professores acima citados proferiram a conferência “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais”.

Como atividade de avaliação do Tempo Escola I foi solicitado aos educandos a elaboração de um fichamento de leitura de um dos textos obrigatórios da Etapa, uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida durante o curso e de uma síntese de aprendizagem da Etapa.

O objetivo foi identificar a capacidade de leitura, a sistematização dos educandos (com o fichamento), a capacidade de elaboração de um problema de pesquisa (proposta de pesquisa) e a capacidade de compreensão dos debates e sistematização dos mesmos (síntese de aprendizagem).

O fichamento e a síntese foram lidos por integrantes da Coordenação do Curso e devolvidos para os educandos com comentários. No geral avaliou-se o caráter heterogêneo da turma, além do esforço de todos em dar conta das tarefas.

Como atividade direcionada para o Tempo Comunidade, foi inicialmente indicada a elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa; de um fichamento de uma das leituras obrigatórias da I Etapa; da leitura prévia dos textos obrigatórios da II Etapa, e da reelaboração da síntese de aprendizagem. Posteriormente, estas tarefas foram reavaliadas, restringindo-se apenas ao fichamento e ao pré-projeto de pesquisa.

A II Etapa do Tempo-Escola ocorreu no CENAM entre os dias 17 outubro a 04 de novembro de 2011. Além das aulas previstas, foram realizadas três atividades extras: participação da turma no *Ato Público pelos 10% do PIB para a Educação* na Cinelândia no dia 20/10;

apresentação da pesquisa “Estado e movimentos sociais na educação”, desenvolvida por Rebecca Tarlau no dia 24/10, e o debate sobre a “Crise Econômica Internacional e as Mobilizações Populares”, com a participação de Marcelo Carcanholo (UFF) e Sandra Quintela - do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), no dia 26/10.

Como instrumento de avaliação do Tempo Escola II, foi proposto um fichamento de um texto da Linha de Pesquisa; aprofundamento do Projeto de Pesquisa e uma síntese de aprendizagem.

Em relação à avaliação do Tempo Comunidade II, foi proposta a realização de um fichamento de uma leitura obrigatória indicada pela Linha de Pesquisa; aprofundamento teórico-metodológico do Projeto de Pesquisa e adensamento do contexto local/regional; a elaboração de um Sumário comentado do TCC, e o fichamento do livro *Marx e a pedagogia moderna*, de Mario Alighiero Manacorda.

Também foi verificada a execução física do objeto da cooperação, confrontando-a com os fundamentos do projeto pedagógico aprovado, especialmente no que diz respeito à organização curricular do Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais/ESPJV/FIOCRUZ, sem prejuízo dos objetivos gerais e específicos da proposta inicial.

A metodologia adotada para acompanhamento das atividades compreendeu inspeção física no ambiente da instituição de ensino, visitas aos alojamentos, salas de aula, verificação dos processos de seleção, matrículas regulares dos alunos, exame de documentação. O trabalho teve continuidade por meio da participação em reuniões com a coordenação do curso, além de orientações via telefonemas, mensagens eletrônicas dentre outros meios de comunicação.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA ESPJV/FIOCRUZ/2011:

- Planejamento do Curso: Planejamento Pedagógico reunindo Professores, Co-orientadores, Coordenações Geral e Pedagógica: Seminário: abril/2011;
- Seleção e Capacitação dos Monitores: Processo seletivo e capacitação: abril/2011 a maio/2011;
- Seleção de Apoio ao projeto: Processo seletivo: abril/2011;
- Instalação da Comissão Especial de Acesso: Processo seletivo: abril/2011 a maio/2011;
- Matrícula dos Educandos Aprovados: Efetivação da Matrícula na EPSJV: maio/2011;
- Execução do Tempo Escola I: Desenvolvimento das Disciplinas, da Pesquisa e Orientação: junho/2011;
- Avaliação do Tempo Escola I: Seminário: junho/2011;
- Tempo Comunidade 1: Desenvolvimento da pesquisa: julho/2011 a set/2011;
- Planejamento da Etapa II: Encontro: junho/2011 a set/2011;
- Tempo Escola II: Desenvolvimento das disciplinas, da Pesquisa e Orientação: out/2011;
- Avaliação do Tempo Escola II: Seminário: out/2011 a nov/2011;

- Tempo Comunidade II: Desenvolvimento da pesquisa: nov/2011 a fev/2012.

VALOR DESCENTRALIZADO PARA EPSJV/FIOCRUZ POR DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO/2011

R\$ 265.041,10 (duzentos e sessenta e cinco mil, quarenta e um reais e dez centavos);

VALOR UTILIZADO PELA EPSJV/FIOCRUZ/2011:

R\$ 265.041,10 (duzentos e sessenta e cinco mil, quarenta e um reais e dez centavos);

CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

- Quarta Etapa do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
- Início/Término do Tempo Escola 2: **14/03 a 06/05/2011**;
- Início/Término do Tempo Comunidade 2: **junho a agosto/2011**;
- Início/Término do Tempo Escola 3: **12/09 a 10/11/2011**;
- Início/Término do Tempo Comunidade 3: **dezembro/2011 a março/2012**.

Período de execução: Dez/2009 a agosto/2013

Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio de Janeiro – SR-07/RJ e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRJ, celebrado em **30 de dezembro de 2009**, no curso de Licenciatura em Educação do Campo.

OBJETIVO: Acompanhar a realização das atividades desenvolvidas em 2011 na segunda e terceira etapas da Turma de Licenciatura em Educação do Campo, (Tempo Escola x Tempo Comunidade) em duas áreas de conhecimento, a saber: 1- **História e Filosofia** e 2- **Agroecologia e Segurança Familiar**, visando formar 51 (cinquenta e um) jovens e adultos oriundos de Projetos de Assentamentos localizados em Municípios localizados em Territórios da Cidadania: (Campos dos Goytacazes, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana, Macaé, Conceição de Macacu, Quissamã, Carapebus, Parati, Angra dos Reis), bem como municípios fora destes territórios. O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo traduz a união de esforços de áreas de estudos/experiências engendradas na cotidianidade de sujeitos e atores da UFRRJ e a prática da diversidade e alteridade dos assentamentos rurais do Rio de Janeiro.

Deste modo, o curso destina-se à formação de educadores e educadoras para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturais diversificados.

ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2011

Tempo Escola 2:

Disciplinas/atividades ministradas pela UFRRJ por intermédio do Decanato de Graduação, especificamente aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no período de 14/03 a 06/05/2011: Aula inaugural: “Tradição e Modernização no Campo Brasileiro”; Palestra: “Experiências da Educação do Campo na Paraíba”; Organicidade e Planejamento; Reunião do Colegiado/Conselho de Classe; Apresentação dos Trabalhos do Tempo Comunidade; Introdução às Ciências Sociais, Introdução à História; Produção Textual; Nivelamento: “Introdução à Psicologia da Educação”; Nivelamento: “Introdução à Sociologia da Educação”; Grupos de Estudos; Especificidade: História do Capitalismo; Reunião dos Núcleos; Oficina de teatro; Didática; Filosofia e Educação; Formas de Desenvolvimento do Capitalismo; Colonialismo e Imperialismo; Produção Textual; História Oral; Sociologia I; Estado, Democracia e Cidadania; Oficina: Visualidades; Educação do Campo no Município de Caxias/RJ; Antropologia Cultural; Agricultura, Desenvolvimento e Modernização; Mapa das injustiças sociais e ambientais/FIOCRUZ; Educação e Religião; Educação Libertária; História da Educação Popular; Informática; Fazendinha; Seminário: “Pedagogia da Alternância”, visita a Friburgo; Apresentação Trabalho Integrado; Avaliação do Tempo Escola 2; Apresentação do Trabalho Integrado; Análise da Conjuntura; Planejamento do Tempo Comunidade.

Tempo Comunidade 2:

Realização do acompanhamento das regionais norte fluminense, sul fluminense, médio paraíba e metropolitana entre os meses de junho e agosto de 2011.

Desenvolvimento dos seguintes projetos de extensão nas áreas da reforma agrária, onde os alunos estão inseridos e trabalhando coletivamente nos territórios. Estes projetos de extensão retornaram no início da Etapa 3, agregando conhecimento na pesquisa dos educandos e na elaboração dos trabalhos integrados.

Vale a pena ressaltar que o Trabalho Integrado é o eixo articulador dos conteúdos das disciplinas do Tempo Escola 2 e também da pesquisa/estudo da realidade dos educandos:

Territórios/Projeto de Extensão:

- **Campo Alegre e Marapicu:** Que escola queremos? Formação de Professores e Material Didático, Escola Municipal de Campo Alegre, Horta Agroecológica;
- **Terra Prometida:** Articulação Agroecológica no Assentamento Terra Prometida – MST;
- **São Bernardino:** Agroecologia nas Escolas do Campo e nas Associações Rurais;
- **Japeri:** Conselhos Municipais e Associação de Moradores de Japeri;
- **Quilombo das Guerreiras:** Prevenção de Doenças Sexualmente Transmitidas/Aids em

Assentamentos da Baixada Fluminense;

- **Piabetá/Magé:** A Horta-Escola como ferramenta de formação do educador e da comunidade do país no Assentamento de Cachoeira Grande;
- **Pinheiral:** Narrativas e Imagens das Lutas Sociais e da Resistência Popular dos Territórios do Médio Paraíba da LEC/UFRRJ;
- **Quatis, Piraí, Volta Redonda:** Narrativas e Imagens das Lutas Sociais e da Resistência Popular dos Territórios do Médio Paraíba da LEC/UFRRJ;
- **Itapeva:** Projeto de Educação do Campo na Escola Terezinha de Moura, Agrovila I;
- **Aldeia Sapucaia:** Produção de Material Didático para as Escolas indígenas;
- **Santa Rita do Bracuí:** Educação do Campo e Cultura Quilombola;
- **Campos:** Reflorestamento em áreas comunitárias no Assentamento Zumbi dos Palmares; Memórias e Registro dos Assentados de Zumbi dos Palmares/Memórias dos Moradores do Zumbi dos Palmares;
- **Macacé:** Horta Agroecológica Comunitária no Assentamento Celso Daniel;
- **Rio das Ostras:** Horta orgânica de Plantas Medicinais e manipulação de Ervas e Remédios na Escola Municipal Trindade;
- **Área de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais:** Curso Prático de Sistemas Agroflorestais. Região Metropolitana.

Tempo Escola 3:

Seminário do 1º Ano da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ 2010/2011;

III Seminário de Educação Popular e Desafios Contemporâneos (Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação Popular/CNPQ/UFRRJ);

Objetivo Geral: Avaliar o primeiro ano da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ e seu papel na Construção da Memória das Lutas Sociais do Campo no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos:

- Pesquisar a Memória das Lutas Sociais do Campo no Estado do Rio de Janeiro através das Narrativas e Imagens de seus Sujeitos;
- Se apropriar do conhecimento produzido pela Universidade sobre a história das lutas sociais e dos conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro;
- Debater a Política Educacional e os desafios do Trabalho Docente nas Escolas do Campo.

Período de realização: 12 de setembro a 10 de novembro/2011.

Atividades desenvolvidas:

- Coquetel de Abertura;
- Mesa: Política Educacional e Movimentos Sociais;
- Mesa: Sabedoria dos Antigos, Memórias das Lutas Sociais no Campo/RJ;

- Exibição e Debate do Filme: *Zé Pureza*, de Marcelo Hernandez;
- Mesa: História das Lutas Sociais e dos Conflitos Agrários no RJ;
- Mesa: Educação Agrícola, Educação do Campo e Agroecologia;
- Mesa: Desafios da Extensão Rural e do Trabalho Comunitário;
- Mesa: Narrativas e Imagens das Lutas Sociais no Estado do RJ: Fotografia e Documentário da Greve de 1988;
- Mesa: As ocupações Urbanas e os Megaprojetos do Capital na Cidade do RJ;
- Mística de Encerramento: Vice-Reitora Sra. Ana Maria Soares Dantas e Educandos da LEC/UFRRJ.

No dia 12/09/2011 iniciou-se o Tempo Escola 3 com diversas atividades, tais como: apresentações de trabalhos das diversas Regiões Metropolitanas; Seminários; Disciplinas/matérias ministradas; Oficinas; Estudo Dirigido e Avaliação, onde essa etapa foi encerrada no dia 10/11/2011.

Tempo Comunidade 3:

Objetivos: Realização do acompanhamento das regionais norte fluminense, sul fluminense, médio paraíba e metropolitana entre os meses de dezembro de 2011 a março de 2012.

Início do acompanhamento dos **Projetos de Pesquisa** dos educandos;

Implementação do Estágio de Vivência.

Com relação aos Projetos de Pesquisa foi realizada uma tabela, com diversas linhas de pesquisa:

Pesquisa 1: Estado, Movimentos Sociais e Poder Popular. As lutas sociais e suas relações com o Estado. Autonomia e Dependência. As diferentes lutas sociais no contexto contemporâneo e suas formas organizativas.

Pesquisa 2: Sujeito Coletivo e Produção do Conhecimento. A dialética da formação e deformação humana.

Pesquisa 3: A dialética da tradição e modernização no Campo e Cidade. Modernizações Conservadoras na Periferia. Formas de dominação e formas de resistência das classes populares.

Pesquisa 4: Política Educacional e Educação do Campo. Escolas do Campo, Formação de professores, Currículo, Materiais Pedagógicos, Gestão, Planejamento e Avaliação. EJA. Pedagogia da Alternância e Ensino de Agroecologia.

Pesquisa 5: Agricultura Familiar, Agroecologia e Segurança Alimentar.

Pesquisa 6: Povos Tradicionais e Educação do Campo.

A metodologia adotada para o acompanhamento compreendeu atividades de inspeção física no ambiente da instituição de ensino, visitas aos alojamentos, salas de aula, verificação dos processos de seleção, matrículas regulares dos alunos, exame de documentação, participação em

reuniões com a coordenação do curso, além de orientações via telefonemas, mensagens eletrônicas dentre outros meios de comunicação.

**VALOR DESCENTRALIZADO PARA UFRRJ POR DESTAQUE
ORÇAMENTÁRIO/2011**

R\$ 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).

VALOR UTILIZADO PELA UFRRJ/2011:

R\$ 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais).

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1350.2272	A	3	Não se aplica	****	****	****	****	****	****

Fonte: PO 2011.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	13.305,00	13.081,38	98,32	13.081,38	98,32	13.081,38	98,32

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para o Programa 1350 - PRONERA foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento com a Ação 2272 – Gestão e Administração do PRONERA ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Diárias - Pessoal Civil: **R\$ 13.081,38.**

Os recursos de do GAP do Programa 1350 foram utilizados para o acompanhamento/supervisão das turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, nos meses de abril, julho e setembro.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	1.498	0	2324	2324	155,14%	2.282*

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

* Como a Ação 4470 é de caráter continuado, restam 2.282 famílias a serem atendidas com ATES em 2012, uma vez que, findados os TAs 15.001/2010 e 17.001/2010 e iniciados os TAs 15.002/2011 e 17.002/2011, 42 famílias foram consideradas concluídas em virtude das seguintes situações: 1) PA Sebastião Lan (33 famílias) - suspensão dos serviços de ATES (CE ATES nº9/2011); 2) Alteração nas RBs dos PAs Prefeito Celso Daniel (a capacidade passou de 188 para 201 famílias) e João Batista Soares (a capacidade passou de 40 para 51 famílias); 3) PA Nova Esperança do Aré - o número de famílias atendido é igual a 65 e não 90, conforme CE ATES nº9/2011; 4) Alteração da capacidade do nº de famílias, em função do parcelamento definitivo dos PAs Dandara dos Palmares (a capacidade passou de 25 para 21 famílias) e Terra Conquistada (a capacidade passou de 15 para 11 famílias).

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
1.227.088,52	1.617.352,41	1.617.352,40	100,00	984.746,09	60,89	984.746,09	60,89

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 828.614,27	R\$ 73.756,32	R\$ 684.327,86	R\$ 70557,09

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

Os Contratos Atuais de ATES na Jurisdição da SR(07) - INCRA-RJ

Com a publicação do Edital de Licitação nº 002/2009 no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 03/09/2009, foi iniciado o processo de licitação na modalidade concorrência, tipo melhor técnica, para a contratação da prestação de serviços de ATES a duas mil seiscentos e cinquenta e sete (2.657) famílias distribuídas em trinta e oito (38) áreas de assentamento federais no Estado do Rio de Janeiro (entende-se por área: Projetos de Assentamento, Núcleos e Glebas). No processo, somente duas entidades interessaram-se, apresentando suas propostas para trinta e cinco (35) áreas, as quais englobam duas mil trezentos e vinte e quatro (2.324) famílias. O montante vislumbrado no edital de licitação para atender com ATES as 2.657 famílias originais, elaborar catorze (14) Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e seis (06) Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), era de R\$ 2.168.986,83 (dois milhões cento e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos). Isso considerando os valores-referência para pagamento dos serviços de ATES por família atendida e por ano, segundo a NE 77/2008, sendo de R\$ 746,19. Segundo a NE 72/2008, os valores de referência, por família/ano, para pagamento dos PDAs e PRAs elaborados de R\$ 240,00 e R\$ 120,00, respectivamente. Com a não apresentação de proposta para três projetos de assentamento, e por consequência, também foram elididos dois Planos de Recuperação (PRA), o montante necessário para atendimento do ditame foi de R\$ 1.898.065,56 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Os contratos firmados com as Prestadoras CEDRO (CRT nº 15.000/2009) e COOPERAR (CRT nº 17.000/2009) tiveram validade a partir do dia 23/12/2009 e se estenderam até 22/12/2010. A partir de 23/12/2010, e com duração até 22/12/2011, foram firmados dois termos aditivos referentes aos contratos originais totalizando **R\$ 1.670.236,32** (um milhão, seiscentos e setenta mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), sendo o TA 15.001/2010 de **R\$ 1.251.159,64** (um milhão, duzentos e cinqüenta e um mil, cento e cinqüenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) e TA 17.001/2010 de **R\$ 419.076,68** (quatrocentos e dezenove mil, setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). O segundo termo aditivo de cada um dos contratos com as cooperativas CEDRO (TA 15.002/11) e COOPERAR (TA 17.002/11), respectivamente nos valores de **R\$ 1.225.795,64** (um milhão, duzentos e vinte e cinco

mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos) e R\$ 413.821,80 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) foram firmados no final de 2011, com vigência de 23/12/2011 a 22/12/2012.

No **Quadro I** abaixo estão relacionadas as Prestadoras contratadas pelo INCRA-RJ que prestaram serviços de ATES ao longo de 2011 e as respectivas características dos contratos com vigência no período abrangido por este Relatório de Gestão/2011, sendo, portanto, considerados predominantemente os Termos Aditivos 15.001/10 e 17.001/10, ambos com vigência de 23/12/2010 a 22/12/2011.

Quadro I. Características dos Contratos firmados entre as Prestadoras de ATES e o INCRA-RJ – TA 15.001/2010 (CEDRO) e TA 17.001/2010 (COOPERAR)

PRESTADORA	Núcleo Operacional (NOp)/Total de Técnicos	PAs Atendidos	Quantidade de Famílias	Município do PA
CEDRO CNPJ: 03.309.269/0001-42 Contrato nº: TA 15.001/2010 Período do Contrato: 23/12/10 a 22/12/11 Ófficio: 1489/2010 Ordem de Serviço: 68/2009	Itaperuna (02 técnicos)	Floresta de Belém	35	Itaperuna
		Nova Esperança do Aré	90	Itaperuna
	Campos dos Goytacazes (04 técnicos)	Tipity	203	S.F. Itabapoana
		Santo Amaro	40	Campos
		Che Guevara	74	Campos
		São Fidélis	22	São Fidélis
		Conceição de Macabu I (02 técnicos)	139	Conceição de Macabu
	Conceição de Macabu II / Carapebus (03 técnicos)	Zé Pureza	20	Conceição de Macabu
		Santo Inácio	51	Trajano de Moraes
		25 de Março	50	Carapebus
	Casimiro de Abreu (02 técnicos)	Prefeito Celso Daniel	188	Carapebus
		João Batista Soares	40	Carapebus
		Bem-dizia	54	Macaé
		Visconde	90	Casimiro de Abreu
	Litorânea	Cambucaes	106	Silva Jardim
		Sebastião Lan I	33	Silva Jardim
		Cantagalo	180	Rio das Ostras
		Gleba Presidente Lula	27	Rio das Ostras

		Rem. Campos Novos	178	Cabo Frio
	(04 técnicos)	Ademar Moreira	40	S. P. Aldeia
	Sede/Equipe de PDA/PRA (02 técnicos)	Santa Rosa	26	Magé
Total da CEDRO	07 NOps 19 Técnicos	21 PAs	1.686 famílias	14 municípios
COOPERAR		Dandara dos Palmares	25	Campos
CNPJ: 07.899.004/0001-00	Norte (06 técnicos)	Josué de Castro	35	Campos
Contrato nº: TA 17.001/2010		Zumbi dos Palmares 2	79	Campos
Período do Contrato: 23/12/10 a 22/12/11		Zumbi dos Palmares 3	62	Campos
Offício: 1488/2010		Zumbi dos Palmares 5	70	Campos
Ordem de Serviço: 65/2009		Ilha Grande	58	Campos
		Oziel Alves	35	Campos
		Paz na Terra	74	Cardoso Moreira
		Francisco Julião	47	Cardoso Moreira
		Chico Mendes	30	Cardoso Moreira
		Terra Conquistada	15	Campos
Total da COOPERAR	02 NOps 07 Técnicos	14 PAs	638 famílias	04 municípios
Total Geral	09 NOps 26 técnicos	35 PAs	2.324 famílias	18 municípios

Os recursos orçamentários utilizados para pagamento dos serviços prestados pelas Cooperativas contratadas durante os nove dias de início do contrato em dezembro de 2009 foram da PO 2009; e recursos desta mesma PO 2009 foram utilizados para pagamento dos serviços prestados até agosto de 2010. A partir deste mês, os recursos utilizados tiveram suas origens na PO 2010. Os recursos da PO 2010 foram utilizados para pagamento das notas fiscais apresentadas até o mês de junho de 2011, referentes às atividades executadas em maio do mesmo ano. Subsequente a esse período até dezembro de

2011, quando findou o primeiro termo aditivo dos contratos e teve início o segundo termo aditivo destes, foram utilizados os recursos orçamentários da PO 2011 para o pagamento dos serviços prestados pelas Cooperativas CEDRO e COOPERAR. Os recursos da PO 2011 foram ainda utilizados para o pagamento das contratadas durante os nove dias em dezembro de 2011, correspondentes ao início da vigência dos Termos Aditivos 15.002/11 e 17.002/11, e foram empenhados para sanar os pagamentos referentes ao primeiro trimestre de 2012, caso não ocorra tempestivamente a descentralização dos recursos orçamentários de 2012.

O repasse de recursos às Prestadoras de ATES é realizado com base na análise de documentos que comprovem a execução desses serviços, como relatórios mensais, atas e lista de presença de reuniões, listagem de visitas técnicas realizadas e respectivas fichas de campo, materiais de apoio fornecidos em atividades de capacitação, dentre outros documentos comprobatórios. Além das análises documentais, são previstas também ações de fiscalização e acompanhamento *in loco* nos núcleos operacionais das Prestadoras de ATES, distribuídos estrategicamente no território estadual, e nos projetos de assentamento assistidos. A equipe desenvolveu um sistema de controle eletrônico em planilha Excel® que permitiu o controle dos recursos repassados a partir do comparativo entre as ações pactuadas no contrato e as efetivamente executadas. As notas fiscais são apresentadas somente após a aferição dos serviços prestados pela equipe ATES-INCRA/RJ, pelos critérios de análise já apresentados.

Resultados Alcançados pela Equipe de ATES/INCRA-RJ

No **Quadro II** tem-se o sumário das atividades desempenhadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ durante a vigência dos termos aditivos 15.001/10 e 17.001/10 (23/12/10 a 22/12/2011).

Quadro II. Sumário das atividades executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ.

Atividade	Quantidade
PDAs/PRAs Analisados	12
PDAs/PRAs Analisados, Aprovados e Liquidados	01 (8,33% dos analisados)
Comunicados Emitidos (CE-mails ¹ , Memorandos e Despachos)	267
Planejamento e Elaboração de Reuniões	12
Análise de Relatórios Mensais de Atividades das Prestadoras	24
Fiscalização em PAs ² sobre os serviços prestados	09
Quantidade de PAs fiscalizados	34
Quantidade de Famílias visitadas durante as fiscalizações	193
Inspeção em Núcleos Operacionais (NOp) das Prestadoras	09

Quantidade de NOps inspecionados	08
Quantidade de inspeções em NOps	16

Observação: ¹ CE-mails = Comunicados por E-mail; ² PAs = projetos de assentamento.

Resultados Alcançados pelas Prestadoras de ATES contratadas com o INCRA-RJ

No **Quadro III** tem-se o quantitativo geral das atividades executadas pelas duas Prestadoras durante a vigência do contrato entre 23/12/2010 a 22/12/2011, bem como o percentual alcançado entre o que fora programado no projeto técnico e o efetivamente computado pela Equipe de ATES/INCRA-RJ quando da análise dos relatórios mensais entregues pelas Prestadoras.

Quadro III. Total de atividades executadas pelas Prestadoras no período de 23/12/10 a 22/12/11.

Prestadora	Quantidade Total de Atividades Realizadas ¹			Atividades Computadas/Atividades Programadas x 100
	Programadas ²	Realizadas ²	Computadas ²	
CEDRO	6.384	5.939	5.737	89,87%
COOPERAR	2.544	2.718	2.344	92,14%
Total geral	8.928	8.657	8.081	90,51%

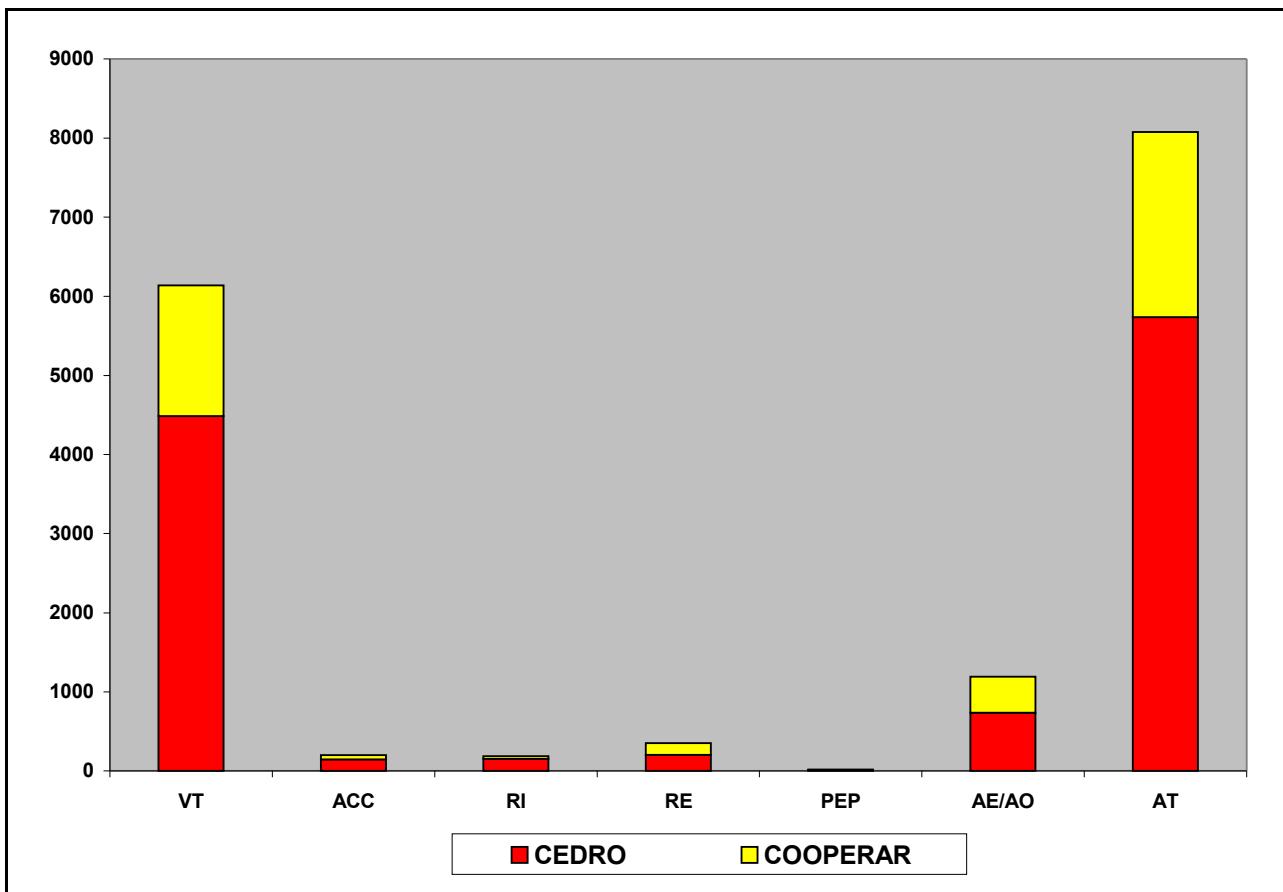
Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ 2011.

Nota: ¹ Os dados apresentados no quadro referem-se ao cômputo geral de todas as atividades realizadas pelas Prestadoras no período dado, independente da classificação adotada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, a qual ordena as atividades em seis classes principais: visita técnica, reuniões internas, reuniões externas, atividades coletivas de capacitação, projetos elaborados e protocolados, atividades de escritório e outras atividades.

² Definem-se como atividades programadas aquelas que foram planejadas nos projetos técnicos das Prestadoras como passíveis de serem executadas durante o contrato; atividades realizadas são aquelas que foram registradas nos relatórios mensais das Prestadoras; e atividades computadas, aquelas efetivamente comprovadas e contabilizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ como feitas, após a análise dos relatórios mensais.

A **Figura 01** abaixo apresenta os valores absolutos das quantidades de atividades computadas por classe de atividade.

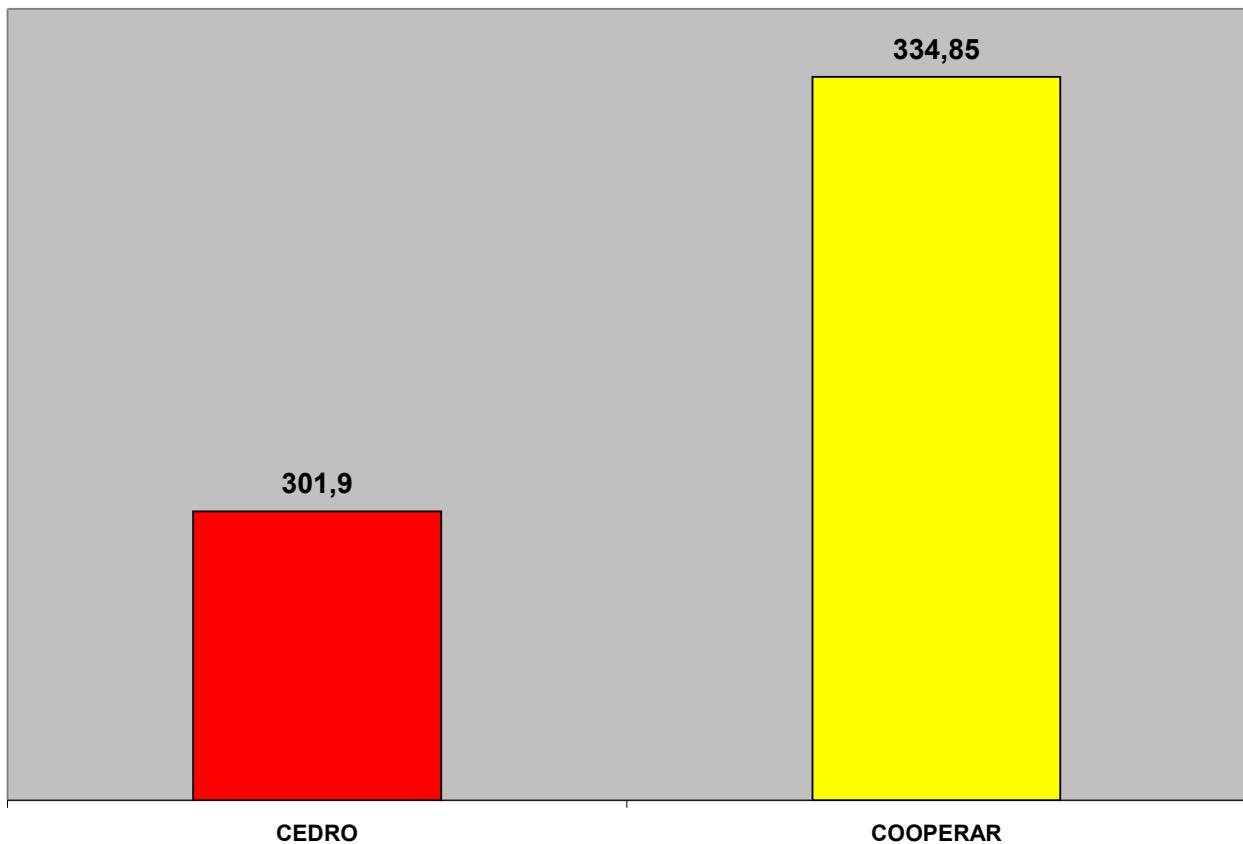
Figura 01.



Nota: VT = visita técnica; ACC = atividade coletiva de capacitação; RI = reunião interna; RE = reunião externa; PEP = projetos elaborados e protocolados; AE/AO = atividades de escritório e outras atividades; AT (atividades totais) = $\Sigma(VT+ACC+RI+RE+PEP+AE/AO)$.

Relacionando os dados apresentados nos **Quadros I** e **III**, e fazendo o quociente entre a quantidade total de atividades computadas e o total de técnicos lotados em cada Prestadora, obtemos uma medida de desempenho: a quantidade de atividades efetivamente realizadas (computadas) por cada técnico. Sendo assim, na **Figura 02** abaixo, tem-se o gráfico que apresenta a referida medida para cada Cooperativa contratada.

Figura 02. Quantidade Média de Atividades por Técnico da Prestadora (2011)



A partir das visitas de fiscalização realizadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ em trinta e quatro projetos de assentamento (PA), em que foram visitadas cento e noventa e três famílias assentadas e coletadas informações a respeito de várias características da assistência técnica prestadas pelas Cooperativas, conforme apontado no **Quadro I** acima, tem-se no **Quadro IV** abaixo a satisfação dos assentados com relação aos serviços prestados. Com isso, pelo **Quadro IV**, tem-se que a satisfação média dos assentados com as duas Prestadoras de ATES é de aproximadamente 66,70%.

Quadro IV. Frequência dos assentados e graus de satisfação com os serviços prestados pelas Cooperativas (2011).

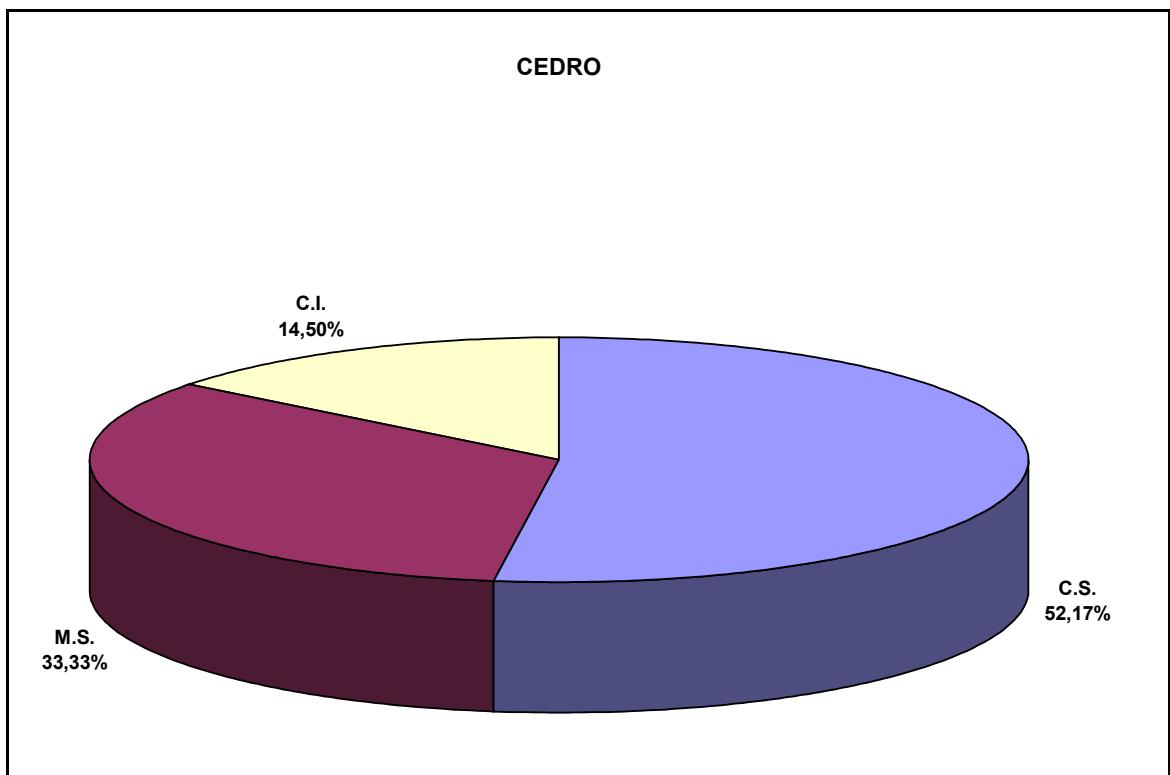
Prestadora	Frequência de assentados por grau de satisfação			Total	Satisfação Média (%) ¹
	Completamente Satisfeitos	Medianamente Satisfeitos	Completamente Insatisfeitos		
CEDRO	72	46	20	138	68,84%
COOPERAR	24	18	12	54	61,11%
Total	96	64	32	192	66,70%

Observação: C.S. – completamente satisfeito com o trabalho da Prestadora; M.S. – medianamente satisfeito; e C.I. – completamente insatisfeito. ¹ A satisfação média é medida pela média ponderada a partir da distribuição de freqüências dos assentados em cada classe de satisfação, considerando um peso de 100%, para a classe completamente satisfeitos, de 50% para a classe medianamente satisfeitos, e 0% para a classe completamente insatisfeitos. No caso da CEDRO, n = 138, e para a COOPERAR, n = 54. A seguinte fórmula foi utilizada para o cálculo da satisfação média dos assentados com a Prestadora:

Satisfação média = $(f_{C.S.} \times 100\%) + (f_{M.S.} \times 50\%) / n$ Onde: $f_{C.S.}$ – freqüência de assentados que apresentaram completa satisfação; $f_{M.S.}$ – freqüência de assentados com mediana satisfação; e n o tamanho da amostra.

As **Figuras 03 e 04** abaixo ilustram os dados apresentados no **Quadro IV**.

Figura 03. Classe de Satisfação e frequência relativa por Prestadora (2011).



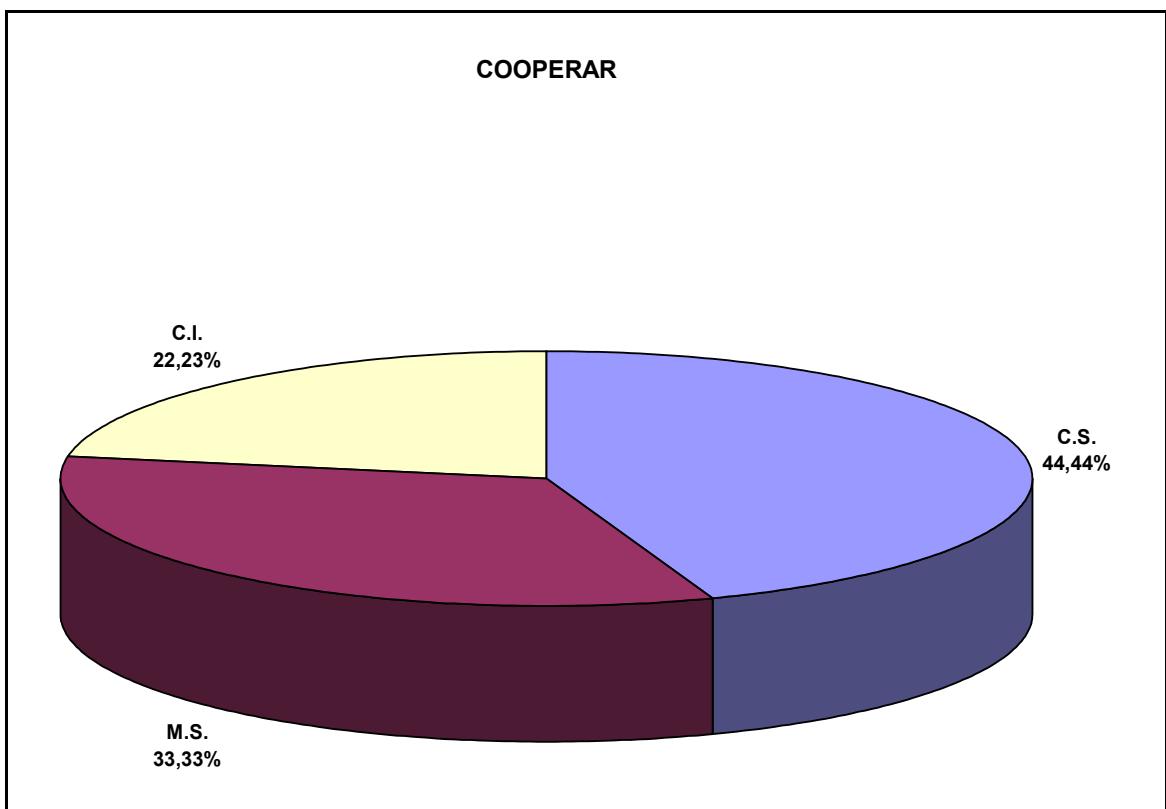
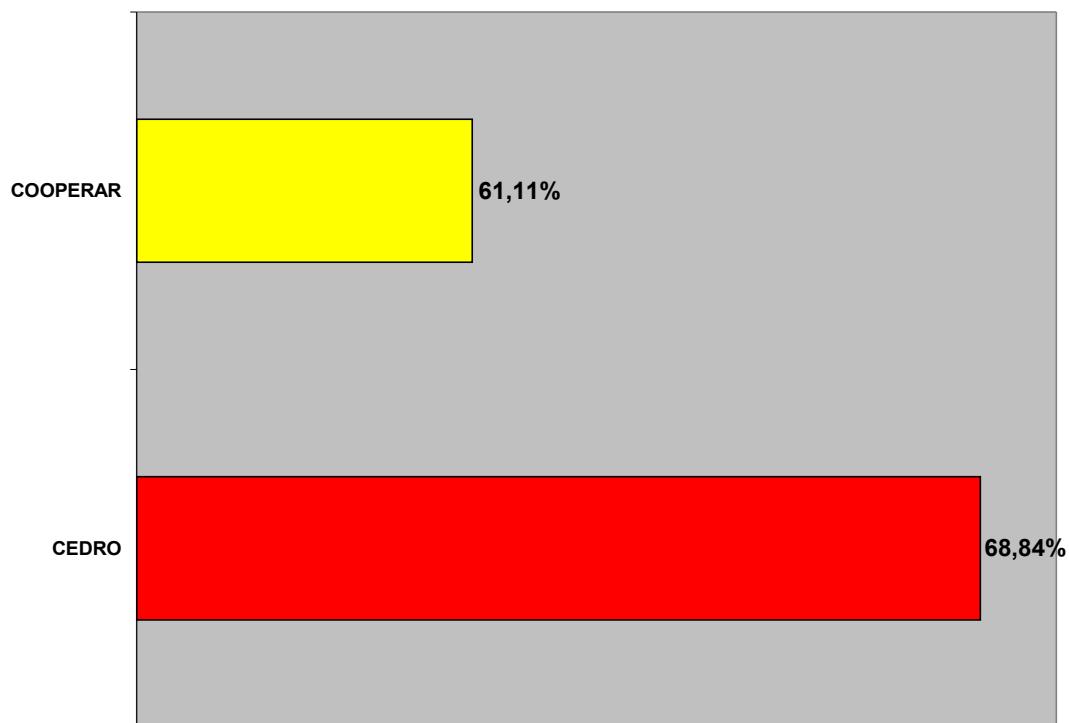


Figura 04. Satisfação média dos assentados com os serviços prestados pelas Cooperativas, mensurada durante as fiscalizações junto aos assentados no campo, no período de 23/12/10 a 22/12/11.



Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados foram no valor de R\$ 1.617.352,40, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 984,746,09, restando um saldo de R\$ 632.606,31 (Despesas executadas por inscrição em Restos a Pagar não-processados). Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento com a Ação 4470 do Programa 1427 ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 984.746,09.**

2.3.8.1 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1427.2272	A	3	Não se aplica	Não se aplica	****	****	****	****	****

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	26.869,89	20.014,61	74,49	20.014,61	74,49	20.014,61	74,49

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica:

No **Quadro I** estão computadas as diárias vinculadas à atividade de fiscalização e acompanhamento em Projetos de Assentamento e Núcleos Operacionais executada pela Equipe de ATES/INCRA-RJ, durante o ano de 2011.

Quadro I. Atividades de fiscalização e vistoria executadas pela Equipe de ATES/INCRA-RJ no período de 23/12/10 a 22/12/11.

Mês	Total de viagens programadas	Total de viagens realizadas	Total de Técnicos	Total de diárias	Valor bruto total das diárias (R\$)
Janeiro/2010	00	---	---	---	---
Fevereiro/2010	02	---	---	---	---
Março/2010	02	---	---	---	---
Abril/2010	02	---	---	---	---
Maio/2010	02	01	02	9	1.593,00
Junho/2010	02	01	02	9	1.593,00
Julho/2010	02	02	03	27	4.779,00
Agosto/2010	02	02	03	27	4.779,00
Setembro/2010	02	02	03	27	4.779,00
Outubro/2010	02	01	03	13,5	2.389,50
Novembro/2010	02	---	---	---	---
Dezembro/2010	02	---	---	---	---
Total	22	09	---	112,5	R\$ 19.912,50*

Fonte: Equipe de ATES/INCRA-RJ 2011.

O **Quadro II** apresenta o cômputo de GAP para a Ação 2272 do Programa 1427 presente no SIAFI.

Quadro II. GAP para a Ação 2272 do Programa 1427

Projeto/ Atividade	Plano Interno	Natureza da Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2272	D1427227240	339014	20.014,61	20.014,61	20.014,61	---
TOTAL			20.014,61	20.014,61	20.014,61	

Fonte: SIAFI

A Equipe de ATES/INCRA-RJ enfrentou problemas para a execução de algumas de suas atividades, notadamente as que se processam no campo. Entre os meses de fevereiro e abril, não

foram realizadas visitas de fiscalização e acompanhamento pela Equipe de ATES/INCRA-RJ aos projetos de assentamento em função de problemas relacionados à liberação de diárias e veículos em tempo hábil para a execução das atividades programadas.

Outros fatores que afetaram o cumprimento da atividade de fiscalização e acompanhamento dos serviços de ATES nos Projetos de Assentamentos e Núcleos Operacionais foram os mesmos observados ao longo do ano de 2010 tais como: constantes ajustes no planejamento operacional da Equipe de ATES/INCRA-RJ; sobrecarga e acúmulo de demandas na Equipe; necessidade de auxílio de alguns asseguradores da Equipe de ATES a outros setores da SR(07)/RJ, o que diminuiu o tamanho da Equipe durante algumas épocas, sobretudo no último trimestre de 2011, quando dois servidores da Equipe de ATES/INCRA-RJ foram deslocados, de forma emergencial, para compor a Equipe de supervisão da situação ocupacional em Projetos de Assentamento.

Desta forma, não foi possível a total efetivação da fiscalização do serviço de ATES nos projetos de assentamento durante todos os meses de 2011; estima-se que foi realizada apenas 40,9% (9 de 22 viagens de fiscalização) dessa atividade. Pelos mesmos motivos, considera-se que dos nove Núcleos Operacionais (Nops) das Prestadoras, foram inspecionados oito (88,8%). Entretanto, houve dezesseis visitas de inspeção em NOp, perfazendo um média de 2 inspeções por NOp.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para o Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura foram efetivamente liquidados e pagos. Os gastos executados pela Divisão de Desenvolvimento com a Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 1427 ocorreram no seguinte elemento de despesa:

1 – Diárias - Pessoal Civil: **R\$ 20.014,61**.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0750.2000	A	3	Não se aplica	****	****	****	****	****	****

Fonte: PPA 2008-2011, PO 2011, SIR – Módulo Monitoramento e Avaliação.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.161.527,00	3.023.167,89	3.010.491,25	99,58	2.692.883,60	89,07	2.692.883,60	74,49

Fonte: PO 2011, SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
R\$ 335.097,77	R\$ 147.096,19	R\$ 166.103,48	R\$ 21.898,10

Fonte: SIAFI.

Desempenho Orçamentário:

Os valores empenhados para Ação 2000 - Administração da Unidade foram no valor de R\$ 3.010.491,23, mas foram efetivamente liquidados e pagos o montante de R\$ 2.692.883,60, restando um saldo de R\$ 317.607,65 (Despesas executadas por inscrição em Restos a Pagar não-processados). Os gastos executados pela Divisão de Administração com a Ação 2000 ocorreram nos seguintes elementos de despesa:

- 1 – Outros Benefícios Assistenciais: **R\$ 10.564,04**;
- 2 – Material de consumo: **R\$ 37.996,35**;
- 3 – Locação de Mão-de-Obra: **R\$ 882.516,69**;
- 4 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: **R\$ 1.707.233,61**;
- 5 – Obrigações Tributárias e Contributivas: **R\$ 5.310,71**;
- 6 – Despesas de Exercícios Anteriores: **R\$ 7.076,50**;
- 7 – Indenizações e Restituições: **R\$ 35.180,48**;
- 8 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Op. Intraorçamentária: **R\$ 5.345,12**;
- 9 – Equipamentos e Material Permanente: **R\$ 1.660,10**.

Os maiores gastos da Ação 2000 deram-se com o pagamento de contratos de terceirização, como vigilantes, recepcionistas e conservação e limpeza, que totalizou R\$ 882.516,69. Além disso, houve o pagamento de outros serviços de terceiros, como contratos de serviço de motoristas, digitadores, água, luz, telefone, condomínio, aluguel de três andares da sede do INCRA, que totalizou R\$ 1.707.233,61.

Também foram pagos seguro obrigatório das 24 viaturas do acervo (IPVA) da SR-07/RJ, no valor de R\$ 5.310,71; reconhecimento de despesa de contrato já encerrado, como o de help desk, no valor de R\$ 35.180,48; e R\$ 1.660,10 foi para o pagamento da despesa com bebedouros, uma vez que os antigos já estavam com a validade vencida.

O valor de R\$ 10.564,04 foi utilizado para o pagamento de auxílio-funeral para servidores ativos (processo administrativo 54180.000416/2011-47 e 54180.000320/2011-89).

Já o valor de R\$ 5.345,12 foi utilizado para o pagamento de publicações.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ - CONSOLIDADO

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família assentada	1020	113	N/A	113	11,08%	65
21.631.0135.8387	A	3	Área visitada (ha)	14000	16573,86	13671,16	30244,86	216,04%	0
21.631.0135.8374	A	3	Licença ambiental protocolada (unidade)	8	2	N/A	2	25,00%	6
21.631.0135.4460	A	3	Área obtida (ha)	300	0	0	0	0	460,67 ha
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida (unidade)	380	0	506	506	133,15	89
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida (unidade)	58	0	39	39	67,20%	141
21.691.0137.4320	A	3	Família beneficiada (unidade)	0	0	0	0	0	132
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido	144	49	N/A	49	34,03%	95
21.631.0137.10YN	A	3	Projeto consolidado (unidade)	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0
			Unidade familiar de produção atendida (unidade)						
21.631.0137.2B06	A	3	Família atendida (unidade)	0	0	0	0	0	105
21.631.0137.0427	A	3	Imóvel gerenciado (unidade)	1102	54	68	122	11,07%	980
21.125.0138.2105	A	3	Área georreferenciada (ha)	4310	5607	N/A	5607	130,09%	1297
21.127.0138.4426	A	3	Imóvel Regularizado (unidade)	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.2110	A	3	Área com processo impetrado (ha)	98	14	7	21	21,42%	117
21.127.0138.8380	A	4	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0	0
21.127.0138.8378.0001	A	4	Servidor capacitado (unidade)	53	83	N/A	83	156,60%	0
21.128.0139.4572	A	3	Família acampada assistida (unidade)	0	4406	N/A	4406	0,00%	4406
21.127.1336.1642	P	3	Área reconhecida (ha)	272	0	221	221	81,25%	485
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada (ha)	0	0	398,2	398,2	0	160,18
21.363.1350.4474	A	3	Trabalhador rural escolarizado	215	0	0	0	0	240
21.363.1350.6952	A	3	Profissional capacitado (unid)	0	0	0	0	0	0
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado (unidade)	140	110	60	170	121,43%	161
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida (unidade)	1498	0	2324	2324	155,14%	2282

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

Esta UJ não é UO.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹²

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total		0	0	0	0	0

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹⁴

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹⁵

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹⁶

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.

		Valores em R\$ 1,00					
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Despesas Correntes						Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos	*****	*****	*****	*****	*****	
		373062	09272008901810001	R\$ 124.904,06	*****	*****	
		373062	2112207502000001	R\$ 10.564,04	*****	*****	
		373062	21122013522720001	*****	*****	R\$ 125.575,00	
		373062	21122013722720001	*****	*****	R\$ 188.350,00	
		373062	21128013945720001	*****	*****	R\$ 5.477,44	
		373062	21128013945720001	*****	*****	R\$ 22.613,58	
		373062	2112207502000001	*****	*****	R\$ 2.691.316,15	
		373062	2112207502000001	*****	*****	R\$ 295.404,62	
		373062	21606142744700001	*****	*****	R\$ 983.056,24	
		373062	21122013722720001	*****	*****	R\$ 4.758,50	
		373062	21122013722720001	*****	*****	R\$ 329.994,98	
		373062	21631013743580001	*****	*****	R\$ 10.075,00	
		373062	21122135022720001	*****	*****	R\$ 13.305,00	
		373062	21122142722720001	*****	*****	R\$ 26.869,89	
	Recebidos	373062	21606142744700001	*****	*****	R\$ 634.296,17	
		373062	21122013522720001	*****	*****	R\$ 112.632,80	
		373062	21122013722720001	*****	*****	R\$ 25.000,00	
		373062	21122013822720001	*****	*****	R\$ 140.820,00	
		373062	2112207502000001	*****	*****	R\$ 18.024,00	
		373062	21125013821050001	*****	*****	R\$ 13.089,52	
		373062	21127013821100001	*****	*****	R\$ 6.400,00	
		373062	21122013822720001	*****	*****	R\$ 5.000,00	
		373062	21127013844260001	*****	*****	R\$ 4.299,08	
		373062	21127133616420001	*****	*****	R\$ 64.684,83	
		373062	21122013722720001	*****	*****	R\$ 4.193,94	
		373062	21422143384020001	*****	*****	R\$ 49.361,42	
		373062	21631013583870001	*****	*****	R\$ 243,42	
		373062	21631112021090001	*****	*****	R\$ 32.797,00	
		373062	21122013522720001	*****	*****	R\$ 62.470,47	
		373062	21122013522720001	*****	*****	R\$ 17.778,50	
	Movimentação Externa	373062	21631013583740001	*****	*****	R\$ 34.859,79	
		373062	21631013583840001	*****	*****	R\$ 26.037,62	
		373062	21631013583870001	*****	*****	R\$ 57.746,88	
		Concedidos	*****	*****	*****	*****	
		Recebidos	*****	*****	*****	*****	
Despesas de Capital							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Clasifcação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Recebidos	*****	*****	*****	*****	*****	
		373062	21122013522720001	R\$ 3.024,00	*****	*****	
		373062	2112207502000001	R\$ 7.859,08	*****	*****	
		373062	21631013783960001	R\$ 856.410,24	*****	*****	
		373062	21422143384020001	R\$ 7.074,00	*****	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 144.000,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 96.000,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 1.389.400,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 1.597.850,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 636.770,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 64.000,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 1.082.200,00	*****	
		373062	21631013704270001	*****	R\$ 636.770,00	*****	
		373062	21631133608590001	*****	R\$ 1.390.097,10	*****	
Movimentação Externa	Concedidos	*****	*****	*****	*****	*****	
	Recebidos	*****	*****	*****	*****	*****	

Fonte: SIAFI

Fonte: SIAFI

Análise crítica dos créditos orçamentários recebidos por movimentação interna.

Análise Crítica

Exercício de 2010

Grupo da Despesa – 1 – Pessoal e Encargos Sociais

319008 – Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 74.044,29 - Referente a 18 auxílios funerais (Exercício de 2010) Ativos e Aposentados.

331909203 - ATIVO MILITAR

R\$ 1.856,38 - Referente ao auxílio funeral (Exercício de 2010).

Grupo da Despesa – 3 – Outras Despesas Correntes

339014 – Diárias – Pessoa Civil

R\$ 1.185.720,94 - Referente a diversas diárias a servidores lotados nesta Superintendência Regional, bem como, outros servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional.(Processo de Doação , Processo de Sindicância e Outros).

339030 – Material de Consumo

R\$ 252.559,31 – Contrato de fornecimento de combustíveis – Garage Visconde da Gávea e Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 154.278,79), aquisição de café, açúcar e água (R\$ 8.950,99), Aquisição de Tonners, Resmas de papel e Pastas Suspensas (R\$ 14.112,43), Aquisição de peças de informática - Hd's externo e Hubs - (R\$ 10.197,70), compras de pneus, peças para as viaturas, arquivo morto e caixa para arquivo (R\$ 43.504,40), Aquisição de piso e mão de obra para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 21.515,00).

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção

R\$ 258.861,10 – Referente ao contrato de Locação de veículos (R\$ 165.413,43) e o Contrato de requisições de passagens aéreas e terrestres (R\$ 93.447,67).

339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

333903602 - DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS

R\$ 3.518,80 – Pagamento de diárias a servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional.

339037 – Locação de Mão de Obra

R\$ 1.050.888,27 - Contratos diversos {Calma Informática – Administrador de Rede, Unirio - Repcionistas, Angel's – SICAU e Leandro Gaddo – Operador de Microcomputadores} (R\$ 495.915,29) , Contrato de Limpeza – Cardeal - (R\$ 211.226,67) e Contrato de Vigilância – CVA VIGILANCIA – (R\$ 341.422,14) e Contrato de terceirização de TÉCNICOS EM SECRETARIADO, RECEPCIONISTA, CONTINUO, MOTORISTAS, CARREGADORES(ESTIVA), ELETRICISTA E ASSISTENTE DE TELEFONIA (R\$ 2.324,17).

339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 3.220.472,31 – Suprimentos de Fundos (R\$ 900+1500+50.272,20+500=53.172,20), Contrato de Locação de Imóvel da nova sede da SR – 07 / Rj - 2 ALIANCAS S/A - (R\$ 1.234.999,88), Contrato de locação de máquinas copiadoras (R\$ 53.695,00), Aquisição de piso e mão de obra para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 2.390,00), Contrato de manutenção de elevadores (R\$ 7.200,00), Instalação de rede local na nova sede do INCRA/RJ (R\$ 92.310,00), Instalação de condicionadores de ar na sede da SR – 07/RJ (R\$ 3.480,00), Atender despesas com o Pregão nº. 03/2010 (R\$ 1.555,50), Serviços de energia elétrica – Light e Ampla – (R\$ 160.000,00), Serviços de Água e Esgoto (R\$ 17.000,00), Realização de Cursos e treinamentos (R\$ 10.679,51), Contratos de telefonia móvel (Claro) e fixa (Telemar) (R\$ 154.532,50), Pagamento de honorários periciais (R\$ 1.056,60), Despesa com mudança para nova sede da SR – 07 / RJ (R\$ 77.588,00), Atender despesas com ATES (R\$ 1.291.924,14), Evento – AFRICANAMENTE – (R\$ 7.690,00), Despesas com publicações (R\$ 51.198,98),

339139 – Outros serv. Terceiros – Pés. Jurid – OP. Intra – Orc.

R\$ 68.205,00 – Pagamentos com Publicações.

Totalizando na (39) = R\$ 3.220.472,31 + R\$ 68.205,00 = R\$ 3.288.677,31

339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas

R\$ 3.000,00 – Despesas com pagamentos de taxas IPVA (R\$ 2.905,00) e SERPRO (R\$ 95,00)

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

R\$ 34.193,23 - Reconhecimento de dívidas de diárias (R\$ 4.193,23), Reconhecimento de dívidas com ATES (R\$ 30.000,00).

Grupo da Despesa – 4 – Investimentos

449051 – Obras e Instalações

R\$ 50.009,76 – Contrato de Obras - PFMP - CONSTRUTORA LTDA – construção de unidade de processamento sustentável de Cana de Açúcar (R\$ 50.009,76).

449052 – Equipamentos e Material permanente

R\$ 255.904,73 – Aquisição de Fax (R\$ 1.063,99), Aquisição de câmera digital e filmadora (R\$ 7.440,00), Aquisição de peças de informática (R\$ 96.653,79), Aquisição de mobiliário para nova sede do INCRA/RJ (R\$ 6.746,95) e Aquisição de Viaturas oficiais (R\$ 144.000,00).

Grupo da Despesa – 5 – Inversões Financeiras

459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos

R\$ 3.789.500,00 – Atender despesas com crédito de instalação.

Exercício de 2011

Grupo da Despesa – 1 – Pessoal e Encargos Sociais

319008 – Outros Benefícios Assistenciais

R\$ 135.468,10 - Referente a 25 auxílios funerais (Exercício de 2011) Ativos e Aposentados.

Grupo da Despesa – 3 – Outras Despesas Correntes

339014 – Diárias – Pessoa Civil

R\$ 525.353,80 - Referente a diversas diárias a servidores lotados nesta Superintendência Regional, bem como outros servidores do INCRA que vieram prestar serviços nesta Regional. (Processo de Doação, Processo de Sindicância e Outros).

339030 – Material de Consumo

R\$ 191.737,46 – Contrato de fornecimento de combustíveis – Garage Visconde da Gávea, Trivale Adm. Ltda e Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 115.950,40), aquisição de café e açúcar (R\$ 4.279,96), Aquisição de peças de informática – No Break - (R\$ 3.024,00), compras de pneus, baterias e peças para as viaturas - (R\$ 35.472,10), Aquisição de GPS (R\$ 2.214,00) e Aquisição de Rolos de Lona (R\$ 30.797,00).

339033 - Passagens e Despesas com Locomoção

R\$ 27.440,01 – Referente ao Contrato de requisições de passagens aéreas e terrestres (R\$ 27.313,39) e Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 126,62).

339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

R\$ 2.000,00 – Suprimentos de Fundos dos Servidores

339037 – Locação de Mão de Obra

R\$ 1.395.933,41 - Contratos diversos (Calma Informática e LCM 2000 – Administrador de Rede, PH Soluções e Parque Esperança - Recepção e Operador de Microcomputadores, Office Boy e Técnico em Secretariado, HCS – Help Desk - (R\$ 688.228,31), Contrato de Limpeza – Cardeal - (R\$ 248.593,26) e Contrato de Vigilância – CVA VIGILANCIA e HBS – (R\$ 339.984,54) e Contrato de terceirização de Motoristas Categoria “B” e “D” (R\$ 119.127,30).

339039 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

R\$ 3.725.539,33 – Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 21.366,10), Contrato de Locação de Imóvel da nova sede da SR – 07 / RJ - 2 ALIANCAS S/A - (R\$ 1.689.681,31), Contrato de locação de máquinas copiadoras (R\$ 50.846,11), Contrato de manutenção de elevadores (R\$ 1.560,00), Instalação de condicionadores de ar no setor de informática da SR – 07/RJ (R\$ 2.290,00), Serviços de energia elétrica – Light – (R\$ 172.686,71), Realização de Cursos e treinamentos (R\$ 5.477,44), Contratos de telefonia móvel (Claro) e fixa (Telemar) (R\$ 134.495,84), Pagamento de honorários periciais (R\$ 243,42), Atender despesas com ATES (R\$ 1.624.852,40), Evento – IV Encontro Nacional das Comunidades Quilombolas – (R\$ 5.000,00), Despesas com publicações (R\$ 12.000,00), Despesas manutenção de impressoras HP – (R\$ 3.800,00) e Despesas com dedetização e desratização – (R\$ 1.240,00).

339139 – Outros serv. Terceiros – Pés. Jurid – OP. Intra – Orc.
R\$ 21.253,00 – Pagamentos com Publicações.

Totalizando na (39) = R\$ 3.725.539,33 + R\$ 21.253,00 = R\$ 3.746.792,33

339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas

R\$ 6.105,00 – Despesas com pagamentos de taxas IPVA (R\$ 3.000,00) e Suprimentos de Fundos dos Servidores (R\$ 3.105,00)

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores

R\$ 7.159,70 - Reconhecimento de dívida de diária (R\$ 83,20), Reconhecimento de dívidas com Passagem Aérea (R\$ 7.076,50).

339093 – Indenizações e Restituições

R\$ 35.180,48 – Despesas com ajuda de custos dos servidores desta SR – 07/RJ.

Grupo da Despesa – 4 – Investimentos

449051 – Obras e Instalações

R\$ 856.410,24 – Instalação de poços tubulares profundos a serem executados no P.A ZUMBI DOS PALMARES.

449052 – Equipamentos e Material permanente

R\$ 13.933,10 – Aquisição de Microondas (R\$ 1.076,00), Aquisição de câmera Rádio Transmissores (R\$ 584,10), Aquisição de Estantes Metálicas (R\$ 3.199,00), Aquisição de Bebedouros (R\$ 2.000,00) e Aquisição de Impressoras Fotográficas (R\$ 7.074,00).

Grupo da Despesa – 5 – Inversões Financeiras

459061 – Aquisição de Imóveis

R\$ 1.353.765,85 – Despesas com Indenização de Benfeitorias – (R\$ 848.516,47) e Aquisição de Imóvel Rural – (R\$ 505.249,38).

459066 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos

R\$ 4.132.200,00 – Atender despesas com crédito de instalação

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2010	2011	2010	2011
Licitação	R\$ 3.354.765,88	R\$ 4.121.475,84	R\$ 2.453.403,20	R\$ 2.803.772,39
Convite	*****	*****	*****	*****
Tomada de Preços	*****	R\$ 856.410,24	*****	R\$ 425.981,36
Concorrência	R\$ 1.291.924,14	R\$ 1.617.352,40	R\$ 541.292,00	R\$ 984.746,09
Pregão	R\$ 2.062.841,74	R\$ 1.647.713,20	R\$ 1.912.111,20	R\$ 1.393.044,94
Concurso	*****	*****	*****	*****
Consulta	*****	*****	*****	*****
Contratações Diretas	R\$ 1.692.816,59	R\$ 2.052.210,06	R\$ 1.692.816,59	R\$ 2.052.210,06
Dispensa	R\$ 1.366.412,61	R\$ 1.836.213,85	R\$ 1.366.412,61	R\$ 1.836.213,85
Inexigibilidade	R\$ 326.403,98	R\$ 215.996,21	R\$ 326.403,98	R\$ 215.996,21
Regime de Execução Especial	R\$ 138.261,41	R\$ 70.498,73	R\$ 138.261,41	R\$ 70.498,73
Suprimentos de Fundos	R\$ 138.261,41	R\$ 70.498,73	R\$ 138.261,41	R\$ 70.498,73
Pagamento de Pessoal	R\$ 1.185.720,94	R\$ 525.353,80	R\$ 1.185.720,94	R\$ 525.353,80
Pagamento em Folha	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Diárias	R\$ 1.185.720,94	R\$ 525.353,80	R\$ 1.185.720,94	R\$ 525.353,80
Outros (Não se Aplica)	R\$ 4.986.989,57	R\$ 6.049.826,75	R\$ 5.062.890,24	R\$ 6.185.294,85

Fonte: SIAFI.

2.4.2.2 Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal	R\$ 135.468,10	R\$ 75.900,67	R\$ 135.468,10	R\$ 75.900,67	*****	*****	R\$ 135.468,10	R\$ 75.900,67
1º elemento de despesa (08)	R\$ 135.468,10	R\$ 74.044,29	R\$ 135.468,10	R\$ 74.044,29	*****	*****	R\$ 135.468,10	R\$ 74.044,29
2º elemento de despesa (92)	*****	R\$ 1.856,38	*****	R\$ 1.856,38	*****	*****	*****	R\$ 1.856,38
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2 - Juros e Encargos da Dívida	*****							
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 5.937.702,19	R\$ 6.077.418,96	R\$ 4.929.142,25	R\$ 5.034.505,83	R\$ 1.042.913,13	R\$ 1.623.494,86	R\$ 4.929.142,25	R\$ 5.025.551,92
1º elemento de despesa (14)	R\$ 525.353,80	R\$ 1.185.720,94	R\$ 525.353,80	R\$ 1.185.720,94	*****	R\$ 8.819,59	R\$ 525.353,80	R\$ 1.185.720,94
2º elemento de despesa (30)	R\$ 191.567,46	R\$ 252.559,31	R\$ 164.493,58	R\$ 229.818,01	R\$ 22.741,30	R\$ 23.168,02	R\$ 164.493,58	R\$ 229.818,01
3º elemento de despesa (33)	R\$ 27.440,01	R\$ 258.861,10	R\$ 27.440,01	R\$ 258.861,10	*****	R\$ 43.393,47	R\$ 27.440,01	R\$ 258.861,10
4º elemento de despesa (35)	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5º elemento de despesa (36)	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80	*****	*****	R\$ 2.000,00	R\$ 3.518,80
6º elemento de despesa (37)	R\$ 1.395.933,41	R\$ 1.050.888,27	R\$ 1.156.618,59	R\$ 948.839,66	R\$ 102.048,61	R\$ 106.023,52	R\$ 1.156.618,59	R\$ 948.839,66
7º elemento de despesa (39)	R\$ 3.725.709,33	R\$ 3.220.472,31	R\$ 3.000.035,26	R\$ 2.355.630,33	R\$ 864.841,98	R\$ 1.358.105,19	R\$ 3.000.035,26	R\$ 2.346.676,42
8º elemento de despesa (41)	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
9º elemento de despesa (47)	R\$ 6.105,00	R\$ 3.000,00	R\$ 5.515,71	R\$ 95,00	R\$ 2.905,00	R\$ 30.706,65	R\$ 5.515,71	R\$ 95,00
10º elemento de despesa (92)	R\$ 7.159,70	R\$ 34.193,23	R\$ 7.159,70	R\$ 33.263,23	R\$ 930,00	R\$ 35.394,17	R\$ 7.159,70	R\$ 33.263,23
11º elemento de despesa (93)	R\$ 35.180,48	*****	R\$ 35.180,48	*****	*****	*****	R\$ 35.180,48	*****
11º elemento de despesa (339139)	R\$ 21.253,00	R\$ 68.205,00	R\$ 5.345,12	R\$ 18.758,76	R\$ 49.446,24	R\$ 17.884,25	R\$ 5.345,12	R\$ 18.758,76
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

2.4.2.3 Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	R\$ 870.343,34	R\$ 305.914,49	R\$ 427.641,46	R\$ 270.373,99	R\$ 35.540,50	R\$ 1.719.250,66	R\$ 427.641,46	R\$ 270.373,99
1º elemento de despesa (51)	R\$ 856.410,24	R\$ 50.009,76	R\$ 425.981,36	R\$ 24.017,25	R\$ 25.992,51	R\$ 1.490.952,74	R\$ 425.981,36	R\$ 24.017,25
2º elemento de despesa (52)	R\$ 13.933,10	R\$ 255.904,73	R\$ 1.660,10	R\$ 246.356,74	R\$ 9.547,99	R\$ 228.297,92	R\$ 1.660,10	R\$ 246.356,74
3º elemento de despesa (41)	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
5 - Inversões Financeiras	R\$ 5.485.965,85	R\$ 3.789.500,00	R\$ 1.669.165,85	R\$ 2.358.200,00	R\$ 1.431.300,00	R\$ 1.821.857,00	R\$ 1.669.165,85	R\$ 2.358.200,00
1º elemento de despesa (61)	R\$ 1.353.765,85	*****	R\$ 1.353.765,85	*****	*****	*****	R\$ 1.353.765,85	*****
2º elemento de despesa (66)	R\$ 4.132.200,00	R\$ 3.789.500,00	R\$ 315.400,00	R\$ 2.358.200,00	R\$ 1.431.300,00	R\$ 1.821.857,00	R\$ 315.400,00	R\$ 2.358.200,00
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
6 - Amortização da Dívida	*****							
1º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
2º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
3º elemento de despesa	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Demais elementos do grupo	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI.

2.4.2.4 Análise Crítica

Como houve Decreto de Corte orçamentário no exercício de 2011, além de Portaria de limites de movimentação e empenho, com o grosso da reserva de contingência incluídas em custeio, os efeitos deste brutal contingenciamento afetou sobremaneira o desempenho orçamentário-financeiro da SR-07/RJ. Como pode-se observar, os empenhos foram até maiores do que no exercício anterior, mas os valores efetivamente pagos, em geral, ficaram abaixo do executado no exercício de 2010.

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.5 Indicadores Institucionais

indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a LEI 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação .	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100	superfície ocupada por imóveis cadastrados Disponíveis no SNCR.	91,44%
							Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) Conforme disponível em www.ibge.gov.br	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN- INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução do aumento do passivo existente	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de Certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício [2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Números de processos com análise de certificação finalizada no exercício conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e comitês Estaduais de Certificação Estaduais .	131,43%
							Número de processos de certificação protocolados no exercício - conforme sistema SISPROT, SIR e comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regularizada Pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo Número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício [2], no nível de agragação multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados - Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	47,73%
							Número de imóveis com processo de regularização Fundiária iniciado - Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Ágraria e implantação de Projetos e Assentamentos								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	indica o gasto com a obtenção de terras efetuadas pelo incra por hectares no exercício .	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ³ , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizadas ou pagos em hectares, no exercício},no nível de agregação ⁴ .	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras - Gastos no Programa 0135/Ação 4460 SIAFI e SIR	0
							Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a Publicação do Decreto – SIR e SIPRA	
Índice de protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamentos	indica o percentual de PA(s) com processos de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas em conformidade com resolução CONAMA387/2002, permitindo assim avaliar a redução de aumento do passivo existente	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	{Número de licenças Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício [5], no nível de agregação), multiplicado por 100. $2/1*100= 200\%$	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	200%
							Quantidades de PA(s) com Licença Ambiental protocolada - SIR e dados do Ibama e secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamento com licença ambientais em vigor	indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com licença ambiental em vigor,dividido pelo total de assentamentos Federais [6] no nível de agregação multiplicado por 100. $8+3/34*100= 32,35\%$	Quantidade de Projetos de Assentamentos com licença ambiental em vigor - SIR e dados do Ibama e secretarias Estaduais de Meio Ambiente	32,35%
							Quantidade total de PA(s) federais - SIPRA	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico [7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna), segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8]	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	exercício	Porcentagem	(Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico - encanado, de poço ou de cisterna no exercício - dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100. $506/113*100 = 447,787\%$	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício — Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício — SIPRA. 	447,79%
Índice de Provimento de PDA/PRA	Expressa a quantida de Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra [9] dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100. $2/75*100=2,67$	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA — SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados — SIPRA. 	2,67%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção no exercício	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente .	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregagao) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício — Conforme avaliado pelas equipes de Assistencia Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício SIPRA. 	0,00% 174

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100. $43/113*100 = 38,05\%$	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis pelo acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício — Conforme constante do Sistema SIPRA. 	38,05%
Número de contratos firmados pelas famílias Com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional / Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Números de contratos firmados pelas famílias Com acesso à linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso à linha de crédito voltada aos PA por exercício — Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR 	2

Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipacão de Projetos de Assentamento							
Expressa a quantidade de famílias atendidas pela Assistência Técnica	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de Famílias no nível de agregação) multiplicado por 100. 2324/10031*100= 23,17%	- Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica — Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) — Conforme constante do Sistema Sipra.	23,17%
Expressa a renda gerada pelas famílias nas Atividades produtivas.	Superintendência Regional / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação	- Valor monetário gerado pelas atividades Produtivas — a ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (página 21) disponível em: http://www.incri.gov.br/arquivo/s/0003602026.pdf em 22/04/2008 ou norma que substitui-la.	*****
Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100. 1450/4312*100= 33%	- Quantidade de parcelas supervisionadas — Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação — Sistema SIPRA/SIR.	33,00%
Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incri n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período — Conforme o Sistema SIPRA e definição das Portarias Incri n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de Consolidação de Assentamentos [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100. $1.549/4.312*100= 35,92$	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 — Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Wilmer° total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA — Sipra.	35,92%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de Abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100. $83/121*100= 68,60$	• Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia	68,60%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de Agregação. $1724/121 = 14,25\%$	• Número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia	14,25%
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no Exercício) multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	0
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros Eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100	• Quantidade de inconformidades — Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados — Informado pela AUD.	0

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
*****		*****			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
373062	05.703.030/0001-88	*****	*****	R\$ 0,00	R\$ 36.985,50

Razões e Justificativas: O passivo refere-se à repactuação do Contrato de Conservação e Limpeza no exercício de 2011, relativo a reajustes no vale-alimentação e nos pisos salariais, previsto na convenção trabalhista. O reconhecimento deste passivo não foi registrado no SIAFI porque o processo administrativo encontra-se na Procuradoria Jurídica.

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	R\$ 66.325,54	R\$ (19.281,54)	R\$ 10.497,14	R\$ -	
2009	R\$ 17.491,76	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2010	R\$ 5.164.602,52	R\$ (746.241,12)	R\$ 2.218.586,94	R\$ 1.202.099,90	
2009	R\$ 4.450.918,15	R\$ (1.341.032,90)	R\$ 2.278.546,71	R\$ -	
...					
Observações:					
Fonte: SIAFI.					

UG/UA	N.º DE EMPENHO	CREDOR	FONTE	PI	VALOR
373062	2010NE000179	ELIANA DE OLIVEIRA MANHAES - P.A. ZUMBI DOS PALMARES	0100000000	C0137042734	R\$ 472.000,00
373062	2010NE000233	ELIANA DE OLIVEIRA MANHAES - P.A. ZUMBI DOS PALMARES	0100000000	C0137042734	R\$ 274.000,00
373062	2010NE000234	VILMA MOTA PEREIRA - CREDITO MATERIAL	0100000000	C0137042734	R\$ 320.000,00
373062	2010NE900093	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0176370002	A0750200010	R\$ 4.635,00
373062	2010NE900125	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0176370002	F1336164230	R\$ 11.474,28
373062	2010NE900203	ATES - CEDRO / COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E SERV.	0176370002	D1427447048	R\$ 11.302,27
373062	2010NE900204	ATES - CEDRO / COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E SERV.	0176370002	C1427447048	R\$ 26.182,66
373062	2010NE900206	ATES - COOPERAR / COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASS.	0176370002	C1427447048	R\$ 28.819,35
373062	2010NE900208	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	0176370002	C0135837421	R\$ 6.120,00
373062	2010NE900266	JL REFRIGERACAO E COMERCIO E DISTRIBUIDOR	0176370002	A0750200040	R\$ 400,00
373062	2010NE900288	PFMP - CONSTRUTORA LTDA	0176370002	C0137432016	R\$ 25.992,51
373062	2010NE900330	ANGEL'S SERVICOS TECNICOS LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 2.018,87
373062	2010NE900337	CVA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 12.245,10
373062	2010NE900378	BATISTA E PRADO LTDA (CRÉDITO)	0176370002	A0750200040	R\$ 489,00
373062	2010NE900471	UNIRIO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA (MOTORISTA)	0100000000	A0750200010	R\$ 832,76
373062	2010NE900506	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	0176370002	A0750200010	R\$ 1.277,37
373062	2010NE900548	HCS 2008 T.I E TELECOM LTDA ME	0176370002	E0135227211	R\$ 2.883,95
373062	2010NE900549	FORCA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA (OPERADOR DE MICRO)	0176370002	E0135227211	R\$ 496,78
373062	2010NE900618	ATES - CEDRO / COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E SERV.	0176370002	D1427447048	R\$ 930,00
Total do ANO 2010:					R\$ 1.202.099,90

UG / UA	N.º DE EMPENHO	CREDOR	FONTE	PI	VALOR
373062	2011NE000007	ITAU UNIBANCO S.A.	0176370002	A0750200040	R\$ 589,29
373062	2011NE000045	ALDEVIR LUIZ PEREIRA (PA PREFEITO CELSO DANIEL)	0100000000	C0137042731	R\$ 41.600,00
373062	2011NE000046	ALDEVIR LUIZ PEREIRA (PA PREFEITO CELSO DANIEL)	0100000000	C0137042733	R\$ 195.000,00
373062	2011NE000083	EZEQUIEL SILVERIO DA SILVA (PA SANTO AMARO)	0100000000	C0137042733	R\$ 375.000,00
373062	2011NE000084	JOEL CORREA DE SA (P.A. CAPELINHA)	0100000000	C0137042733	R\$ 45.000,00
373062	2011NE000092	EZEQUIEL SILVERIO DA SILVA (P.A. SANTO AMARO)	0100000000	C0137042732	R\$ 32.000,00
373062	2011NE000093	JOEL CORREA DE SA (P.A. CAPELINHA)	0100000000	C0137042734	R\$ 464.000,00
373062	2011NE000096	ALDEVIR LUIZ PEREIRA (PA PREFEITO CELSO DANIEL)	0100000000	C0137042731	R\$ 41.600,00
373062	2011NE000098	ALDEVIR LUIZ PEREIRA (PA PREFEITO CELSO DANIEL)	0100000000	C0137042734	R\$ 150.400,00
373062	2011NE000099	ALDEVIR LUIZ PEREIRA (PA PREFEITO CELSO DANIEL)	0100000000	C0137042732	R\$ 41.600,00
373062	2011NE000108	JOEL CAVALARO DA SILVA (P.A. SAO FIDELIS)	0100000000	C0137042734	R\$ 32.000,00
373062	2011NE000109	ETELVINA DE FATIMA C. M. (P.A. JOAO BATISTA SOARES)	0100000000	D0137042733	R\$ 600.000,00
373062	2011NE000110	FERNANDO MAURICIO DA CONCEICAO (P.A. VISCONDE)	0100000000	C0137042734	R\$ 720.000,00
373062	2011NE000125	RICARDO DOS SANTOS PINTO (P.A. FRANCISCO JULIÃO)	0100000000	C0137042733	R\$ 235.000,00
373062	2011NE000126	RICARDO DOS SANTOS PINTO (P.A. FRANCISCO JULIÃO)	0100000000	C0137042732	R\$ 22.400,00
373062	2011NE000140	JORGE ALBERTO B FULI (P.A. FAZENDA NORMANDIA)	0100000000	C0137042731	R\$ 60.800,00
373062	2011NE000142	AGUINALDO MENDES (PA JOSUE DE CASTRO)	0100000000	C0137042733	R\$ 175.000,00
373062	2011NE000144	WANDERSON CORREIA DOS SANTOS R. (P.A. CHICO MENDES)	0100000000	C0137042733	R\$ 150.000,00
373062	2011NE000146	RICARDO DOS SANTOS PINTO (P.A. FRANCISCO JULIÃO)	0100000000	C0137042733	R\$ 150.400,00
Sub - Total do ANO 2011:					R\$ 3.532.389,29

UG / UA	N.º DE EMPENHO	CREDOR	FONTE	PI	VALOR
373062	2011NE000147	JORGE ALBERTO B FULI (P.A. FAZENDA NORMANDIA)	0100000000	D0137042733	R\$ 285.000,00
373062	2011NE800011	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.	0176370002	A0750200010	R\$ 11.253,00
373062	2011NE800013	CVA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.	0176370002	A0750200010	R\$ 44.877,18
373062	2011NE800036	GARAGE VISCONDE DA GAVEA LTDA	0176370002	D0137227240	R\$ 3.571,73
373062	2011NE800062	2 ALIANCAS S/A	0176370002	A0750200010	R\$ 32.514,95
373062	2011NE800069	TELEMAR NORTE LESTE S/A	0176370002	A0750200010	R\$ 3.397,08
373062	2011NE800216	UNIAO FORTE VIGILANCIA E SEGURANC	0176370002	A0750200010	R\$ 100.800,00
373062	2011NE800221	COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E	0176370002	D1427447048	R\$ 5.763,87
373062	2011NE800222	COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E	0176370002	C1427447048	R\$ 110.478,83
373062	2011NE800224	COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESS	0176370002	C1427447048	R\$ 65.469,09
373062	2011NE800262	PARQUE ESPERANCA PRESTACAO DE SER	0100000000	A0750200010	R\$ 15.000,00
373062	2011NE800263	ALE & DAN SERVICOS CONSERVACAO E	0100000000	A0750200010	R\$ 6.000,00
373062	2011NE800265	UNIRIO MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 9.615,65
373062	2011NE800289	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.O	0176370002	A0750200010	R\$ 4.654,88
373062	2011NE800290	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO	0176370002	F1336164230	R\$ 741,52
373062	2011NE800291	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO	0176370002	T0135837421	R\$ 2.000,00
373062	2011NE800325	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	0176370002	D0137227240	R\$ 15.142,15
373062	2011NE800375	CLARO S.A.	0176370002	A0750200040	R\$ 9.724,52
373062	2011NE800376	VENUS WORLD COMERCIO DE EQUIPAMEN	0176370002	A0750200040	R\$ 4.544,01
Sub - Total do ANO 2011:					R\$ 730.548,46

UG / UA	N.º DE EMPENHO	CREDOR	FONTE	PI	VALOR
373062	2011NE800385	FORCA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA.	0176370002	A0750200010	R\$ 100,00
373062	2011NE800388	PH SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA	0176370002	A0750200010	R\$ 431,27
373062	2011NE800417	INSTITUTO BRASILEIRO DE INCLUSAO	0176370002	A0750200010	R\$ 9.000,00
373062	2011NE800424	RAMOS SANTOS TRANSPORTES LTDA	0176370002	A0750200010	R\$ 100,00
373062	2011NE800438	COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E	0100000000	D1427447048	R\$ 143.194,72
373062	2011NE800439	COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESS	0100000000	D1427447048	R\$ 19.508,74
373062	2011NE800440	COOPERATIVA DE CONSULT., PROJ. E	0100000000	C1427447048	R\$ 193.899,09
373062	2011NE800444	COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESS	0100000000	C1427447048	R\$ 32.661,54
373062	2011NE800445	COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESS	0176370002	C1427447048	R\$ 61.630,43
373062	2011NE800452	HIDROPOCOS LTDA	0176370002	C0137839619	R\$ 430.428,88
373062	2011NE800474	FORCA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA.	0176370002	A0750200010	R\$ 100,00
373062	2011NE800476	FORCA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA.	0100000000	A0750200010	R\$ 1.884,18
373062	2011NE800477	FORCA SOLUCOES INTEGRADAS LTDA.	0100000000	A0750200010	R\$ 2.110,02
373062	2011NE800479	TELEMAR NORTE LESTE S/A	0176370002	A0750200040	R\$ 6.967,00
373062	2011NE800488	TELEMAR NORTE LESTE S/A	0176370002	A0135227240	R\$ 4.378,68
373062	2011NE800491	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S	0176370002	A0137227240	R\$ 25.000,00
373062	2011NE800509	HBS VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 28.800,00
373062	2011NE800512	ALMIR DOS SANTOS VALENTIM 7208207	0176370002	A0750200010	R\$ 3.199,00
373062	2011NE800513	COMERCIAL SUDESTE RJ LTDA	0176370002	A0750200010	R\$ 2.000,00
Sub - Total do ANO 2011:					R\$ 965.393,55

UG / UA	N.º DE EMPENHO	CREDOR	FONTE	PI	VALOR
373062	2011NE800517	RECICLARTE INFORMATICA LTDA.	0176370002	A0750200010	R\$ 3.800,00
373062	2011NE800524	OPTICA VIDAL LTDA	0100049101	IR8402999SM	R\$ 7.074,00
373062	2011NE800531	RAMOS SANTOS TRANSPORTES LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 2.079,42
373062	2011NE800534	HCS 2008 TI E TELECOM LTDA ME	0176370002	E0137227211	R\$ 4.350,90
373062	2011NE800536	UNIMAX DE CAIEIRAS LTDA - ME	0176370002	A0137227240	R\$ 810,00
373062	2011NE800537	EDEN COMERCIO E SERVICOS ELETRO -	0176370002	A0137227240	R\$ 2.940,00
373062	2011NE800538	HEROS 868 COMERCIO E PRESTACAO DE	0176370002	A0137227240	R\$ 337,00
373062	2011NE800539	UNIMAX DE CAIEIRAS LTDA - ME	0176370002	A0137227240	R\$ 1.020,00
373062	2011NE800540	HEROS 868 COMERCIO E PRESTACAO DE	0176370002	A0137227240	R\$ 400,00
373062	2011NE800541	HEROS 868 COMERCIO E PRESTACAO DE	0176370002	A0137227240	R\$ 639,00
373062	2011NE800542	SANTIAGO & CINTRA IMPORTACAO E EX	0176370002	A0137227240	R\$ 2.214,00
373062	2011NE800543	PH SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA	0100000000	A0750200010	R\$ 14.066,20
Sub - Total do ANO 2011:					R\$ 39.730,52
TOTAL DO ANO 2011:					R\$ 5.268.061,82

Análise Crítica

Os recursos de restos a pagar referem-se a empenhos cujas provisões financeiras não foram descentralizadas em tempo hábil e obras iniciadas em exercícios anteriores não foram pagas, muito em função do limite financeiro ter sido contingenciado. A maioria desses restos a pagar referem-se a emissão de empenho para pagamento de Crédito Instalação às famílias assentadas, nas modalidades de Aquisição de Material de Construção e de Recuperação de Material de Construção, contratos de Assistência Técnica e serviços relativos à Agroindústria do PA Ilha Grande.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ UPAG 546

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		131	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	*****	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	*****	131	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	*****	125	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	*****	6	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	*****	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	*****	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	*****	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	*****	131	0	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ - UPAG 546

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	****
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	****
1.4. Atribuição de GSISTE	****
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	****
1.6. Lei 10.683/03	****
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	1
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	****
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	****
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	****
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	****
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	****
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	****
2.6. Afastamento para Curso de Formação	****
2.7. Servidores exercício provisório	****
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	****
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	****
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	****
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	****
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	****
4.2. Capacitação	****
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	****
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	****
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	****
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	****
5.2. Serviço militar	****
5.3. Atividade política	****
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	****
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Decisão Judicial	****
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	****
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	****
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: Extração SIAPE fev12.

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ - UPAG 546

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	13	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	13	2	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	9	2	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	3	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	2	1

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa – DAH/INCRA/SEDE.

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ UPAG 546

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	4	19	24	45	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	19	24	45	25
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	2	5	3	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	4	1	4	2
2.3. Funções gratificadas	0	1	2	0	0
3. Totais (1+2)	6	24	27	49	27

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ UPAG 546

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	7	0	30	80	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	7	0	30	80	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	11	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	3	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	7	0	32	94	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ UPAG 546

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	432	8
1.1 Voluntária	391	8
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	41	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	115	0
2.1 Voluntária	103	0
2.2 Compulsória	9	0
2.3 Invalidez Permanente	3	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	547	8

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

SR-07/RJ UPAG 546

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	322	12
1.1. Integral	268	12
1.2. Proporcional	54	0
2. Em Atividade	74	2
3. Total (1+2)	396	14

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

SR-07/RJ UPAG 546

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	7	7	7	R\$ 42.051,74
1.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 6.356,66
1.2 Área Meio	6	6	6	6	R\$ 35.695,08
2. Nível Médio	6	6	6	7	R\$ 25.429,59
2.1 Área Fim	1	2	1	1	R\$ 5.284,07
2.2 Área Meio	5	4	5	6	R\$ 20.145,52
3. Total (1+2)	13	13	13	14	R\$ 67.481,33

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

SR-07/RJ - UPG 546

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS					DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL GERAL	
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV				
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO										
2009	R\$ 8.952.639,80		R\$ 841.501,68	R\$ 229.674,03	R\$ 706.281,75	R\$ 991.458,35		R\$ 5.534,89	R\$ 76.843,56	R\$ 11.803.934,06
2010	R\$ 9.918.991,87		R\$ 912.368,12	R\$ 251.862,31	R\$ 713.254,46	R\$ 1.565.780,83		R\$ 56.846,26	R\$ 59.798,86	R\$ 13.478.902,71
2011	R\$ 10.880.248,95		R\$ 909.736,97	R\$ 233.343,77	R\$ 539.606,57	R\$ 2.050.243,72		R\$ 0,00	R\$ 57.128,62	R\$ 14.670.308,60
SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS										
2009									R\$ 0,00	
2010									R\$ 0,00	
2011									R\$ 0,00	
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA										
2009					R\$ 2.143,46				R\$ 2.143,46	
2010					R\$ 0,00				R\$ 0,00	
2011					R\$ 4.574,94				R\$ 4.574,94	
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR										
2009		R\$ 297.939,42			R\$ 39.958,80				R\$ 337.898,22	
2010		R\$ 296.682,19			R\$ 75.457,09				R\$ 372.139,28	
2011		R\$ 297.143,77			R\$ 66.248,97				R\$ 363.392,74	
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS										
2009		R\$ 15.156,36			R\$ 6.666,79				R\$ 21.823,15	
2010		R\$ 15.156,36			R\$ 8.143,27				R\$ 23.299,63	
2011		R\$ 15.156,36			R\$ 2.581,23				R\$ 17.737,59	

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 25.466,32
2010	R\$ 7.002,26
2011	R\$ 0,00

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.10 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício	
	2011	2010	2009			
****	****	****	****	****	****	****
****	****	****	****	****	****	****
****	****	****	****	****	****	****
****	****	****	****	****	****	****

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

A SR-07/RJ não possui em seus quadros mão-de-obra terceirizada que execute atribuições dos cargos funcionais típicos do plano de cargos do INCRA.

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

*****	*****	*****
*****	*****	*****
*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
*****	*****	***	*****
*****	*****	***	*****
*****	*****	***	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante										
Nome: INCRA-RJ UG/Gestão:373062 / 37201					CNPJ: 00375972/0009-18					
Informações sobre os contratos										
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		
					Início	Fim	P	C	P	C
2010	V	O	4000/11	07.613.468/0001-09	03/10/2011	02/10/2012	****	****	13	13
2010	L	O	4001/11	05.703.030/0001-88	29/07/2011	28/07/2012	11	10	****	****
Observação:										
LEGENDA										
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.										
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Nome: INCRA -RJ UG/Gestão:373062 / 37201					CNPJ: 00375972/0009-18										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados								
							P	C	P	C	P	C	Sit.		
					Início	Fim									
2011	1	O	7000/2011	06.090.065/0001-51	18/11/2011	17/11/2012	***	***	10	10	***	***	A		
2011	1	O	5000/2011	54180.000843/2011-25	04/10/2011	03/10/2012	***	***	***	***	1	1	A		
2010	1	O	11000/2010	10.515.685/0001-62	20/12/2010	19/12/2011	***	***	3	3	***	***	E		
2011	1	O	9000/10	07.579.905/0001-07	02/12/2011	01/12/2012	***	***	8	5	***	***	A		
2011	1	O	10000/11	28.069.045/0001-31	05/12/2011	04/12/2012	***	***	1	1	***	***	A		
2010	1	O	9000/10	06.263.083/0001-98	12/11/2010	11/11/2011	6	3	***	***	***	***	p		
2010	1	O	12000/10	06.263.083/0001-98	20/12/2010	19/12/2011	***	***	7	7	***	***	P		
2011	1	O	6000/11	06.263.083/0001-98	18/11/2011	17/11/2012	***	***	5	5	***	***	A		

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

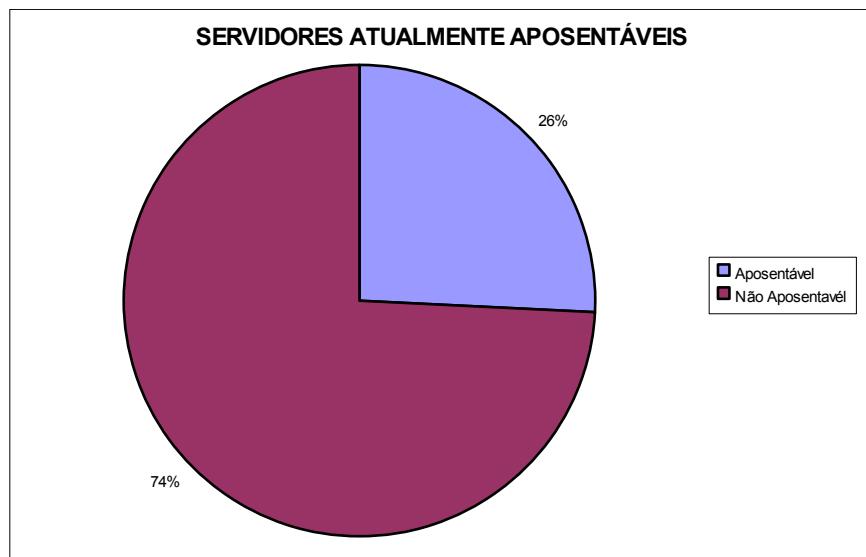
Ao longo do ano de 2011 não foram utilizados os indicadores gerenciais de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, rotatividade, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas.

Neste ano de 2012 houve a primeira avaliação de Desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho, nos termos do Decreto 7.133/10, que nos dará subsídios para verificarmos o desempenho dos servidores.

Diante de questionamentos da CGU no exercício de 2011, está em gestação um estudo de lotação ideal, a ser encaminhado à sede, posteriormente, para providências quanto a provimento de cargos. Com base em levantamento preliminar, foi possível a obtenção do quadro comparativo entre os servidores aposentáveis e os não-aposentáveis.

▪ Aposentadoria versus reposição do Quadro.

Atualmente temos 33 servidores aposentáveis e mais 08 que poderão se aposentar até 2014. Dos 33 servidores já aposentáveis, 05 entrarão na compulsória em 2013 e 03 em 2014. A data de aposentadoria de alguns servidores poderá ser alterada caso estes venham a utilizar-se de licença prêmio ou averbar algum tempo de serviço.



6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Superintendência Regional do INCRA no estado do Rio de Janeiro

CNPJ: 003.759.72/0009-18

UG/GESTÃO: 373062/37201

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício		
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	***	***

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Unidade Concedente ou Contratante

Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Contrato de Repasse	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Termo de Cooperação	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Termo de Compromisso	*****	*****	*****	*****	*****	*****
Totais	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: SIAFI; Processos administrativos da SR-07/RJ.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INCRA-RJ		CNPJ: 00375972/0009-18 UG/GESTÃO: 373062/37201			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	*****	*****	*****	*****	*****
Contrato de Repasse	*****	*****	*****	*****	*****
Termo de Parceria	*****	*****	*****	*****	*****
Termo de Cooperação	*****	*****	*****	*****	*****
Termo de Compromisso	*****	*****	*****	*****	*****
Totais	*****	*****	*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ; SIAFI.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INCRA-RJ		CNPJ: 00375972/0009-18 UG/GESTÃO: 373062/37201			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2011	Contas prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante Repassado	*****	*****	*****
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante Repassado	*****	*****	*****
2010	Contas prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante	*****	*****	*****

		Repassado			
2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante Repassado	*****	*****	*****
	Contas prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante Repassado	*****	*****	*****
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	*****	*****	*****
		Montante Repassado	*****	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ; SIAFI.

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INCRA-RJ					
CNPJ: 00375972/0009-18		UG/GESTÃO: 373062/37201			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			*****	*****
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	*****	*****
			Contas Não analisadas	*****	*****
	Montante repassado (R\$)			*****	*****
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	*****	*****
			Quantidade Reprovada	*****	*****
			Quantidade de TCE	8	*****
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	8	*****
	Montante repassado (R\$)			*****	*****
2010	Quantidade de contas prestadas			*****	*****
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		*****	*****
		Quantidade Reprovada		*****	*****

		Quantidade de TCE	8	*****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	8	*****
		Montante repassado (R\$)	*****	*****
2009	Quantidade de contas prestadas		*****	*****
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	*****	*****
		Quantidade Reprovada	*****	*****
		Quantidade de TCE	9	*****
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	9	*****
		Montante repassado	*****	*****
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	*****	*****
		Montante repassado	*****	*****

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ; SIAFI.

6.2 Análise Crítica

Segue a situação dos convênios em TCE na SR-07/RJ:

CONVÊNIOS SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - SR/07

Nº. PROCESSO	Nº. CONVÊNIO/SIAFI	VIGÊNCIA		VALOR A APROVAR	OBSERVAÇÃO
		INÍCIO	FIM		
54180.001307/2000	401033 TCE	31/10/2000	26/7/01	R\$ 124.500,00	O processo em referência necessita da adequação da análise financeira do PDA do projeto de Assentamento Visconde em função da alteração da capacidade de Assentamento exposto na fl.249.
54180.000470/2002-00	467519 TCE	14/11/2002	7/11/04	R\$ 75.000,00	Conforme parecer da asseguradora Dalva Sônia de Oliveira da fls 275/277, solicita o encaminhamento dos documentos refentes a Prestação de Contas Final para o Sr. Jacob Fuks no setor de Finanças para análise da referida Prestação de Contas Final.
54180.000389/2008-15	627450 TCE	01/07/2008	30/10/08	R\$ 145.700,00	O referente processo apresenta parecer da Procuradoria fls 169/171 que solicita esclarecimento sobre prorrogação do Convênio encaminhando ao Superintendente para as medidas necessárias para o seu andamento normal
54180.000770/2007-95	595945 TCE	08/11/2007	6/5/08	R\$ 87.301,01	O referente processo foi encaminhado a Procuradoria Regional desta Superintendência para se manifesta sobre a abertura ou não de Tomadas de Contas Especial conforme Memo /INCRA/SR-07 fls 362/363.
54180.002115/2003-48	487056 TCE	11/12/2003	7/7/04	R\$ 45.500,00	Devido a falta de setor competente para sua análise foi encaminhado para Brasília para a análise de sua prestação de contas.
54180.000470/2002-00	467519 TCE	14/11/2002	7/11/04	R\$ 69.000,00	Conforme parecer da asseguradora Dalva Sônia de Oliveira da fls. 275/277, solicita o encaminhamento dos documentos refentes a Prestação de Contas Final para o Sr. Jacob Fuks no setor de Finanças para analise da referida Prestação de Contas Final.
54180.000813/2003-17	483374 TCE	07/10/2003	8/4/04	R\$ 150.145,00	O processo em referência devido a falta de documentos comprobatórios foi encaminhada para a realização de Tomadas de Contas Especial sugerida pela PFE/RJ nas fls.268/271.
54180.001499/2003-81	487059 TCE	11/12/2003	27/7/04	R\$ 60.720,40	O referente processo depois de auditoria na qual em seu parecer, foi solicitado medidas cabíveis para sanar as inconsistências por elas encontradas em sua execução, sendo tal parecer submetido a esta Regional para tomar as providências por ele citado, estando a mesma sendo providenciadas.
54180.001139/2003-80	483373 TCE	07/10/2003	8/4/04	R\$ 128.945,00	O processo em referência encontra-se vencido desde 08/04/2004 constando no mesmo relatório de acompanhamento às fls. 211/213 e fls. 280/281, demonstrando que a Convenente não atendeu ao pactuado, também não consta relatório dos valores dos trabalhos realizados em quantidade, conforme o que determina o Art.31 da IN/STN/Nº 01/97,para que haja uma análise financeira detalhada.
54180.002133/2003-20	487063 TCE	19/12/2003	16/6/04	R\$ 10.878,00	O processo em referência precisa da elaboração de uma análise quanto ao cumprimento do objeto, inclusive qualificando-o,conforme solicitado pelo chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária / RJ constante as fls.144.
54180.000857/2007-62	599590 TCE	13/11/2007	8/12/08	R\$ 365.548,54	Conforme o Memo/INCRA/SR-07/ sem número fls. 369, do Engº Civil Evangelista Rodrigues Carneiro e o Ofício do Superintendente fls. 370, que solicitam a liberação do valor de R\$ 144.947,13 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e treze centavos), referente a medição apresentada pela Construtora Chaves Ltda.

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

7 Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Henrique de Andrade Mendes, CPF nº 006.639.152-15, Assistente de Administração – responsável pelo SIASG e SICONV, exercido na SR-07/RJ declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 26 de março de 2012.

Luiz Henrique de Andrade Mendes
066.639.152-15
Responsável pelo Cadastramento do SIASG/SICONV pela SR-07/RJ

8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	*****	*****	*****
	Entregaram a DBR	*****	*****	*****
	Não cumpriram a obrigação	*****	*****	*****
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	*****	*****	*****
	Entregaram a DBR	*****	*****	*****
	Não cumpriram a obrigação	*****	*****	*****
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	15	15
	Entregaram a DBR	14	14	14
	Não cumpriram a obrigação	1	1	1

Fonte: Setor de RH da SR-07/RJ.

Análise Crítica

As obrigações determinadas pela Lei nº 8.730/1996, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores desta autarquia, ficam sob a incumbência do Setor de Recursos Humanos desta SR-07/RJ, que cobra dos referidos servidores.

No que diz respeito às Declarações de Bens e Rendas dos servidores, alusivas ao exercício de 2011, ano base de 2010, ficou faltando a declaração do procurador-chefe, que alegou que assinou um termo de compromisso no qual ficaria desobrigado de apresentar sua declaração mediante o órgão de controle.

Na ocasião foi solicitado novamente ao procurador-chefe a entrega desta Declaração.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Considerações gerais:

I – Ambiente de Controle

O esforço concentrado no primeiro trimestre de 2011 na elaboração do Relatório de Gestão de 2010 da SR07/RJ implicou a mobilização geral de dirigentes e servidores da UJ na avaliação das diferentes linhas de atuação da Superintendência, ao qual se associou o profundo trabalho da Auditoria desenvolvida pela CGU/RJ, em que foi necessário atender a seus requerimentos com inúmeros relatórios setoriais das atividades do Incra/RJ – missão que envolveu apurada análise das condições de execução das ações de Planejamento, Comunicação, Administração, inclusive avaliação de contratos. Assim, cada ação integrante das atividades fins nas Divisões de Ordenamento Fundiário, Obtenção de Terras e de Desenvolvimento de Projetos ensejou objetiva análise dos compromissos de atuação, da dimensão de seus gastos e seus resultados, bem como a explicitação dos seus obstáculos e potencialidades comparativamente com as suas demandas de atuação.

Esse conjunto de movimentações envolventes, ao lado das providências das rotinas normais da Regional, propiciou uma fecunda reflexão no Rio de Janeiro sobre as funções do Incra, para o que concorreram os dados mensais dos sistemas de controle internos, ampliando-se ao longo do ano de 2011, com debates e sucessivas reuniões, tanto as de caráter geral como de cada setor em particular; especialmente as que se desdobraram em resposta às propostas do novo Presidente do órgão, de participação na elaboração do Plano Estratégico 2012/2014, principalmente em face de extenso diagnóstico dos problemas inventariados pela coordenação da Diretoria de Planejamento Estratégico, criando-se o clima para a continuidade do exame pelos servidores da SR-07 dos estudos prospectivos, com análise de tendências, projetos e possíveis escolhas de novas Políticas Públicas para o Instituto.

Para o empenho de adesão do corpo técnico e administrativo da casa nessa missão, foi necessário dedicar especiais medidas de organização e articulação de reuniões, intensificando-se os fluxos de

comunicação, informação e controle.

Para melhorar o nível de participação, em face do clima dominante de mudanças estratégicas e de gestão, ainda carece de intensificação a disseminação de cursos de capacitação quanto aos procedimentos operacionais inovadores editados ou a editar.

II – Avaliação de Risco

A avaliação de ameaças e eventuais riscos de comprometimento da concretização das propostas de atuação cogitadas constituiu-se em prática própria ao trabalho, polarizado pela participação na elaboração do planejamento estratégico, ainda não concluído, que mesmo quando não expressamente registrados, riscos plausíveis prevalecem como referência de possível delimitação dos objetivos e metas a serem alcançados.

Entretanto, ameaças e riscos específicos ainda não foram suficientemente caracterizados, ante imprecisões de expectativas nos cenários externos em delineamento, comprometendo, em parte, o estabelecimento da escala de prioridades.

III - Procedimentos de Controle

O lançamento da elaboração do Planejamento Estratégico 2012/2014, dentro do contexto descrito, instaurou um processo ainda em curso, cujas medidas preventivas ou detecção de riscos estão em pauta de construção, ao lado de providências de agilização operacional dos procedimentos de ação em andamento, inclusive no sentido da busca da colaboração de parcerias e de fortalecimento do quadro de pessoal da SR-07, além de gestões visando melhores níveis de garantia dos recursos orçamentários requeridos para o cumprimento tempestivo dos objetivos.

IV - Informação e Comunicação

As informações relevantes para a UJ, assim que comunicadas, têm sido objeto de imediata convocação de chefias e servidores para a exposição, debates e orientação de providências, em reuniões gerais ou setoriais, independentemente de divulgação à Comunidade Incra RJ, via internet, pela Assessoria de Comunicações, além de mensagens eletrônicas dirigidas às partes envolvidas nas providências consequentes. Propostas indicadas para inserção no planejamento estratégico foram formuladas visando o aperfeiçoamento e melhoria das comunicações.

Não obstante, os mecanismos de divulgação vêm atingindo os níveis hierárquicos da SR-07/RJ satisfatoriamente, tendo as mensagens obtido razoáveis respostas dos grupos responsáveis pelos atendimentos das demandas formuladas.

V - Monitoramento

O monitoramento de controle, especialmente os dados mensais de execução dos serviços são cobrados da estrutura e acompanhados quanto à qualidade da informação, recolhendo as observações dos asseguradores setoriais e suas ponderações quanto à necessidade de introdução de aperfeiçoamentos ao sistema, visando a melhoria do monitoramento e do desempenho de gestão das ações.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					x
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					x
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					x

· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				x
Considerações Gerais: Itens 1, 2, 3 e 4: - Aspectos sobre a gestão ambiental - f) Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso coorporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia. g) As aquisições realizadas nos exercícios 210/211, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta				
Itens 5,6,7,8,9,10,11,12 e 13: e) Costumeiramente na instituição estes itens são adquiridos pela Manutenção das Unidades (Divisões de administração).				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	RIO DE JANEIRO	Σ	Σ
	Município 1 – Rio de Janeiro	3	3
	Município 2 - Niterói	2	2
	Município 3	*****	*****
	UF “n”	Σ	Σ
	Município 1	*****	*****
	Município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
	Subtotal Brasil	5	5
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		5	

Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração - SR-07/RJ

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ		
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Rio de Janeiro	1	1
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	*****	*****
	município 2	*****	*****
	município “n”	*****	*****
Subtotal Brasil		Σ	
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	*****	*****
	cidade 2	*****	*****
	cidade “n”	*****	*****
Subtotal Exterior		Σ	
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração - SR-07/RJ

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373062	586500122500-9	23 - Sem Uso	Regular	48.954,05	31/12/2011	89.829,83		
373062	5865001215003	05 -Cessão	Bom	153.283,58	31/12/2011	201.526,00		
373062	6001028415001	21 -Uso Em Serviço Público	Reparos importantes	1.692.389,74	31/12/2011	2.587.550,99		
373062	6001028385005	14 - Esbulhado	Regular	1.621.087,76	31/12/2011	1.833.355,13		
373062	60010283950000	21 - Uso Em Serviço Público	Regular	116.811,45	31/12/2011	123.944,95		
373062	60010283950000	14 - Esbulhado	Regular	39.260,11	31/12/2011	177.332,11		
Total							Σ	Σ

Fonte: Setor de Patrimônio da Divisão de Administração - SR-07/RJ

Análise Crítica:

A SR/07 detém 05 (cinco) bens imóveis da União considerados como de uso especial e seus dados estão na SPIUNET. Por outro lado, em dezembro de 2011 foi realizado levantamento físico *in loco* desses bens, conforme exigência da Divisão de Patrimônio do INCRA/BR. Os imóveis acima são cadastrados no Sistema SPIUNET, e suas fichas de cadastro são atualizadas anualmente, inclusive com cópias dos seus registros cartorários.

A SR/07 possui 05 (cinco) bens imóveis considerados como de uso especial, a saber, pela ordem:

Tombamento 4033 / RIP: 586500122500-9 – Complemento: Três salas - Situa-se na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 171, e encontra desativado. Município 5865 – Niterói. Valor com dados do SPIUNET: 89.829,83.

Tombamento 4034 / RIP: 5865001215003 – Complemento: 13 salas – situa-se na Rua Almirante de Tefé, 632, encontra-se ocupado pela Prefeitura Municipal de Niterói (processo nº. 54180.000874/2002-95 – cessão de uso). Município 5865 – Niterói. Valor com dados do SPIUNET: 201.526,00.

Tombamento 4035 / RIP: 6001028415001. Situa-se na Rua Santo Amaro, 28, Glória / RJ. Encontra-se desativado aguardando obras para sua reestruturação. Município 6001 – Rio de Janeiro. Valor com dados do SPIUNET: 2.587.550,99.

Tombamento 4038 / RIP: 60010283950000. Situa-se na Rua Prefeito Olimpio de Melo, 902. Encontra-se ocupado irregularmente por uma agremiação carnavalesca. Município 6001 – Rio de Janeiro. Valor com dados do SPIUNET: 177.332,11.

Tombamento 7035 / RIP: 60010283950000. Situa-se na Rua Costa Ferreira, 137. Trata-se de uma garagem que serve também de estacionamento para viaturas alienadas. Município 6001 – Rio de Janeiro. Valor com dados do SPIUNET: 123.944,95.

Tombamento 4036 / RIP: 6001028385005. Situa-se na Rua Barão de São Félix, 110. Prédio de 11 andares, em péssimo estado de conservação, ocupado pelo Movimento Chiquinha Gonzaga desde julho de 2004. Foi doado ao Ministério das Cidades em Valor com dados do SPIUNET: 1.833.355,13.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01 – servidor (Analista de Sistemas); 01 terceirizado (Analista de Rede)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Contamos apenas com 01 Analista de Rede; necessitamos de 02 “help desk” (o contrato anterior foi rescindido). Há forte demanda desse serviço				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
Item: Planejamento	<p>1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição é elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém, sua execução é centralizada.</p> <p>2 - Planejamento Estratégico – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição é elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém, sua execução é centralizada.</p> <p>3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém, todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.</p>				

<p>Item: Recursos Humanos de TI 4 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição</p> <p>Item: Segurança da Informação 5 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI 6 - Desde 2006, há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006. Em 2010, foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, que já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição. 7 – Não há contrato de Help Desk na Instituição.</p> <p>Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, de 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI. 9 – O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades. 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, de 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos. 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, de 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG,</p> <p>Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI 12 – O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%; o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos. 13 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, de 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações. 14 – Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição. 15 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.</p>					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373062		Limite de Utilização da UG		R\$ 800.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALEXANDRE MARIO SALLS	435.510.417-68	2.000,00	1.790,00	0,00	1.790,00
ANTONIETA MARIA CARVALHO	161.393.307-00	2.000,00	4.981,00	0,00	4.981,00
ASÉLIO VIEIRA PASSOS	982.527.477-87	2.000,00	0,00	485,33	485,33
BRUNO MACHADO PIRES	073.829.177-38	2.000,00	100,00	0,00	100,00
CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM	037.227.557-51	2.000,00	0,00	1.059,03	1.059,02
DARCY LOPES DE CASTRO	172.743.207-01	2.000,00	150,00	7.273,05	7.423,05
DRAGUTIN PETKOV	050.032.457-34	2.000,00	760,00	2.052,81	2.812,81
GUARACI LEVIS	099.215.597-53	2.000,00	1.080,00	4.828,71	5.908,71
GUILHERME JOSE TEIXEIRA FILHO	350.348.747-68	2.000,00	6.720,00	4.942,75	11.662,75
JOÃO CARLOS FERREIRA MARINHO DE CARVALHO	712.867.647-34	2.000,00	6.716,00	0,00	6.716,00
JOSÉ ALVES PEREIRA	406.293.767-00	2.000,00	8.890,00	708,53	9.598,53
JOSÉ FRANCISCO GOMES	310.568.067-53	2.000,00	480,00	3.041,00	3.521,00
NILSON CECILIANO	263.072.917-34	2.000,00	1.180,00	7.026,11	8.206,11
PAULO CESAR GONÇALVES DURAN	583.762.677-87	2.000,00	580,00	4.545,00	5.125,00
CELSO SOUZA SILVA	274.385.117-15	2.000,00	310,00	2.060,35	2370,35
JOSÉ PAULO ALBUQUEQUE	487.274.237-00	2.000,00	260,00	1.603,42	1.863,42
MIGUEL PEDRO ALVES	273.835.477-72	2.000,00	200,00	1.979,33	2.179,33
JOÃO PAES MACHADO	547.117.387-20	2.000,00	170,00	5.578,47	5.748,47

PABLO ALVES DE SOUZA	010.834.757-54	2.000,00	160,00	428,92	588,92
Total utilizado pela UG			34.527,00	47.612,81	82.139,81

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	43	51.421,21	43	39.945,06	91.366,27
2010	42	41.894,28	42	45.877,71	87.771,99
2009	41	35.283,85	41	48.505,50	83.789,35

Fonte: Divisão de Administração da SR-07/RJ.

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010)

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada							
Denominação completa:		Código SIORG					
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro				004032			
Deliberações do TCU							
Deliberações expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
*****	*****	*****	*****	*****	*****		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG			
*****				*****			
Descrição da Deliberação:							

Providências Adotadas							
Setor responsável pela implementação				Código SIORG			
*****				*****			
Síntese da providência adotada:							

Síntese dos resultados obtidos							

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor							

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro					004032
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
*****	*****	*****	*****	*****	*****
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
*****					*****
Descrição da Deliberação:					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
*****					*****
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109243	Gestão de Recursos Humanos – Quantitativo de Pessoal – Constatação 021	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Fazer gestões junto ao Órgão central do INCRA de modo que seja priorizada a realização de estudo que vise dimensionar adequadamente a estrutura do INCRA-SR/07/RJ às atuais atribuições e às crescentes demandas que essa Unidade tem recebido nos últimos anos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Recursos Humanos da Divisão de Administração			4032
Síntese da providência adotada:			

O Setor de Recursos Humanos fez um primeiro levantamento da força de trabalho em atividade e suas respectivas datas de aposentadoria dos servidores para fins de estudo de lotação ideal da SR-07/RJ, que, assim que estiver pronto, será enviado aos órgãos de controle para conhecimento.

Síntese dos resultados obtidos

Em 2012, as chefias, com base neste levantamento, farão análise das deficiências de recursos humanos em suas respectivas Divisões.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A grande dificuldade para o andamento desse trabalho é o excesso de atribuições das chefias.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201109243	Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento – processos licitatórios – Constatação 053	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Aprimorar seus procedimentos internos da área que instaura os processos licitatórios de modo que eles contenham a fundamentação adequada para a aquisição e/ou contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			4032
Síntese da providência adotada:			
Foi instituída nova Comissão de Licitação com a finalidade de estancar os vícios processuais anteriores e os novos integrantes estão sendo capacitados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Apesar do contingenciamento orçamentário-financeiro, as licitações de 2011 atenderam a todas as exigências da legislação que regula a matéria.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201109243	Desenvolvimento Sustentável de	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-

		Projetos de Assentamento – processos licitatórios – Constatação 030	PR, de 24/06/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro		4032			
Descrição da Recomendação:					
<p>Recomendação 1: Retenha os valores depositados em garantia pela primeira contratada Tecnopav Construção Ltda. (CNPJ 08.533.579/0001-80) e também pela segunda contratada P.F.M.P Construtora Ltda (CNPJ 03.080.028/0001-74).</p> <p>Recomendação 2: Execute as multas definidas na cláusula nona e a responsabilização civil e penal contidas na cláusula décima, parágrafo segundo do contrato n.º 6000/2008 para a primeira contratada e o mesmo valendo para a segunda contratada com relação ao contrato n.º 7000/2009.</p> <p>Recomendação 3: Sempre que houver modificações no projeto sejam elaboradas as plantas atualizadas com as modificações e incorporadas ao processo.</p> <p>Recomendação 4: Tome as medidas cabíveis para que a obra seja concluída de modo que a unidade possa entrar em produção.</p> <p>Recomendação 5: Mantenha seus processos organizados, numerados e com todos os documentos necessários, de modo a resguardar a transparência dos atos e fatos, bem como propiciar as condições necessárias aos controles administrativos.</p> <p>Recomendação 6: Adotar medidas no sentido de que os processos que estejam relacionados a um mesmo projeto sejam conduzidos de forma vinculada para que o andamento dos processos não fique comprometido.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Divisão de Administração e Fiscais do Contrato		4032			
Síntese da providência adotada:					
<p>Da Recomendação 1: Os valores depositados em garantia pela primeira e segunda contratadas, sob a forma de Fianças Bancárias, mantiveram-se retidas, sem resgate por parte das empresas, estando as pendências e os aspectos jurídicos das relações contratuais com as empresas sob exame pela Procuradoria Regional – PFE/INCRA-RJ;</p> <p>Da Recomendação 2: Considerando o encerramento do 2º Contrato (7000/2009) em 30/12/2010, assim como o encaminhamento de Nota Fiscal pela empresa e dois demonstrativos dos serviços executados, foi realizada detalhada apuração dos serviços efetivamente realizados na obra, identificando-se e quantificando aqueles que permaneceram pendentes. A partir de sua caracterização, foi exigida a sua conclusão mediante a expedição de Notificação Administrativa à contratada. Ante a comunicação da empresa, de atendimento das exigências, a Comissão designada para Recebimento da Obra constatou em vistoria que ainda permaneciam exigências não cumpridas. Inventariados os serviços faltantes, foi expedido à empresa o “TERMO DE ADVERTÊNCIA PARA ENTREGA TOTAL DO OBJETO CONTRATADO (CONCLUSÃO DA OBRA) SOB PENA DE INCORRER EM MULTAS E PENALIDADES LEGAIS”, exigindo o saneamento das pendências no prazo de 15 dias, a partir do qual, sem o adequado atendimento, passaria a vigir a multa estipulada em contrato, facultando à empresa sua apresentação de defesa. Recebida a correspondência de atendimento à advertência, a Comissão de Recebimento da Obra realizou nova vistoria, procedendo à elaboração do seu Relatório que, juntado ao processo, seguiu para a Procuradoria Regional para manifestação, a qual ainda não se pronunciou sobre pequenas restrições apontadas e parte de serviços menores já executados com a colaboração da Prefeitura de Campos.</p> <p>Recomendação 3: As alterações do projeto tem sido, tanto quanto possível, representadas graficamente em papel, em plantas com escalas ou de forma esquemática, na falta de programa informático licenciado de Autocad e pessoal disponível para utilizá-lo. Elementos definitivos de aperfeiçoamento do projeto, tais como o equacionamento do sistema de abastecimento de água, assim que concluídos, serão incorporados ao processo administrativo.</p> <p>Da Recomendação 4: Além das providências administrativas mencionadas acima visando à conclusão da obra civil, foram adotadas medidas externas ao contrato, que consistiram na elaboração de estudos de alternativas de captação e tratamento de água para o abastecimento da agroindústria, cujo desenvolvimento resultou, já no ano em curso de 2012, no detalhamento da opção de aproveitamento de Tomada D’Água superficial, junto ao caudaloso Canal do Colégio, próximo à unidade fabril, que recebe as águas do grande Canal Andresa, forte</p>					

efluente das águas do rio Paraíba do Sul. Esta alternativa encontra-se já em execução mediante colaboração da Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Campos dos Goytacazes, que já construiu a vala de cerca de 300 metros de extensão para adução da água do Canal do Colégio até o reservatório de decantação junto à Agroindústria, de onde a água deverá ser tratada para atender ao funcionamento da produção no início da safra de cana de 2012. Essas medidas estão sendo desenvolvidas com o apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que vem assessorando na instalação da unidade de tratamento da água. Outras medidas complementares, fora do contrato, encontram-se em curso, entre as quais, a elevação do tanque pulmão do conjunto de equipamentos da fábrica, visando permitir, por gravidade, o fluxo de processamento da matéria-prima, sem necessidade de bombeamento, proporcionando à operação da unidade economia de energia.

Da Recomendação 5: A recomendação foi atendida, saneando-se os processos e procedendo-se à correta numeração e inserção da documentação pertinente.

Da Recomendação 6: Os processos compartimentados setorialmente mas vinculados à uma mesma ação específica estão sendo conduzidos para ser apensados aos autos de instrução do tema principal.

Síntese dos resultados obtidos

O atendimento às recomendações ainda está em curso. Portanto, os resultados obtidos foram os parciais elencados acima.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201109243	Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento – processos licitatórios – Constatação 032	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			4032
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Realizar levantamento do quadro técnico necessário ao INCRA/SR-07 para executar adequadamente os procedimentos de fiscalização e acompanhamento de obras de modo a evitar atrasos no cronograma que, em geral, oneram o contrato inicial. Recomendação 2: Fazer gestão junto ao Órgão Central no sentido de evitar os atrasos dos repasses de recursos financeiros para o pagamento de dívidas já assumidas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendente Regional, Chefe da Divisão de Administração e fiscais de contrato.			4032
Síntese da providência adotada:			
Da Recomendação 1: No que se refere especificamente ao contrato de implantação de poços no PA Zumbi dos Palmares, os serviços contratados de perfuração e instalação dos poços e construção de chafarizes ficaram totalmente concluídos no ano de 2011. Quanto ao levantamento do quadro técnico requerido para fiscalização e acompanhamento de obras, a mensuração das necessidades continua a ser avaliada para sua compatibilização com as definições de demandas a serem atendidas segundo as opções de planejamento estratégico. Da Recomendação 2: Essas gestões tem sido feitas com regularidade para o atendimento de compromissos já assumidos, com a devida antecedência de efetivação dos pagamentos.			
Síntese dos resultados obtidos			
A despeito da restrita capacidade operacional da SR-07/RJ, seu quadro de técnicos vêm, cada vez mais, melhorando em eficiência, por meio de constantes capacitações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Embora o quadro técnico adequado para proceder à fiscalização e acompanhamento de obras continue sendo um problema, pela ausência de um engenheiro civil, alguns servidores – que nunca haviam trabalhado com fiscalização de contratos – foram capacitados para atuarem como fiscais.			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro		4032			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	201109243	Resultado da Missão Institucional – Constatação 022	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro		4032			
Descrição da Recomendação:					
<p>Recomendação 1: Fazer gestão junto ao Órgão Central no sentido de dotar o INCRA/SR-07 de quantitativo de servidores qualificados para atuarem na área de acompanhamento e monitoramento dos indicadores operacionais.</p> <p>Recomendação 2: Otimizar o sistema de cadastro de informações relativo ao monitoramento dos Indicadores Operacionais do INCRA/SR-07.</p> <p>Recomendação 3: Apresentar, no próximo exercício, resultados para todos os Indicadores constantes no Relatório de Gestão, bem como a justificativa para os casos em que não seja possível a apuração de resultados.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Superintendente Regional		4032			
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Da recomendação 1: O provimento de servidores qualificados depende de realização de concurso público, decisão esta de caráter administrativo e político, estando, em função deste último, fora da governabilidade da SR-07/RJ.</p> <p>Da Recomendação 2: A gestão de TI do INCRA está concentrado na Diretoria de Gestão Estratégica, em Brasília.</p> <p>Da Recomendação 3: A SR-07/RJ ainda carece de capacidade operacional para aferir, com rigor estatístico, todos os resultados dos indicadores requeridos pelos órgãos de controle.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ainda não surtiram efeitos as gestões da SR-07/RJ junto aos órgãos centrais para o atendimento de todas as recomendações.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro		4032			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
02	201109243	Resultado da Missão Institucional – Constatação 052	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência		4032			

Regional do INCRA no Rio de Janeiro	
Descrição da Recomendação:	
Recomendação 1: Fazer gestão junto ao Órgão Central de modo a ter uma participação mais efetiva na definição dos indicadores operacionais sob a responsabilidade do INCRA/RJ.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendente Regional	4032
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Da recomendação 1: O órgão Central está tentando instaurar, na instituição, a cultura de Planejamento Estratégico, em que os indicadores operacionais serão definidos de forma coletiva.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O gestor sente que há um incentivo, por parte do órgão central, à formulação de um planejamento estratégico setorial da unidade jurisdicionada.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:	Código SIORG		
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201109243	Resultado do Gerenciamento Ambiental – Constatação 024	Ofício 17.420/2011/NAC-4/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 24/06/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro			
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Adotar medidas que visem à separação e destinação dos resíduos recicláveis, de modo a atender o disposto no Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Chefe da Divisão de Administração e Chefe de Serviços Gerais	4032		
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Da recomendação 1: Os contingenciamentos orçamentários dos dois últimos exercícios impediram o desenvolvimento desta política na SR-07/RJ, pois há determinação de cortes em alguns contratos, e de contenção de despesas, o que levou a SR-07/RJ, no exercício de 2011, a priorizar outras atividades.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não obstante o não atendimento da recomendação do órgão de controle, a Divisão de Administração incentiva os servidores a utilizarem as cestas de lixo de material reciclado do condomínio do atual prédio em que está localizada sua sede. E o Chefe dos Serviços Gerais está viabilizando, em conjunto com a Administração do condomínio, a criação de depósitos para a destinação de resíduos recicláveis.			

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	*****
Data do Relatório de Auditoria	*****
Item do Relatório de Auditoria	*****
Comunicação Expedida/Data	*****
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	*****
Descrição da Recomendação	*****
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	*****

Síntese das providências adotadas	*****

Síntese dos resultados obtidos	*****

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	*****

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	*****
Item do Relatório de Auditoria	*****
Comunicação Expedida	*****

Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	*****
Descrição da Recomendação	*****
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

Justificativas para o não atendimento	

Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Por conta da demora na nomeação dos aprovados do concurso do INCRA, de 2010, o contador da SR-07/RJ tomou posse apenas em janeiro de 2012, estando, portanto, impossibilitado de assinar o documento “Declaração do Contador.

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR						
Denominação completa (UJ)	Código da UG					
Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SR-07	373062					
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>						
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>						
Local	Rio de Janeiro	Data				
Contador Responsável		CRC nº				

Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR						
Denominação completa (UJ)	Código da UG					
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p>						
<p>a).....</p>						
<p>b).....</p>						
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>						
Local		Data				
Contador Responsável		CRC nº				

17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
TITULO	Demonstracao das variações patrimoniais por natureza e função - todos os orçamentos	SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07	EMISSAO 27/03/2012	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				
TÍTULOS		2011		2010	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS CORRENTES		4.101,97		587,90	
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS		4.101,97		587,90	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		4.101,97		587,90	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
PREVIDÊNCIA SOCIAL		124.904,06		74.044,29	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		7.025.949,56		7.663.079,82	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		12.429.479,48		10.248.734,12	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		-12.425.377,51		-10.248.146,22	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS		6.269.919,90		7.640.508,86	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		6.269.919,90		7.640.508,86	
MUTAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS		7.559.134,67		5.408.588,38	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		2.291.072,85		2.898.834,75	
DESLIMPESTACAO DE PASSIVOS		5.268.061,82		2.509.753,63	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS		6.947,15		1.805,67	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		6.947,15		1.805,67	
(-) MUTAÇÕES PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS		3.971,88		8.312,75	
DESLIMPESTACAO DE ATIVOS		3.971,88		8.312,75	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERF/MUTAÇÕES		1.392.758,03		2.790.832,60	
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		1.392.758,03		2.790.832,60	
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRAO-ORÇAMENTÁRIAS		711.204,76		361.482,96	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRAO-ORÇAMENTÁRIAS		47.904,76		111.433,96	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		663.300,00		250.049,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		16.526.628,09		14.027.416,69	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRAO-ORÇAMENTÁRIOS		13.276.538,91		13.261.249,47	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		3.250.089,18		766.167,22	
DESLIMPESTACAO DE PASSIVOS		260.890,97		21.087,90	
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		0,00		20.500,00	
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRAO-ORÇAMENTÁRIAS		256.789,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS		4.101,97		587,90	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		15.501.188,69		13.731.621,26	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		10.662.665,26		10.753.230,04	
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRAO-ORÇAMENTÁRIOS		4.828.459,69		2.968.150,87	
DESLIMPESTACAO DE ATIVOS		10.063,74		10.240,35	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS					
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS					
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFÍCIT		2.868.511,22		3.427.023,09	

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL				EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07	EMISSAO 27/03/2012	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO				
RECEITA		DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS
					DOTAÇÃO INICIAL
					DOTAÇÃO ATUALIZADA
					EXECUÇÃO
					ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
				CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTOS	0,00
				DESPESAS CORRENTES	0,00
				PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00
				OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00
				DESPESAS DE CAPITAL	0,00
				INVESTIMENTOS	0,00
				INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
SUBTOTAL I				SUBTOTAL I	0,00
TOTAL				TOTAL	0,00
DEFÍCIT TOTAL	0,00	0,00	12.429.479,48	SUPERAVIT TOTAL	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	12.429.479,48	TOTAL GERAL	0,00
					14.053.454,36
					12.429.479,48
					1.623.974,88

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO	MES
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07	2011	DEZ(FECHADO)
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	EMISSAO	PAGINA
		27/03/2012	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	6.620.807,71	6.164.757,82	PASSIVO FINANCEIRO	6.615.029,89	6.164.113,26
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.620.807,71	6.164.757,82	DEPOSITOS	0,03	0,03
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	81.962,46	148.392,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,03	0,03
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	6.538.845,25	6.016.365,78	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.608.082,71	6.162.307,56
ATIVO NAO FINANCEIRO	119.200.018,50	116.777.205,73	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	40.554,72	49.508,63
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	5.221.562,19	5.632.034,28	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	8.953,91
CREDITOS EM CIRCULACAO	-6.264.947,29	-5.808.994,67	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	39.105,89	39.105,89
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.538.845,25	-6.016.365,78	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	685,05	685,05
DIVERSOS RESPONSAVEIS	0,01	0,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	273.897,95	207.371,10	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	763,78	763,78
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	11.406.509,48	11.441.028,95	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	6.470.161,72	6.030.559,59
ESTOQUES	123.048,63	77.568,10	A LIQUIDAR	6.470.161,72	6.030.559,59
TITULOS E VALORES	11.363.460,85	11.363.460,85	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	97.366,27	82.239,34
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	97.645.355,49	96.964.655,49	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.947,15	1.805,67
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	97.645.355,49	96.964.655,49	VALORES DIFERIDOS	6.947,15	1.805,67
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	29.390.182,94	28.709.482,94	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-6.470.161,72	-6.030.559,59
CREDITOS A RECEBER	68.255.172,55	68.255.172,55	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-6.470.161,72	-6.030.559,59
PERMANENTE	16.333.100,82	14.180.515,96	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
IMOBILIZADO	16.323.612,71	14.171.027,85	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-6.470.161,72	-6.030.559,59
BENS MOVEIS E IMOVEIS	16.344.797,47	14.181.185,81	PASSIVO REAL	144.868,17	133.553,67
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-21.184,76	-10.157,96	PATRIMONIO LIQUIDO	125.675.950,04	122.808.409,88
INTANGIVEL	9.488,11	9.488,11	PATRIMONIO/CAPITAL	122.808.409,88	119.381.386,79
ATIVO REAL	125.820.826,21	122.941.963,55	PATRIMONIO	122.808.409,88	119.381.386,79
			AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-963,06	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	2.068.511,22	3.427.023,09
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	125.820.826,21	122.941.963,55
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-122.952.314,99	-119.514.940,46
ATIVO COMPENSADO	5.674.874,46	5.391.542,99	PASSIVO COMPENSADO	5.674.874,46	5.391.542,99
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.674.874,46	5.391.542,99	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.674.874,46	5.391.542,99
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	446.676,50	380.149,65	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	446.676,50	380.149,65
GARANTIAS DE VALORES	0,12	0,12	VALORES EM GARANTIA	0,12	0,12
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.961.341,91	2.137.020,39	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.961.341,91	2.137.020,39
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.266.855,91	2.874.372,81	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.266.855,91	2.874.372,81
OUTRAS COMPENSACOES	0,02	0,02	COMPENSACOES DIVERSAS	0,02	0,02
ATIVO	131.495.700,67	128.333.506,54	PASSIVO	131.495.700,67	128.333.506,54

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07	EMISSAO 27/03/2012	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	13.833.156,54	13.049.685,14	ORCAMENTARIAS	12.440.398,51	10.258.852,54
RECEITAS CORRENTES	4.101,97	587,90	DESPESAS CORRENTES	6.073.170,29	6.153.319,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.101,97	587,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.468,10	75.900,67
INTERFERENCIAS ATIVAS	6.269.919,90	7.640.508,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.916.449,19	6.009.213,96
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	6.269.919,90	7.640.508,86	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	21.253,00	68.205,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.268.114,23	7.638.703,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.253,00	68.205,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.805,67	1.805,67	DESPESAS DE CAPITAL	6.356.309,19	4.095.414,49
MUTACOES ATIVAS	7.559.134,67	5.408.588,38	INVESTIMENTOS	870.343,34	305.914,49
INCORPORACOES DE ATIVOS	2.291.072,85	2.898.834,75	INVERSOES FINANCEIRAS	5.485.965,85	3.789.500,00
AQUISICOES DE BENS	1.905.174,12	402.373,34	INTERFERENCIAS PASSIVAS	6.947,15	1.805,67
INCORPORACAO DE CREDITOS	385.898,73	2.496.461,41	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.947,15	1.805,67
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.268.061,82	2.509.753,63	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.947,15	1.805,67
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	17.237.832,85	14.388.899,65	MUTACOES PASSIVAS	3.971,88	8.312,75
INTERFERENCIAS ATIVAS	711.204,76	361.482,96	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.971,88	8.312,75
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	47.904,76	111.433,96	LIQUIDACAO DE CREDITOS	3.971,88	8.312,75
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	663.300,00	250.049,00	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	15.762.079,66	13.752.709,16
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	16.526.628,09	14.027.416,69	INTERFERENCIAS PASSIVAS	260.890,97	21.087,90
INCORPORACOES DE ATIVOS	13.276.538,91	13.261.249,47	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	20.500,00
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	327.371,00	348.951,83	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	256.789,00	0,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	19.282,27	327.808,90	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	4.101,97	587,90
INCORPORACAO DE DIREITOS	12.929.685,64	12.584.488,74	DECRESIMOS PATRIMONIAIS	15.501.188,69	13.731.621,26
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.250.089,18	766.167,22	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	10.662.665,26	10.753.230,04
DEFICIT			BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	99.994,08
			BAIXA DE BENS MOVEIS	90.639,96	124.304,67
			BAIXA DE DIREITOS	10.572.025,30	10.528.931,29
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.063,74	10.157,96
			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	10.063,74	10.157,96
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	4.828.459,69	2.968.150,87
			AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	82,39
			AJUSTES FINANCEIROS	0,00	82,39
			RESULTADO PATRIMONIAL	2.868.511,22	3.427.023,09
			SUPERAVIT	2.868.511,22	3.427.023,09
VARIACOES ATIVAS	31.070.989,39	27.438.584,79	VARIACOES PASSIVAS	31.070.989,39	27.438.584,79

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373062/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO R.JANEIRO-INCRA/SR-07
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 27/03/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	4.101,97	587,90	DESPESAS CORRENTES	6.073.170,29	6.153.319,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.101,97	587,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.468,10	75.900,67
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.916.449,19	6.009.213,96
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.933.219,90	7.890.557,86	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.916.449,19	6.009.213,96
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	6.269.919,90	7.640.508,86	OUTRAS DESPESAS	21.253,00	68.205,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	6.268.114,23	7.638.703,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.253,00	68.205,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	6.268.114,23	7.638.703,19	DESPESAS DE CAPITAL	6.356.309,19	4.095.414,49
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.805,67	1.805,67	INVESTIMENTOS	870.343,34	305.914,49
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	663.300,00	250.049,00	INVERSOES FINANCEIRAS	5.485.965,85	3.789.500,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	663.300,00	250.049,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	267.838,12	2.393,57
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	623.300,00	250.049,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	6.947,15	1.805,67
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	40.000,00	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.947,15	1.805,67
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	22.568.722,14	19.567.710,04	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	260.890,97	587,90
VALORES EM CIRCULACAO	6.164.757,82	6.621.063,78	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	256.789,00	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.164.757,82	6.607.441,40	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	39.400,00	0,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	0,00	13.622,38	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	217.389,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.947,15	1.805,67	TRANSFRENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	4.101,97	587,90
VALORES DIFERIDOS	6.947,15	1.805,67	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	16.808.726,41	17.207.728,11
DEPOSITOS	0,03	0,03	VALORES EM CIRCULACAO	6.620.807,71	6.164.757,82
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,03	0,03	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.620.807,71	6.164.757,82
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.849.217,98	6.908.548,68	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.805,67	1.805,67
FORNECEDORES	39.105,89	48.059,80	VALORES DIFERIDOS	1.805,67	1.805,67
DO EXERCICIO	0,00	8.953,91	DEPOSITOS	0,03	646,87
DE EXERCICIOS ANTERIORES	39.105,89	39.105,89	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,03	310,92
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	685,05	685,05	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	335,95
RESTOS A PAGAR	9.711.296,99	6.776.800,71	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.162.307,56	6.618.689,36
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	6.470.161,72	6.030.559,59	FORNECEDORES	48.059,80	65.559,48
CANCELADO	3.241.135,27	746.241,12	DE EXERCICIOS ANTERIORES	48.059,80	65.559,48
VALORES EM TRANSITO	97.366,27	82.239,34	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	685,05	685,05
OUTROS DEBITOS	763,78	763,78	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	6.030.559,59	6.488.956,83
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.547.799,16	6.036.291,88	VALORES EM TRANSITO	82.239,34	62.724,22
INCORPORACAO DE DIREITOS	6.538.845,25	6.016.365,78	OUTROS DEBITOS	763,78	763,78
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.538.845,25	6.016.365,78	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.023.805,44	4.421.828,39
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.953,91	19.926,10	BAIXA DE DIREITOS	4.023.805,44	4.421.746,00
EXERCICIOS ANTERIORES	8.953,91	19.926,10	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.023.805,44	4.421.746,00
			AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	82,39
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	0,00	82,39
INGRESSOS	29.506.044,01	27.458.855,80	DISPENDIOS	29.506.044,01	27.458.855,80

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.^º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Não houve cancelamento de matrículas no Estado;
- b) Não foi adotada qualquer medida administrativa ou judicial junto ao Corregedor-Geral de Justiça;
- c) As irregularidades detectadas junto aos cartórios de RGI no Estado versam principalmente sobre o registro de imóveis abaixo da fração mínima de parcelamento, criação de condomínios e parcelamentos sem autorização;
- d) Não houve cancelamentos de imóveis rurais acima de 10.000 ha. A maioria dos casos de cancelamentos é por descaracterização de imóvel rural, estando este dentro de perímetro urbano, nunca excedendo a 200 ha;
- e) Não foi encaminhado nenhum processo irregular à Procuradoria-Geral do Estado.

No Estado do Rio de Janeiro, há apenas dois imóveis com áreas superiores a 10.000 ha: trata-se dos imóveis Fazenda Macaé de Cima e Conjunto Sapucaia. A primeira delas está com o estudo praticamente concluído, com a elaboração da cadeia dominial sendo feita na Procuradoria Especializada há, pelo menos, seis meses. A Fazenda Sapucaia foi alvo de processo de vistoria em 2011, considerada improdutiva e em processo de arrecadação pela Autarquia. Após fechamento da cadeia dominial, concluiu-se que não apresentou o destaque do patrimônio Público para a maioria de sua área.

19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Os dois principais desafios que se colocam para a Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro são a gestão das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) e a implantação dos assentamentos ambientalmente diferenciados no Estado.

O quadro de servidores que trabalham com a regularização fundiária das áreas da FNSC permanece escasso e a digitalização e higienização do acervo documental ainda não foi efetivada. Assim, entendemos que os desafios colocados estão na esfera da articulação interinstitucional entre o INCRA, BNDES e UFF (eventualmente envolvendo outros parceiros) para efetivar definitivamente a digitalização, recuperação e higienização do acervo. Entretanto, apenas o cumprimento desta etapa não é suficiente para que o gerenciamento destas terras e sua regularização fundiária seja realizada. Para tanto, o INCRA buscará efetivar parcerias com as prefeituras dos nove municípios em que a FNSC se insere, bem como aprofundar a parceria já existente do INCRA com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

A Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro pretende, no exercício de 2012, criar os primeiros projetos de assentamento ambientalmente diferenciado no Estado, particularmente na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Tal iniciativa deve-se não apenas à percepção da indissociabilidade das questões agrária e ambiental, como também pelo fato de o Estado do Rio de Janeiro estar inserido numa zona particularmente sensível do Bioma Mata Atlântica. Como são as primeiras iniciativas desta natureza no Estado, será necessária a capacitação dos servidores da Superintendência Regional, bem como uma forte articulação com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).